



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013**

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS DO QUADRO DE TÉCNICOS EFETIVOS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ

EDITAL COMPLEMENTAR N. 1 AO EDITAL N. 044/2013

A Reitora da Universidade do Estado do Amapá (UEAP) conforme autorização do Exmo. Sr. Governador do Estado do Amapá, Carlos Camilo Góes Capiberibe, exarada no Ofício n. 949/2011 – GAB/UEAP, em 03 de novembro de 2011 e, no uso de suas atribuições legais, torna público o presente EDITAL COMPLEMENTAR que:

1. acrescenta às sugestões bibliográficas da Prova de Noções de Informática dos cargos de nível superior a sugestão bibliográfica “UBUNTU. Documentação Oficial do Ubuntu Linux. Disponível em <https://help.ubuntu.com/>. Acessado em jan/2014”;
2. exclui do Programa da Prova de Conhecimentos Específicos do cargo de Técnico em Planejamento, Orçamento e Finanças – Ciências Contábeis a Lei Municipal n. 2.165/2003 – Estatuto dos servidores;
3. exclui do Programa da Prova de Conhecimentos Específicos do cargo de Assistente em administração a Lei n. 8.112 de 11/12/90;
4. inclui nas sugestões bibliográficas da Prova Conhecimentos Específicos do cargo de Assistente em administração a Lei n. 0066, de 03 de maio de 1993 e alterações posteriores. Disponível em: <http://www.ap.gov.br/amapa/site/paginas/servidores.jsp>.

Os demais programas permanecem inalterados.

Macapá-AP, 14 de fevereiro de 2014.

Dra. Maria Lúcia Teixeira Borges

Reitora da UEAP



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS DO QUADRO DE TÉCNICOS EFETIVOS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ

A Reitora da Universidade do Estado do Amapá (UEAP) conforme autorização do Exmo. Sr. Governador do Estado do Amapá, Carlos Camilo Góes Capiberibe, exarada no Ofício Nº 949/2011 – GAB/UEAP, em 03 de novembro de 2011 e, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto Estadual Nº. 0270, de 06 de janeiro de 2011, e pelo Estatuto e Regimento Geral da Universidade do Estado do Amapá, bem como pela Portaria n. 262, de 11, de dezembro de 2013, que instituiu a Comissão de acompanhamento do Concurso Público, torna público para conhecimento dos interessados a abertura de inscrições para Concurso Público, destinado a selecionar candidatos para o provimento de cargos do Quadro de Pessoal Efetivo de Técnicos Administrativos da UEAP instituído pela Lei nº 1.301, de 08 de janeiro de 2009 e suas alterações, observadas as disposições do art. 37, Inciso II da Constituição Federal de 1988 e da Lei nº 0066, e as normas contidas neste Edital e seus anexos.

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Concurso será regido por este Edital e seus anexos, e realizado pelo Centro de Seleção da Universidade Federal de Goiás (CS/UFG) e acompanhado pela Comissão, instituída pela Portaria n. 262/2013-UEAP, das atividades inerentes ao concurso.

1.1.1 Compete ao Centro de Seleção da UFG a elaboração e a execução de todas as atividades necessárias à realização do concurso.

1.2 O cargo, a área de habilitação, a distribuição das vagas (para ampla concorrência e reservadas às pessoas com deficiência), a descrição sumária das atribuições e os requisitos básicos para investidura nos cargos estão previstos no Anexo I, constante deste Edital.

1.3 Com base na Constituição Federal, artigo 37, inciso VIII, na Lei Federal n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, no Decreto Federal n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, aos candidatos com deficiência fica assegurado o direito de se inscreverem no presente concurso público, nos cargos com reserva, desde que a deficiência seja compatível com as atribuições do cargo.

1.4 O concurso público destina-se a preencher 122 (cento e vinte e duas) vagas para o provimento de cargos de técnico de nível médio e superior do quadro permanente da UEAP.

1.5 Todos os cargos têm jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, em conformidade com as Lei n. 0066, de 03 de maio de 1993, Lei n. 1.301, 08 de janeiro de 2009, e suas alterações.

1.6 O vencimento inicial para os cargos de nível médio é de R\$ 2.165,75 (dois mil, cento e sessenta e cinco reais) e dos cargos de nível superior é de R\$ 3.609,57 (três mil, seiscentos e nove reais).

1.7 Integram o presente Edital os seguintes anexos:

a) ANEXO I – Cargo, área de habilitação, distribuição das vagas (para ampla concorrência e reservadas às pessoas com deficiência), descrição sumária das atribuições e os requisitos básicos para investidura nos cargos;

b) ANEXO II – Laudo Médico para pessoas com deficiência (formulário);

c) ANEXO III – Programa das Provas;

d) ANEXO IV – Cronograma.

1.8 **TODOS OS HORÁRIOS REFERENCIADOS NESTE EDITAL TÊM POR BASE O**

2 DAS INSCRIÇÕES E DA ISENÇÃO DO PAGAMENTO

2.1 Antes de se inscrever no concurso público, o candidato deverá ler o Edital, incluindo seus Anexos, para certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.

2.2 Antes de realizar a inscrição, o candidato deve, inicialmente, preencher o formulário de cadastro de dados pessoais disponível no sítio <www.cs.ufg.br>, o qual inclui a solicitação do número do CPF, os dados do documento de identidade, o endereço de correio eletrônico válido para contato, a senha pessoal, dentre outros dados.

2.3 Caso o candidato já possua cadastro na base de dados do Centro de Seleção da UFG, deverá estar de posse de seu número de CPF e senha pessoal para realizar a inscrição.

2.4 Quando da realização da inscrição, o candidato assume, sob as penas da lei, conhecer as instruções específicas do concurso e possuir os demais documentos comprobatórios para satisfação das condições exigidas à época da sua apresentação, se classificado e convocado para posse.

2.5 Ao efetuar a inscrição, o candidato deverá registrar, no formulário de inscrição, o cargo para o qual pretende concorrer, conforme Anexo I deste Edital, assumindo as consequências de eventuais erros advindos dessa opção.

2.5.1 No ato da inscrição, o candidato deverá, obrigatoriamente, optar por um cargo, pois as provas serão realizadas na mesma data e horário.

2.6 As informações prestadas no formulário de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, dispondo o Centro de Seleção da UFG do direito de excluir do concurso, mesmo que tenha sido aprovado em todas as provas, independente de qualquer aviso ou diligência, aquele que fornecer dados comprovadamente inverídicos.

2.7 Ao efetuar a inscrição, é imprescindível informar o número do cadastro de pessoa física (CPF) do próprio candidato.

2.8 As inscrições serão realizadas no período de **11 de fevereiro a 18 de março de 2014**, exclusivamente via internet, no sítio <www.cs.ufg.br>.

2.9 Os valores das taxas de inscrição, conforme os cargos, são os abaixo determinados:

a) Cargos de nível médio: R\$ 80,00 (oitenta reais);

b) Cargos de nível superior: R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

2.10 Para efetuar a inscrição, o candidato deverá proceder da seguinte forma:

a) acessar na internet a página do concurso, por meio do sítio <www.cs.ufg.br>, a partir do dia **11 de fevereiro de 2014**, até as 23h59min do dia **18 de março de 2014**, observando o horário local (Macapá);

b) preencher todos os campos do formulário de inscrição, conferir os dados digitados e confirmá-los, de acordo com as orientações e os procedimentos contidos na página;

c) imprimir as informações sobre sua inscrição;

d) imprimir o boleto bancário (exceto os candidatos beneficiados com a isenção do pagamento de inscrição);

e) efetuar o pagamento da taxa de inscrição unicamente por meio do boleto bancário, pagável em qualquer agência bancária.

2.11 Após às 23h59min do dia **18 de março de 2014**, não será possível acessar o formulário de inscrição.

2.12 O pagamento da taxa deverá ser efetuado até o dia **19 de março de 2014**. A solicitação de inscrição, cujo pagamento não for efetuado até esta data, será cancelada.

2.13 O candidato somente deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição após certificar-se de que preencheu corretamente os dados do formulário e constatar que possui todos os requisitos exigidos para ingresso no cargo, pois, detectado erro após o pagamento, não haverá devolução do valor recolhido, exceto para as situações previstas neste Edital.

2.14 Após a confirmação dos dados da inscrição, em caso de erro na opção pelo cargo e/ou do número do CPF, o candidato poderá efetuar nova inscrição dentro do prazo fixado no subitem 2.8 deste Edital; porém, se tiver efetuado o pagamento da inscrição anterior, deverá efetuar novo pagamento da taxa e, posteriormente, solicitar a devolução da taxa do pagamento anterior.

2.15 O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição somente será devolvido em caso de cancelamento do concurso público por conveniência ou interesse da Administração ou se for efetuado em duplicidade para o mesmo cargo ou fora do prazo.

2.16 O candidato que pagar a taxa em duplicidade ou fora do prazo determinado poderá solicitar devolução do pagamento de inscrição até o dia **8 de abril de 2014**. Para isso, deverá enviar, Via Sedex, às suas expensas cópia autenticada do comprovante de pagamento para Centro de Seleção da UFG, situado à Rua 226, q. 71, s.n., Setor Universitário, Goiânia-GO, CEP 74.610-130.

2.17 Será de inteira responsabilidade do candidato a impressão e a guarda do seu comprovante de pagamento da inscrição.

2.18 Não serão aceitos pagamentos de inscrição por depósito em caixa eletrônico, via postal, via fax, via transferência eletrônica, agendamento de pagamento, DOC, DOC eletrônico, ordem de pagamento ou depósito comum em conta corrente, condicional e/ou extemporânea, ou por qualquer outra via que não a especificada neste Edital.

2.19 O pagamento de inscrição realizado no último dia, via autoatendimento em terminal bancário, via Internet ou correspondente bancário (COBAN), deverá ser efetuado conforme as condições de funcionamento do banco, devendo o candidato responsabilizar-se pelo conhecimento da data de processamento, caso o pagamento seja efetuado após o horário de atendimento bancário. O pagamento realizado no último dia, processado, porém, após a data prevista neste Edital, implicará no indeferimento da inscrição.

2.20 O simples comprovante de agendamento bancário não será aceito como comprovante de pagamento da inscrição.

2.21 O boleto bancário, com a autenticação mecânica, ou o comprovante de pagamento bancário, até a data limite do vencimento, será o único comprovante de pagamento aceito.

2.22 Será automaticamente cancelada a inscrição cujo pagamento for efetuado por cheque, sem o devido provimento de fundos, ou caso o cheque utilizado para o pagamento da inscrição seja devolvido por qualquer motivo. Cheques emitidos por terceiros não serão também aceitos.

2.23 Não será aceita inscrição condicional, extemporânea, por via postal, via fax ou via correio eletrônico. Verificado, a qualquer tempo, o recebimento de inscrição que não atenda a todos os requisitos fixados neste Edital esta será cancelada.

2.24 É vedada a transferência para terceiros do valor pago a título de taxa, assim como a transferência da inscrição para outrem.

2.25 O Centro de Seleção da UFG não se responsabilizará por solicitação de inscrição **não recebida** por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação, bem como outros fatores, **alheios ao Centro de Seleção**, que impossibilitem a transferência de dados. Caso a inscrição não seja deferida por motivo imputável ao Centro de Seleção da UFG e em conformidade com as normas dispostas neste Edital, o candidato terá a inscrição assegurada.

2.26 O candidato somente será considerado inscrito no concurso após ter cumprido todas as instruções descritas neste Edital.

2.27 Haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição somente para os candidatos amparados pelo § 1º do Decreto n. 6.593, de 2 de outubro de 2008 (CADÚNICO), publicado no Diário Oficial da União de 3 de outubro de 2008, para os candidatos que dispõem na forma específica da Lei n. 1.418, de 4 de dezembro de 2009 (doador de sangue), publicada no Diário Oficial do Estado, de 4 de dezembro de 2009, e para as pessoas com deficiência, conforme Artigo 5º, § 2º, I, da Lei Estadual n. 0948/2005.

2.27.1 A solicitação de isenção do pagamento de inscrição deverá ser preenchida pelo candidato, no período de **11 a 16 de fevereiro de 2014**, no sítio <www.cs.ufg.br>, conforme instruções contidas nessa página, sendo necessária indicação do número do CPF.

2.27.2 Para efetivar a solicitação de isenção o candidato deverá:

- a) preencher o formulário de inscrição para isenção, no período previsto;
- b) informar o meio pelo qual deseja solicitar a isenção: CADÚNICO, doador de sangue ou como deficiente;
- c) imprimir o formulário de inscrição de isenção e enviá-lo, às suas expensas, com a documentação exigida (doador de sangue ou como deficiente), até o dia **17 de fevereiro de 2014**.

2.27.3 O formulário e a documentação solicitada deverão ser encaminhados, via Sedex, às expensas do candidato, para o Centro de Seleção da UFG, situado à Rua 226, q. 71, s.n., Setor Universitário, Goiânia-GO, CEP 74.610-130 ou entregue na sede da UEAP situada à Avenida Presidente Vargas, n. 650, Centro, Macapá-AP, CEP 68.900-070, no horário de 8 às 12 e das 14h30min às 17 horas.

2.27.4 Os candidatos que solicitaram a isenção do pagamento da inscrição via CADÚNICO deverão:

a) ter inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), de que trata o Decreto Federal n. 6.135, de 26 de junho de 2007;

b) ser membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto Federal n. 6.135, de 26 de junho de 2007.

2.27.4.1 A solicitação de isenção do pagamento de inscrição deverá ser preenchida pelo candidato, no sítio <www.cs.ufg.br>, conforme instruções contidas nessa página, sendo necessária indicação do número de identificação social (NIS), atribuído pelo CADÚNICO e CPF.

2.27.4.2 O Centro de Seleção não se responsabilizará por eventuais prejuízos que o candidato possa sofrer em decorrência de informação incorreta/inválida do NIS fornecido pelo candidato no ato da inscrição.

2.27.4.3 O Centro de Seleção consultará o órgão gestor do CADÚNICO para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato e repassará a esse órgão a responsabilidade pela análise da condição do candidato e definição da concessão da isenção.

2.27.4.4 Os candidatos que solicitaram isenção via CADÚNICO não deverão enviar qualquer documentação.

2.27.5 Os candidatos com deficiência, amparados pela Lei Estadual n. 0948, de 15 de dezembro de 2005, que solicitarem a isenção do pagamento da inscrição deverão encaminhar/entregar, às suas expensas, de acordo com o subitem 2.27.3 do Edital, o formulário de inscrição, juntamente com o laudo médico original ou cópia autenticada, conforme o Anexo II.

2.27.5.1 Os candidatos que solicitarem isenção como doador de sangue deverão comprovar pelo menos três doações de sangue realizadas no período de um ano antes da data final da inscrição deste concurso.

2.27.5.2 Considera-se para o enquadramento ao benefício previsto por lei somente a doação de sangue promovida por órgão oficial ou por entidade credenciada pela União, pelo Estado ou pelo Município.

2.27.5.3 A comprovação de doador de sangue será efetuada por meio da apresentação de documento expedido pela entidade coletora, contendo o número e a data em que foram realizadas as doações que deverá ser encaminhado/entregue, às expensas do candidato, conforme subitem 2.27.3 do Edital.

2.28 As informações apresentadas no formulário de solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição, bem como a documentação apresentada, serão de inteira responsabilidade do candidato, podendo este, a qualquer momento, caso apresente documentação não verídica, ser eliminado do concurso e responder por crime contra a fé pública, sem prejuízo de outras sanções legais.

2.29 Serão desconsiderados os pedidos de inscrições com isenção de pagamento de taxa de inscrição do candidato que:

- a) omitir informações e/ou torná-las inverídicas;
- b) fraudar e/ou falsificar documentação;
- c) pleitear a isenção sem apresentar os documentos ou dados exigidos neste Edital.

2.30 Os pedidos de isenção serão analisados pela equipe designada pelo Centro de Seleção da UFG.

2.31 O Centro de Seleção da UFG não se responsabilizará por qualquer tipo de extravio que impeça a chegada da documentação a seu destino.

2.32 No dia **26 de fevereiro de 2014**, o candidato contemplado com a isenção do pagamento de inscrição poderá retirar no sítio <www.cs.ufg.br>, no link específico da isenção, o documento comprobatório deste benefício.

2.33 No dia **26 de fevereiro de 2014**, os candidatos que solicitaram isenção poderão consultar o sítio <www.cs.ufg.br>, por meio do CPF, para verificar o resultado preliminar de seu pedido de isenção do pagamento da inscrição. O resultado final do pedido de isenção, após análise de recursos, será divulgado no dia **10 de março de 2014**.

2.34 O candidato contemplado com a isenção do pagamento de inscrição deverá acessar a página <www.cs.ufg.br>, preencher todos os campos e efetivar sua inscrição, conforme instruções contidas nessa página, até o dia **18 de março de 2014**. Ao completar o preenchimento dos campos, o candidato deverá imprimir as informações sobre sua inscrição.

2.35 O candidato não contemplado com a isenção do pagamento de inscrição, caso tenha interesse, poderá acessar a página <www.cs.ufg.br> e efetuar a inscrição até o dia **18 de março de 2014** e realizar o pagamento da inscrição até o dia **19 de março de 2014**.

2.36 A inscrição no presente concurso implica o pleno conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital e demais instrumentos reguladores, dos quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.

2.37 As inscrições que não atenderem às normas dispostas neste Edital serão canceladas.

3 DA CONFIRMAÇÃO E DO DEFERIMENTO DO PAGAMENTO DE INSCRIÇÃO

3.1 Efetuada a inscrição, os dados cadastrais do candidato serão disponibilizados para consulta, conferência e acompanhamento no sítio <www.cs.ufg.br>, na opção "Acompanhe Inscrição".

3.2 É obrigação do candidato, após o pagamento da taxa, acompanhar no sítio do certame a confirmação da inscrição, verificando a sua regularidade em até cinco dias úteis após o pagamento da inscrição.

3.3 O candidato que efetuar o pagamento de inscrição em mais de um cargo será inscrito somente naquele cuja data de pagamento de inscrição seja a mais recente. As outras serão canceladas automaticamente. O candidato isento do pagamento será inscrito no cargo cuja data de inscrição seja a mais recente, sendo as demais canceladas automaticamente.

3.4 A inscrição só será confirmada mediante informação da rede bancária que leva em média 5 (cinco) dias úteis para enviar o arquivo-retorno sobre o pagamento da inscrição.

3.5 Será disponibilizada ao candidato até o dia **1º de abril de 2014** a opção de alteração dos dados cadastrais, com exceção do número do cadastro de pessoa física (CPF) e do cargo para o qual se inscreveu. Após esse período, serão considerados, para fins de impressão e publicação os dados constantes na ficha de inscrição do candidato preenchida na Internet, não havendo alterações posteriores desses dados.

3.6 Após o prazo fixado, poderá haver alterações somente no endereço residencial, sendo de obrigação do candidato mantê-lo atualizado, por meio do sítio <www.cs.ufg.br>.

3.7 Os pedidos de inscrição serão analisados pelo Centro de Seleção da UFG e aqueles que não estiverem de acordo com as condições estabelecidas neste Edital serão indeferidos.

3.7.1 As inscrições serão deferidas no dia **26 de março de 2014** e o candidato poderá ter acesso ao resultado de sua inscrição, no sítio <www.cs.ufg.br>, por meio do CPF fornecido na inscrição, no menu "Acompanhe sua Inscrição".

3.8 Caso a inscrição não seja deferida até o dia **26 de março de 2014**, o candidato deverá contatar o Centro de Seleção da UFG, situado à Rua 226, q. 71, s.n., Setor Universitário, Goiânia-GO, CEP 74.610-130, no de funcionamento, telefone (62) 3209-6330, até o dia **28 de março de 2014**; do contrário, assume a responsabilidade pelas consequências decorrentes do não cumprimento desta informação.

3.8.1 As informações complementares acerca da inscrição estarão disponíveis no sítio <www.cs.ufg.br>.

4 DAS VAGAS E DO TEMPO ADICIONAL PARA OS CANDIDATOS QUE SE DECLARAREM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

4.1 Às pessoas com deficiência que pretendem fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas no inciso VIII, do artigo 37, da Constituição Federal, na Lei Federal n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, regulamentada pelo Decreto Federal n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e suas alterações e na Súmula n. 377-STJ, de 22 de abril de 2009, é assegurado o direito de inscrição para o preenchimento de vagas reservadas, cujas atribuições do cargo sejam compatíveis com a sua deficiência.

4.1.1 Além da reserva de vagas, é assegurado ao deficiente o direito de tempo adicional para realização das provas, conforme previsto no Decreto Federal n. 3.298, de dezembro de 1999, e suas alterações.

4.2 Serão considerados pessoas com deficiência aqueles que se enquadrarem no Decreto Federal n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, na Súmula n. 377-STJ, de 22 de abril de 2009, e suas alterações.

4.3 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a investidura no cargo para o qual pretende concorrer, conforme especificados no Anexo I do presente Edital.

4.4 Das vagas destinadas ao concurso público, 5% (cinco por cento) serão oferecidas, de acordo com o cargo, conforme previsto no Decreto Federal n. 3.298, de dezembro de 1999, e suas alterações, que regulamenta a Lei Federal n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, para os candidatos cujas atribuições do cargo sejam compatíveis com a deficiência, conforme quantitativo definido no Anexo I deste Edital.

4.4.1 Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem anterior resulte em número fracionado, esse deverá ser convertido no primeiro número inteiro subsequente, desde que esse número não ultrapasse o valor de 20% (vinte por cento) das vagas ofertadas, nos termos do artigo 5º da Lei nº 8.112/90.

4.4.2 Não se aplica a reserva de vagas de que trata o subitem 4.4 deste Edital aos cargos para os quais o número de vagas seja inferior a 5 (cinco).

4.5 Na inexistência de candidatos com deficiência ou no caso de reprovação destes, estas vagas serão preenchidas por candidatos da ampla concorrência, com estrita observância da ordem classificatória.

4.6 O candidato que em razão da deficiência necessitar de condições especiais para realização das provas deverá observar as providências necessárias, especificadas no item 5 deste Edital.

4.7 Resguardadas as condições especiais previstas na Lei Federal n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, regulamentada pelo Decreto Federal n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, o candidato que optar em concorrer como deficiente concorrerá em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo, à avaliação, aos critérios de aprovação, à nota mínima exigida, ao local, ao horário e à data de realização da(s) prova(s).

4.8 Para concorrer a uma das vagas reservadas aos deficientes, no ato da inscrição, o candidato deverá:

a) declarar que é candidato com deficiência de acordo com o Decreto Federal n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e com a Súmula n. 377-STJ, de 22 de abril de 2009;

b) informar que deseja concorrer como deficiente;

c) assinalar o tipo de deficiência que possui;

d) assinalar o cargo ao qual pretende concorrer que oferece reserva de vaga e observar os procedimentos necessários;

e) enviar o Laudo Médico, conforme as normas previstas neste Edital.

4.8.1 Caso o candidato não assinale o desejo de concorrer à vaga reservada às pessoas com deficiência e não cumpra os procedimentos descritos neste Edital, perderá o direito à vaga

reservada em tais condições e, conseqüentemente, concorrerá à vaga da ampla concorrência.

4.8.2 O candidato portador de deficiência que, no ato da inscrição, não declarar esta condição, não poderá interpor recurso em favor de sua situação.

4.8.3 O candidato inscrito no cargo para o qual há reserva de vaga que não enviar o laudo original, conforme as exigências contidas neste Edital, e/ou não se enquadrar no disposto nos artigos 3º e 4º (e seus incisos) do Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 2009, e suas alterações, não poderá concorrer a essas vagas, e, conseqüentemente, concorrerá às vagas destinadas à ampla concorrência.

4.9 Realizada a inscrição, o candidato com deficiência, inscrito no cargo para o qual há reserva de vagas, deverá:

a) imprimir, no sítio <www.cs.ufg.br>, o Laudo Médico (Anexo II) que deverá ser preenchido pelo médico da área de sua deficiência;

b) enviar, às suas expensas, via Sedex, até o dia **19 de março de 2014** o Laudo Médico original ou cópia autenticada, dentro de um envelope identificado, para o Centro de Seleção da UFG, situado à Rua 226, q. 71, s.n., Setor Universitário, Goiânia-GO, CEP 74.610-130.

4.9.1 No dia **26 de março de 2014**, o Centro de Seleção divulgará o resultado preliminar dos candidatos que apresentaram a documentação exigida para concorrer como deficiente e, no dia **8 de abril de 2014**, o resultado final.

4.9.2 Os candidatos que optaram em concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência serão convocados, por meio de Edital, para realização da Perícia Médica no período de **11 a 18 de maio de 2014**, para fins de comprovação da deficiência. Para a realização da perícia, o candidato deverá apresentar-se munido do documento original de identidade.

4.9.3 O Edital de convocação para a perícia médica dos candidatos que optaram em concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência será publicado, no sítio do concurso, dia **9 de maio de 2014**, não sendo encaminhada correspondência individualizada para o candidato acerca da convocação mencionada.

4.9.4 O candidato que for convocado e não comparecer à perícia médica, no dia e horário determinados, perderá o direito de concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência.

4.9.5 Havendo necessidade, por ocasião da Perícia Médica, o médico responsável poderá solicitar ao candidato exames complementares.

4.10 O candidato deficiente que necessitar de tempo adicional deverá:

a) declarar que é candidato com deficiência, de acordo com o Decreto Federal n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei Federal n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, e Súmula n. 377-STJ, de 22 de abril de 2009;

b) assinalar o tipo de deficiência que possui;

c) declarar, no ato da inscrição, que deseja realizar a prova com tempo adicional;

d) enviar o Laudo Médico de acordo com as normas previstas neste Edital.

4.10.1 Realizada a inscrição, o candidato deficiente que solicitou tempo adicional deverá seguir as orientações que constam nas alíneas “a” e “b” do subitem 4.9 deste Edital.

4.10.2 No dia **26 de março de 2014**, o Centro de Seleção divulgará o resultado preliminar dos candidatos que apresentaram a documentação exigida para usufruir do tempo adicional durante a realização das provas e, no dia **8 de abril de 2014**, o resultado final.

4.10.3 O tempo adicional para a realização das provas será de **uma hora**.

4.10.4 O candidato que, em razão da deficiência, necessitar de tempo adicional de uma hora para fazer a prova deverá solicitar ao especialista da área de sua deficiência que expresse detalhadamente no Laudo Médico a justificativa para concessão dessa condição especial.

4.10.5 O candidato que não apresentar o Laudo Médico com a justificativa para concessão do tempo adicional ou aquele no qual o médico descrever que o candidato não necessita desse tempo terá o pedido indeferido.

4.10.6 O candidato que solicitar tempo adicional e não enviar o Laudo Médico original, conforme especificado neste Edital, não poderá usufruir desse direito e, conseqüentemente, realizará as

provas no tempo normal.

4.10.7 Os candidatos que usufruíram de tempo adicional serão convocados, por meio de Edital, para realização da Perícia Médica da UEAP, no período de **11 a 18 de maio de 2014**, para fins de comprovação da deficiência e garantia legal do uso do tempo adicional. Para a realização da perícia, os candidatos deverão apresentar-se munidos do documento original de identidade.

4.10.8 O Edital de convocação para perícia médica dos candidatos que usufruíram de tempo adicional será publicado, no sítio do concurso, dia **9 de maio de 2014**, não sendo encaminhada correspondência individualizada para o candidato acerca da convocação mencionada no subitem anterior deste Edital.

4.10.9 O candidato que for convocado e não comparecer à perícia médica, no dia e horário determinados, passará a concorrer às vagas da ampla concorrência, a não ser que tenha usufruído do direito de tempo adicional para realização das provas, e, neste caso, será eliminado do concurso.

4.10.10 Havendo necessidade, por ocasião da perícia, o médico responsável poderá solicitar ao candidato exames complementares.

4.11 O Laudo Médico especificado neste Edital deverá, obrigatoriamente, ser emitido em formulário próprio, conforme Anexo II, obedecendo às seguintes exigências:

a) constar o nome e o número do Documento de Identificação do candidato, especificado no subitem 6.1 deste Edital, nome e assinatura do médico responsável pela emissão do laudo e número do seu registro no Conselho Regional de Medicina (CRM);

b) descrever a espécie, o grau ou o nível da deficiência, bem como a sua provável causa, com expressa referência ao código correspondente da classificação internacional de doenças (CID 10);

c) constar, quando for o caso, a necessidade de uso de órteses, próteses ou adaptações;

d) no caso de deficiente auditivo, o Laudo Médico deverá vir acompanhado do original do exame de audiometria recente, realizado até 6 (seis) meses anteriores ao último dia das inscrições;

e) no caso de deficiente visual, o Laudo Médico deverá vir acompanhado do original do exame de acuidade visual em AO (ambos os olhos), patologia e campo visual em AO (ambos os olhos), realizado até 6 (seis) meses anteriores ao último dia das inscrições;

f) no caso de deficiente mental, o Laudo Médico deverá vir acompanhado do original do Teste de Avaliação Cognitiva (intelectual), especificando o grau ou nível de funcionamento intelectual em relação à média, emitido por médico psiquiatra ou por psicólogo, realizado em até 6 (seis) meses anteriores ao último dia das inscrições.

4.11.1 O Laudo Médico terá validade somente para este concurso e não será devolvido, assim como não serão fornecidas cópias desse laudo.

4.11.2 O candidato inscrito no cargo para o qual há reserva de vagas, que não enviar o Laudo Médico original, conforme especificado neste Edital, ou não se enquadrar nos dispostos nos artigos 3º e 4º (e seus incisos) do Decreto Federal n. 3.298 de 20 de dezembro de 1999 e suas alterações, bem como na Súmula n. 377-STJ, de 22 de abril de 2009, não poderá concorrer a essas vagas e, conseqüentemente, concorrerá às vagas destinadas à ampla concorrência.

4.12 Adotar-se-ão todas as providências que se façam necessárias para permitir o fácil acesso de candidatos com deficiência aos locais de realização das provas, sendo de responsabilidade daqueles, entretanto, trazer os equipamentos e instrumentos imprescindíveis à feitura das provas, previamente autorizados pelo Centro de Seleção da UFG.

4.13 A classificação de candidatos que se declararam deficientes obedecerá aos mesmos critérios adotados para os demais candidatos.

4.14 A publicação do resultado final do concurso público será feita em 2 (duas) listas, a primeira contendo a pontuação de todos os candidatos, inclusive a dos com deficiência, enquanto a segunda conterá somente a pontuação destes últimos, os quais serão chamados na ordem das vagas reservadas às pessoas com deficiência.

4.15 A concessão ao candidato do direito de tempo adicional e a opção do candidato, no ato da inscrição, de concorrer como deficiente não garante a nomeação do candidato deficiente, tendo em vista que o candidato terá a sua inscrição homologada como deficiente, após a realização da Perícia Médica da UEAP, que verificará a veracidade das informações e do Laudo Médico

apresentado, podendo solicitar exames complementares para verificar a compatibilidade entre as atribuições do cargo/área e a deficiência apresentada.

4.16 Nos casos em que a deficiência for incompatível com as atribuições do cargo, o candidato perderá o direito à vaga e, se a deficiência apresentada não se enquadrar dentre aquelas previstas na Lei Federal n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, regulamentada pelo Decreto Federal n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, nem na Súmula n. 377-STJ, de 22 de abril de 2009, o candidato passará a concorrer às vagas da ampla concorrência.

4.17 No caso de o candidato não ser considerado deficiente pela Perícia Médica da UEAP, de acordo com a legislação, ou não comparecer à perícia, passará a concorrer às vagas da ampla concorrência. Caso tenha usufruído de tempo adicional para a realização das provas, será eliminado do concurso.

4.18 Durante o estágio probatório, o deficiente submeter-se-á à avaliação quanto à compatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência, por equipe multiprofissional, nos termos do § 2º, do artigo 43, do Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

4.19 A pessoa com deficiência, reprovada no decorrer do período do estágio probatório em razão da incompatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo, será exonerada do quadro de Técnicos Efetivos da Universidade do Estado do Amapá.

5 DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

5.1 O candidato com deficiência ou o candidato temporariamente acometido por problema de saúde que desejar condição especial para realizar a prova, tais como ledor de prova, prova ampliada, ledor de tela, aplicador para preencher o cartão-resposta, mobília especial para fazer a prova, excluindo-se o atendimento domiciliar, deverá proceder de acordo com o especificado a seguir:

a) preencher, no ato da inscrição, no período de **11 de fevereiro a 18 de março de 2014**, a solicitação de condições especiais oferecidas para realização das provas e imprimi-lo;

b) enviar, até o dia **19 de março de 2014**, o requerimento impresso, mencionado na alínea “a”, acompanhado do Laudo Médico (Anexo II) ou do atestado médico original, via Sedex, para a sede do Centro de Seleção da UFG, situado à Rua 226, q. 71, s.n., Setor Universitário, Goiânia-GO, CEP 74610-130.

5.2 O candidato que apresentar algum comprometimento de saúde (recém-acidentado, operado, acometido por alguma doença), após do dia **18 de março de 2014**, e desejar atendimento especial, deverá preencher o requerimento de Condições Especiais (formulário em PDF, disponível no sítio do concurso, e encaminhá-lo para o Centro de Seleção, via Sedex, até o dia **14 de abril de 2014**. Após esse dia, os pedidos de condição especial não serão aceitos.

5.3 A candidata lactante, que tiver necessidade de amamentar no horário de realização das provas, deverá preencher o requerimento de Condições Especiais on-line, no período de inscrição, até o dia **18 de março de 2014**. Após esse dia, os pedidos de condição especial não serão aceitos.

5.3.1 A candidata lactante que tiver necessidade de amamentar deverá anexar ao requerimento cópia do Documento de Identificação, de acordo com o subitem 6.1 deste Edital, do acompanhante que ficará responsável pela guarda da criança durante a realização das provas.

5.3.2 O acompanhante responsável pela guarda da criança somente terá acesso ao local das provas mediante apresentação do original do documento de identificação anexado ao requerimento.

5.3.3 A candidata que não levar acompanhante não poderá realizar as provas.

5.3.4 Não haverá compensação do tempo de amamentação no tempo de duração de prova.

5.4 A solicitação de condições especiais será atendida mediante análise prévia do grau de necessidade, segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

5.5 A omissão do candidato de solicitar condições especiais implicará na realização das provas em igualdade de condições com os demais candidatos, não sendo concedido qualquer atendimento especial no dia da prova.

5.6 Será facultada aos candidatos com deficiência visual a utilização do SOROBAN como recurso educativo específico, conforme artigo 59 da Lei n. 9.394/1996 e Portaria n. 1.010, de 10 de maio de 2006, do Ministério da Educação.

5.6.1 A aquisição deste e de outros recursos, como reglete, punção e etc serão de inteira responsabilidade do candidato, cabendo ao candidato levá-los no dia da prova.

5.7 O resultado da solicitação de condições especiais para os candidatos que fizeram a solicitação on-line até o dia **18 de março de 2014** será divulgado no sítio do concurso, exclusivamente ao candidato, no dia **26 de março de 2014**. Os demais obterão a resposta diretamente no Centro de Seleção da UFG.

6 DOS DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO E DO CARTÃO DE INSCRIÇÃO

6.1 SERÃO CONSIDERADOS DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO NESTE CONCURSO, para inscrição e acesso aos locais de prova, os documentos de identificação expedidos pelas Secretarias de Segurança Pública, pela Diretoria Geral da Polícia Civil, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar e pela Polícia Federal, bem como o passaporte e as carteiras expedidas por ordens, conselhos ou ministérios que, por lei federal, são considerados documentos de identidade, os quais deverão conter, em local apropriado e com visibilidade, impressão digital, de forma a permitir a comparação da IMPRESSÃO DIGITAL colhida durante a realização do concurso.

6.2 Excepcionalmente, os candidatos que apresentarem documentos de identificação relacionados no subitem 6.1, que não disponham de impressão digital, ficam cientes de que estarão sujeitos à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinatura e de impressão digital em formulário próprio.

6.3 Não serão aceitas cópias de nenhum documento, ainda que autenticadas por cartório.

6.4 O documento deverá estar dentro do prazo de validade, quando for o caso, e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

6.5 NÃO SERÃO ACEITOS COMO DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO, por serem documentos destinados a outros fins ou por não permitirem a comparação da impressão digital, a carteira nacional de habilitação (CNH), a certidão de nascimento, a certidão de casamento, o título de eleitor, o cadastro de pessoa física (CPF), a carteira de estudante e o certificado de alistamento ou de reservista ou quaisquer outros documentos (como crachás, identidade funcional etc.) ou qualquer outro documento diferente dos especificados no subitem 6.1 deste Edital.

6.6 O candidato estrangeiro deverá apresentar carteira de estrangeiro atualizada ou passaporte com visto válido.

6.7 NÃO serão aceitos documentos ilegíveis ou danificados, nem aqueles onde se possa ler: "Não alfabetizado" ou "Infantil".

6.8 Caso o candidato não apresente o documento de identificação original por motivo de furto, roubo ou perda deverá apresentar um dos seguintes documentos emitidos com prazo máximo de 30 (trinta) dias anteriores à data da realização da prova:

a) documento que ateste o registro de ocorrência em órgão policial; ou

b) declaração de furto, roubo ou perda, feita de próprio punho, com reconhecimento da assinatura registrada em cartório.

6.9 No dia de realização das provas, o candidato que apresentar algum dos documentos citados no subitem 6.8 deste Edital será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinatura e de impressão digital em formulário próprio.

6.10 A identificação especial poderá ser exigida, também, ao candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.

6.11 A partir do dia **11 de abril de 2014**, o candidato deverá acessar o sítio <www.cs.ufg.br>, imprimir seu cartão de inscrição e assinar no espaço próprio, concordando com os termos deste Edital. Esse cartão deverá ser entregue no dia da realização da prova.

7 DAS PROVAS E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS PARA SUA REALIZAÇÃO

7.1 Das provas

7.1.1 As provas deste concurso público serão realizadas no dia **20 de abril de 2014**, em Etapa Única, com Prova Objetiva para todos os cargos.

7.1.2 Os programas das provas que constam no Anexo III estarão disponíveis no sítio <www.cs.ufg.br> no dia **4 de fevereiro de 2014**.

7.1.3 A Prova Objetiva será do tipo múltipla escolha com 4 (quatro) alternativas (a,b,c,d), das quais apenas uma é a correta.

7.1.4 A Prova Objetiva será constituída de 50 (cinquenta) questões para os cargos de nível médio e de 60 (sessenta) para os cargos de nível superior.

7.1.5 As disciplinas das provas objetivas, o número de questões, o valor de cada questão, o valor da prova e a nota mínima para aprovação estão apresentados no **quadro 1** a seguir:

Quadro 1 – Disciplinas, número de questões, valor de cada questão, valor da prova e nota mínima da prova objetiva.

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO				
Disciplinas	N. de questões	Valor de cada questão	Valor da prova	Nota mínima no valor total da prova
Língua Portuguesa	10	1 ponto	50 pontos	25 pontos
Matemática	10			
Noções de Informática	5			
Conhecimentos Específicos	25			
CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR				
Língua Portuguesa	10	1 ponto	60 pontos	30 pontos
Matemática	10			
Noções de Informática	10			
Conhecimentos Específicos	30			

7.1.6 A correção das questões da Prova Objetiva será feita por meio eletrônico.

7.1.7 O resultado da Prova Objetiva será a soma dos pontos obtidos em cada questão.

7.1.8 O Boletim de Desempenho do candidato da Prova Objetiva, com as notas obtidas em cada disciplina, poderá ser retirado, exclusivamente via Internet, no sítio <www.cs.ufg.br>, na mesma data de divulgação do resultado preliminar da Prova Objetiva.

7.2 Das disposições gerais para realização das provas

7.2.1 As provas do concurso serão realizadas na cidade de Macapá-AP e a distribuição dos candidatos nos locais de realização das provas será feita a critério do Centro de Seleção da UFG, conforme disponibilidade e capacidade dos locais.

7.2.2 Os endereços dos locais das provas, assim como a confirmação da data e do horário, constarão do comunicado a ser impresso pelo candidato, a partir do **14 de abril de 2014**, por meio do sítio <www.cs.ufg.br>. Não será enviada qualquer correspondência para o candidato contendo o local da prova.

7.2.3 No local de prova, somente será permitido o ingresso do candidato que estiver portando o original de um dos documentos de identificação citados no subitem 6.1 deste Edital.

7.2.4 As provas para os candidatos de todos os cargos terão a duração de 4 (quatro) horas. Os portões dos prédios serão abertos às 12 horas e fechados, pontualmente, às 13 horas. O candidato que chegar ao prédio após o horário de fechamento dos portões não poderá entrar, ficando automaticamente eliminado do certame.

7.2.5 Para garantia da lisura do concurso, poderá ser colhida, como forma de identificação, a impressão digital dos candidatos no dia da realização das provas.

7.2.6 Em nenhuma hipótese, haverá compensação ou aumento no tempo de realização da prova do concurso pelo fato de ter sido o candidato submetido à identificação especial, ao procedimento de coleta de impressões digitais ou de aplicação de detectores de metais.

7.2.7 Caso haja dúvida relativa à identificação do candidato (documento, fisionomia, assinatura, etc.) será exigida identificação especial por meio da coleta de assinaturas e impressão digital. Em caso de negativa do candidato, este será automaticamente eliminado do concurso, bem como será imediatamente realizada a comunicação do fato às autoridades competentes para a devida apuração.

7.2.8 Não haverá, sob pretexto algum, segunda chamada, nem aplicação de provas fora da data, do horário ou do local predeterminados pelo Centro de Seleção da UFG. Em hipótese alguma, o candidato terá segunda oportunidade para realizar a prova.

7.2.9 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas, em razão do afastamento do candidato do local de sua realização.

7.2.10 Por motivo de segurança, serão adotados os seguintes procedimentos para a realização da prova:

a) iniciada a prova, nenhum candidato poderá retirar-se do seu ambiente de realização, antes da liberação autorizada pelo coordenador local, em até 2 (duas) horas decorridas do seu início;

b) somente será permitido ao candidato levar o Caderno de Questões a partir das 16 horas, desde que permaneça em sala até esse momento;

c) será terminantemente vedado ao candidato sair do local de realização da prova, com quaisquer anotações, antes das 16 horas;

d) os três últimos candidatos, ao terminarem a prova, deverão permanecer juntos no recinto, sendo liberados somente após a entrega do material utilizado por estes, tendo seus nomes registrados em Relatório de Sala e nele posicionadas suas respectivas assinaturas;

e) ao terminar a prova, o candidato entregará, obrigatoriamente, ao aplicador de provas, de acordo com a prova ao qual foi submetido, o cartão-resposta da Prova Objetiva, conforme determina a alínea “b” deste subitem;

f) NÃO SERÁ PERMITIDO ao candidato ingressar nos locais de prova portando qualquer tipo de arma, salvo os casos previstos em lei, **RELÓGIO** de qualquer espécie, aparelhos eletrônicos, tais como bip, telefone **CELULAR**, MP3, MP4 e similares, agenda eletrônica, notebook e similares, palmtop, pager, tablet, ipod e similares, receptor, gravador, máquina fotográfica, filmadora etc.;

g) não serão permitidas, durante a realização da prova, a comunicação verbal, gestual, escrita, etc. entre candidatos, bem como o uso de livros, anotações, impressos, calculadoras ou similares, lápis, lapiseira, borracha, apontador, óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria (chapéu, boné, gorro, capacete etc.) ou outros materiais similares. Somente será permitido o uso de caneta de tinta preta fabricada em material transparente.

7.2.11 O Centro de Seleção da UFG não se responsabilizará pela guarda de quaisquer materiais dos candidatos, não dispondo de guarda-volume nos locais de realização da prova.

7.2.12 O Centro de Seleção da UFG recomenda que os candidatos **NÃO LEVEM NENHUM DOS OBJETOS NÃO PERMITIDOS, CITADOS ANTERIORMENTE, no dia de realização da prova, POIS O PORTE E/OU USO DESSES OBJETOS ACARRETERÁ NA ELIMINAÇÃO DO CANDIDATO DO CERTAME.**

7.2.13 O Centro de Seleção da UFG se reserva o direito de, em caso de porte e/ou uso dos objetos não permitidos, descritos na alínea “f” do subitem 7.2.10, não comunicar ao candidato no local de prova da sua eliminação, a fim de garantir a tranquilidade e a organização durante a

realização das provas. O fato será lavrado em Relatório de Sala pelos aplicadores de prova e, posteriormente, comunicado ao Centro de Seleção da UFG que, em momento oportuno, promoverá a eliminação do candidato do certame de acordo com as alíneas “f”, “g” e “h” do subitem 12.1 do Edital.

7.2.14 No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação, informações referentes ao seu conteúdo e/ou aos critérios de avaliação e classificação.

7.2.15 Não será permitida a permanência de acompanhante nos locais de prova (exceto para condição especial prevista neste Edital), assim como a permanência de candidato no interior dos prédios após o término das provas.

8 DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO, DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE, DA CLASSIFICAÇÃO E DA NOTA FINAL

8.1 O resultado da Prova Objetiva será a soma dos pontos obtidos em cada questão.

8.2 A Prova Objetiva será eliminatória e classificatória, sendo eliminado do concurso público o candidato que não atingir a pontuação mínima estabelecida no subitem 7.1.5 deste Edital.

8.3 A nota final dos candidatos será a soma dos pontos obtidos na Prova Objetiva.

8.4 Em caso de empate, para efeito de classificação final, terá preferência o candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, na forma do disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal n. 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso).

8.5 Persistindo o empate, prevalecerão os seguintes critérios, sucessivamente:

a) maior número de pontos na Prova de Conhecimentos Específicos;

b) maior número de pontos na Prova de Língua Portuguesa;

c) maior número de pontos na Prova de Matemática;

d) maior número de pontos na Prova de Noções de Informática;

e) maior idade.

8.6 O candidato inscrito como deficiente, nos termos do item 4 deste Edital, se aprovado e classificado, terá seu nome publicado em relação à parte, observada a respectiva ordem de classificação.

8.7 O candidato aprovado e classificado será convocado para nomeação, até o limite do prazo de validade do concurso, observando-se o exclusivo interesse da Administração Pública.

8.8 Os candidatos serão classificados em ordem decrescente das pontuações finais do concurso público.

8.9 A ordem de convocação dos candidatos aprovados coincidirá com a ordem de classificação.

8.10 O candidato aprovado dentro do número de vagas fixado neste Edital terá direito subjetivo à nomeação, desde que preencham todos os requisitos para a investidura nos cargos, podendo os demais candidatos (classificados, além do número de vagas ofertadas) serem convocados para nomeação na medida em que surgirem vagas, até o limite do prazo de validade do concurso, observando-se o interesse da Administração Pública.

9 DOS RESULTADOS

9.1 Os resultados serão disponibilizados no sítio <www.cs.ufg.br>.

9.2 A relação preliminar dos candidatos que apresentaram a documentação exigida para concorrer como deficiente e/ou solicitaram tempo adicional será divulgada dia **26 de março de 2014**, e o resultado final será publicado no dia **8 de abril de 2014**.

9.3 O gabarito preliminar da Prova Objetiva será divulgado no dia **20 de abril de 2014**, após o término das provas.

9.4 O resultado preliminar do concurso, o boletim de desempenho da Prova Objetiva, o gabarito final e a disponibilização do cartão-resposta da Prova Objetiva, serão divulgados no dia **5 de maio**

de 2014.

9.5 A relação preliminar dos candidatos considerados pessoas com deficiência, após realização da Perícia Médica, conforme item 4 deste Edital, será divulgada no dia **21 de maio de 2014**, e a relação final no dia **28 de maio de 2014**.

9.6 O Resultado Final do concurso e o Boletim de Desempenho oficial do concurso serão divulgados no dia **28 de maio de 2014**, no sítio <www.cs.ufg.br>, nos termos deste Edital, com a lista dos nomes dos candidatos aprovados e classificados em ordem decrescente da pontuação final, com a respectiva classificação.

9.7 Não terão acesso ao Boletim de Desempenho os candidatos que forem eliminados do concurso em virtude da aplicação de quaisquer penalidades que constam no item 11 do Edital ou que possuam teor similar.

10 DOS RECURSOS

10.1 Será assegurado ao candidato o direito de interpor recurso contra o:

- a) Edital e seus anexos;
- b) resultado preliminar da isenção do pagamento da taxa de inscrição;
- c) resultado preliminar da entrega da documentação das pessoas com deficiência que optaram em concorrer como deficiente e/ou solicitaram direito ao tempo adicional;
- d) resultado preliminar dos requerimentos de condições especiais;
- e) gabarito preliminar e/ou a formulação ou o conteúdo das questões das provas;
- f) resultado preliminar da Prova Objetiva;
- g) resultado preliminar da Perícia Médica;
- h) resultado preliminar do concurso.

10.2 O candidato poderá interpor recurso contra os resultados previstos no subitem 10.1 do Edital somente via on-line, conforme as orientações contidas no sítio <www.cs.ufg.br>, a partir da 00h01min do dia de início até as 23h59min da data final.

10.3 Fica também assegurado ao candidato que tiver a inscrição indeferida e aquele cuja situação não conste em nenhum dos resultados publicados, conforme o subitem 10.1, o direito de interposição de recurso. Nesse caso, o candidato deverá protocolar recurso pessoalmente ou por meio de procurador, devidamente munido de instrumento procuratório público ou particular com firma reconhecida na Secretaria Administrativa da Universidade do Estado do Amapá – UEAP, situada à Avenida Presidente Vargas, n. 650, Centro, Macapá-AP, CEP 68.900-070, no horário de 8 às 12 e das 14h30min às 17 horas.

10.4 O prazo para interposição de recursos será de 48 (quarenta e oito) horas, em dias úteis, após aplicação das provas e publicação/divulgação dos resultados, exceto contra o Edital do concurso, cujo prazo recursal será conforme a data que consta no cronograma do concurso (Anexo IV).

10.5 Para apresentação de recurso, o candidato deverá:

- a) fundamentar, argumentar com precisão lógica, consistente, concisa e instruir o recurso, devidamente, com material bibliográfico apto ao embasamento, quando for o caso, e com a indicação precisa daquilo em que se julgar prejudicado;
- b) não se identificar no corpo do recurso contra o gabarito preliminar da Prova Objetiva.

10.6 Será indeferido, liminarmente, o pedido de recurso inconsistente e/ou fora das especificações estabelecidas neste Edital.

10.7 Não serão aceitos recursos via fax, via e-mail, via postal ou por procuração.

10.8 Após o julgamento, pela Banca Examinadora, dos recursos interpostos, os pontos correspondentes às questões objetivas porventura anuladas serão atribuídos a todos os candidatos, indistintamente, que não os obtiveram na correção inicial.

10.9 Não haverá qualquer tipo de recurso ou pedido de reconsideração da decisão proferida pela Banca Examinadora.

10.10 Na análise dos recursos interpostos, o Centro de Seleção da UFG determinará a realização de diligências que entender necessárias e, dando provimento, poderá, se for o caso, alterar o resultado.

10.11 A decisão dos recursos será disponibilizada exclusivamente ao interessado. Para tomar conhecimento do inteiro teor do parecer, o interessado deverá acessar o sítio **<www.cs.ufg.br>** por meio do CPF fornecido na inscrição, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data do último dia de recebimento.

11 DAS PENALIDADES

11.1 Será excluído do concurso, ou não será empossado no cargo, o candidato que não cumprir o disposto neste Edital e que:

- a) alegar desconhecimento quanto à data, ao horário e ao local de realização da prova do concurso, divulgados nos termos deste Edital;
- b) faltar ou chegar atrasado ao local de realização das provas (após o horário estabelecido), bem como faltar à perícia médica;
- c) não apresentar um dos documentos de identificação, especificados no subitem 6.1 deste Edital;
- d) ausentar-se do recinto de aplicação de qualquer prova sem permissão;
- e) mantiver conduta incompatível com a condição de candidato ou ser descortês com qualquer um dos supervisores, coordenadores, aplicadores de prova e outros aplicadores ou servidores, bem como com autoridades e pessoas incumbidas da realização do concurso;
- f) for surpreendido durante a realização da prova em comunicação (verbal, escrita, eletrônica ou gestual) com outras pessoas, bem como estiver utilizando fontes de consulta (livros, anotações, impressos, calculadoras etc.), óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria (chapéu, boné, gorro, capacete etc.) ou outros materiais similares;
- g) for surpreendido **PORTANDO E/OU USANDO APARELHOS ELETRÔNICOS**, tais como: bip, telefone **CELULAR**, MP3, MP4 e similares, agenda eletrônica, notebook e similares, palmtop, pager, tablet, Ipod e similares, receptor, gravador, máquina fotográfica etc., bem como **RELÓGIO** de qualquer espécie;
- h) recusar-se a retirar os óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria (chapéu, boné, gorro, capacete etc.) ou outros objetos similares;
- i) não entregar ao aplicador de prova o cartão-resposta da Prova Objetiva;
- j) sair com anotações da sala antes das 16 horas;
- k) não permitir a coleta da impressão digital como forma de identificação e/ou a filmagem;
- l) ultrapassar o tempo limite previsto neste Edital para execução das provas;
- m) fizer declaração falsa ou inexata em qualquer documento;
- n) praticar atos que contrariem as normas do Edital;
- o) não atender às determinações do presente Edital e de seus atos complementares.

11.2 Se, após a(s) prova(s), for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico, que o candidato se utilizou de processos ilícitos, sua prova será anulada, sendo automaticamente eliminado do concurso.

12 DA HOMOLOGAÇÃO

12.1 A homologação será publicada em um jornal de grande circulação, no sítio <www.ueap.ap.gov.br> e no Diário Oficial do Estado do Amapá.

12.2 A homologação do concurso é de competência da Universidade Estadual do Amapá, cabendo a esse órgão a publicação de todos os procedimentos relativos ao ato.

12.3 O Edital de Homologação do resultado final do concurso público contemplará a relação dos candidatos aprovados no certame, relacionados em ordem decrescente de classificação.

12.4 O Edital de Homologação será publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) e no sítio da UEAP <www.ueap.ap.gov.br>, após o resultado final do concurso.

12.5 Na homologação, deverá conter o nome do candidato, aprovado e a classificação em ordem decrescente da pontuação final obtida.

12.6 Serão nomeados, primeiramente, os candidatos aprovados dentro dos limites das vagas definidas para ampla concorrência e as pessoas com deficiência.

13 DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NOS CARGOS

13.1 Para a investidura no cargo, o candidato deverá atender cumulativamente aos seguintes requisitos:

- a)** ser aprovado no concurso e possuir, na data da posse, os requisitos exigidos para o exercício do cargo, conforme estabelecido neste Edital;
- b)** ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo Estatuto da Igualdade entre Brasileiros e Portugueses, com conhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 12 da Constituição da República Federativa do Brasil;
- c)** ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data da posse;
- d)** estar em dia com as obrigações eleitorais;
- e)** estar em dia com as obrigações militares, no caso de candidato do sexo masculino;
- f)** ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, apurada pela Junta Médica Oficial;
- g)** não possuir acúmulo de cargos, empregos e funções públicas, exceto aqueles permitidos no artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal, assegurada a hipótese de opção nos termos da lei, dentro do prazo para a posse, determinado no § 1º do artigo 13 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e Lei nº 0066, de 03 de maio de 1993;
- h)** possuir a escolaridade exigida para o cargo, comprovada por meio de diploma ou certificado de conclusão acompanhado de histórico escolar de curso expedido por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação;
- i)** ter registro no conselho competente ou na Delegacia Regional de Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, se for o caso, bem como estar inteiramente quite com as demais exigências legais do órgão fiscalizador e demais exigências de habilitação para o exercício do cargo, conforme o Anexo I deste Edital;
- j)** Apresentar declaração de bens e valores no ato da posse.

13.2 A comprovação da escolaridade deverá ocorrer necessariamente através da apresentação dos documentos originais, não sendo aceitas cópias autenticadas em cartório ou similares.

13.2.1 Em caso de escolaridade obtida no exterior, os documentos que a comprovam deverão estar devidamente convalidados e serem aceitos no Brasil, conforme determina a legislação aplicável.

13.3 Serão considerados como documentos comprobatórios de experiência a Carteira de Trabalho (CTPS) assinada; ou declaração original do empregador contendo CNPJ e detalhamento das atividades desempenhadas no(s) emprego(s) ocupado(s) e assinatura reconhecida em cartório do empregador ou, para os servidores públicos, ato de nomeação ou certidão emitida pelo respectivo órgão contendo o cargo ocupado e mencionando as atividades desempenhadas e o período trabalhado em dia/mês/ano.

13.4 O profissional autônomo deverá comprovar, com cópia do contrato de prestação de serviço, o período de experiência exigido, acompanhado de declaração original do contratante do serviço, contendo menção das atividades desempenhadas e comprovação por meio do recibo de Pagamento (RPA). O estagiário que tiver a experiência exigida, em estágios, deverá comprová-la por meio de certificado ou declaração da instituição ou órgão contratante.

13.5 O candidato não pode ter sido demitido do Serviço Público Estadual, enquanto ocupante de cargo efetivo ou em comissão nos últimos 5 (cinco) anos, contados da data da publicação do ato penalizador, decorrente das seguintes infrações:

- a)** valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem;
- b)** praticar advocacia administrativa.

13.6 Não poderá retornar ao Serviço Público Estadual o servidor que for demitido ou o servidor que foi destituído do cargo em comissão, nas seguintes hipóteses:

- a)** crime contra a administração pública;
- b)** improbidade administrativa;
- c)** aplicação irregular de dinheiro público;

- d) lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio estadual;
- e) prática de corrupção.

13.7 Somente poderá ser empossado o candidato aprovado que for julgado apto física e mentalmente pela Junta Médica Oficial, para o exercício do cargo, incluindo os candidatos deficientes, reservando-se a junta médica a prerrogativa de solicitar exames complementares ao candidato.

13.8 O candidato que se recusar a apresentar exames complementares será desclassificado.

13.9 Outras exigências estabelecidas em lei poderão ser solicitadas para a posse e para o desempenho das atribuições do cargo, em cumprimento às normas públicas.

13.10 O candidato nomeado para o cargo de provimento efetivo ficará sujeito, nos termos do artigo 41 da Constituição Federal, a estágio probatório, por um período de três anos, durante o qual sua aptidão, capacidade e desempenho no cargo serão avaliados por comissão competente para tal fim.

13.11 É facultado à Unidade de Recursos Humanos da UEAP exigir dos candidatos nomeados, além dos requisitos previstos neste Edital, outros documentos que se fizerem necessários para a posse e para o efetivo exercício do cargo. O não atendimento às solicitações implicará em desclassificação do candidato.

14 DA NOMEAÇÃO E DA POSSE

14.1 Não terá direito à nomeação, o candidato que tenha cometido transgressão disciplinar como servidor público, conforme Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e Lei nº 0066, de 03 de maio de 1993.

14.2 Não terá direito à nomeação o candidato com antecedentes criminais, caso não tenham se passado 5 (cinco) anos da extinção da punibilidade ou do cumprimento da pena.

14.3 O candidato aprovado somente poderá ser empossado se for julgado apto física e mentalmente pela Perícia Médica do Estado, para o exercício do cargo, incluindo os candidatos com deficiência, e apresentar a documentação exigida neste Edital.

14.4 O candidato nomeado que, por qualquer motivo, não tomar posse no prazo estipulado será declarado sem efeito o ato de provimento, conforme a Lei nº 0066, de 03 de maio de 1993;

14.5 No caso de desistência formal da nomeação, prosseguir-se-á a nomeação dos candidatos habilitados, observada a ordem classificatória.

14.6 O candidato nomeado será convocado para a posse, que deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato de sua nomeação, sendo prorrogável por mais trinta dias, dentro do prazo mencionado, a requerimento do interessado e a juízo da administração.

15 DA LOTAÇÃO

15.1 A lotação dos candidatos aprovados dar-se-á na UEAP e poderá ser realizada conforme necessidade e interesse do Estado do Amapá de acordo com o funcionamento do órgão de lotação.

15.2 Os candidatos aprovados, convocados e nomeados pela UEAP serão alocados nos *campi*, onde exercerão suas atividades, de acordo com a necessidade do órgão.

16 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 O prazo de validade do concurso público será de 2 (dois) anos, contado a partir da data de homologação do certame, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período.

16.2 As vagas mencionadas no presente Edital são para provimento de cargo conforme o prazo de validade do concurso e necessidade da Administração Pública.

16.3 A inscrição do candidato ao concurso público implica no conhecimento e na aceitação tácita das condições estabelecidas no presente Edital, e das instruções específicas para o cargo, das quais não poderá alegar desconhecimento.

16.4 As disposições e instruções contidas na página da Internet, nas capas do caderno de provas, nos Editais Complementares e avisos oficiais divulgados pelo Centro de Seleção no sítio <www.cs.ufg.br>, ou em qualquer outro veículo de comunicação, constituirão normas que passarão a integrar o presente Edital.

16.5 Verificada, a qualquer tempo, a inscrição que não atenda a todos os requisitos fixados, esta será cancelada automaticamente.

16.6 Os casos de alterações psicológicas e/ou fisiológicas permanentes ou temporárias (gravidez, estados menstruais, indisposições, câimbras, contusões, crises reumáticas, luxações, fraturas, crises de labirintite e outros) e casos de alterações climáticas (sol, chuva e outros), que diminuam ou limitem a capacidade física dos candidatos de realizarem as provas e terem o acesso ao local, não serão levados em consideração, não sendo concedido qualquer tratamento privilegiado, respeitando-se o princípio da isonomia.

16.7 A inscrição implicará no compromisso tácito, por parte do candidato, em aceitar as condições estabelecidas neste Edital e Anexos, bem como as disposições específicas pertinentes inseridas no Estatuto e no Regimento Geral da UEAP, as quais passam a integrar este Edital como se nele estivessem escritas, não podendo alegar, sob qualquer pretexto, o desconhecimento destas disposições, para qualquer fim.

16.8 A admissão importa no compromisso do candidato habilitado de acatar as normas estabelecidas pela legislação em vigor e pela Unidade de Recursos Humanos da UEAP.

16.9 Todos os documentos relativos a este concurso (provas, requerimentos, cópia de documentos entregues pelos candidatos e outros) constituem propriedade da DIPS da UEAP, mantendo a guarda até o final da validade do concurso, após a qual serão incinerados.

16.10 Os casos omissos serão dirimidos pelo Centro de Seleção da Universidade Federal de Goiás e Universidade do Estado do Amapá.

Macapá-AP, 30 de dezembro de 2013.


Prof. Dra. Maria Lúcia Teixeira Borges
Reitora



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013

ANEXO I – CARGO, ÁREA DE HABILITAÇÃO, REQUISITOS PARA INGRESSO, NÚMERO DE VAGAS PARA AMPLA CONCORRÊNCIA (AC) E RESERVADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (RPD), DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

CARGO	ÁREA DE HABILITAÇÃO	REQUISITO PARA INGRESSO	N. DE VAGAS		
			AC	RPD	TOTAL
Técnico em Planejamento, Orçamento e Finanças	Administração	Diploma de curso de nível superior, na área de formação, Administração, expedido por instituição de ensino reconhecida por órgão oficial e registro no órgão de classe.	02		02
	Ciências Contábeis	Diploma de curso de nível superior, na área de formação em Ciências Contábeis, expedido por instituição de ensino reconhecida por órgão oficial e registro no órgão de classe.	02		02
	Economia	Diploma de curso de nível superior, na área de formação Economia, expedido por instituição de ensino reconhecida por órgão oficial e registro no órgão de classe.	01		01
Técnico em Comunicação	Comunicação Social	Diploma de curso de nível superior, em Comunicação Social, com formação em jornalismo, expedido por instituição de ensino reconhecida por órgão oficial e registro no órgão de classe.	01		01
	Letras	Diploma de curso de nível superior, em Letras com formação em língua estrangeira (Inglês, Francês ou Espanhol), expedido por instituição de ensino reconhecida por órgão oficial.	01		01
	Secretariado	Diploma de curso de nível superior, em Secretariado Executivo, expedido por instituição de ensino reconhecida por órgão oficial.	01		01

CARGO	ÁREA DE HABILITAÇÃO	REQUISITO PARA INGRESSO	N. DE VAGAS		
			AC	RPD	TOTAL
Assistente Jurídico	Advocacia	Diploma de curso de nível superior em Direito, expedido por instituição de ensino reconhecida por órgão oficial e registro na Ordem dos Advogados do Brasil.	02		02
Biblioteconomista	Biblioteconomia	Diploma de curso de nível superior, em Biblioteconomia, expedido por instituição reconhecida por órgão oficial e registro no órgão de classe.	02		02
Analista de Tecnologia de informação	Desenvolvedor de Sistemas	Diploma de curso de nível superior, em Sistemas de Informação, Ciências da Computação e Processamento de Dados, expedido por instituição reconhecida por órgão oficial e registro no órgão de classe.	01		01
	Tecnólogo em Rede	Diploma de curso de nível superior, em Tecnologia em Rede, expedido por instituição reconhecida por órgão oficial e registro no órgão de classe.	02		02
	Web Designer	Diploma de curso de nível superior, em Tecnologia em Web Designer, expedido por instituição reconhecida por órgão oficial e registro no órgão de classe.	01		01
	Suporte ao Usuário	Diploma de curso de nível superior, em qualquer área de Tecnologia da Informação, expedido por instituição reconhecida por órgão oficial e registro no órgão de classe.	03		03
	Banco de Dados	Diploma de curso de nível superior, em Sistemas de Informação, Ciências da Computação e Processamento de Dados, expedido por instituição reconhecida por órgão oficial e registro no órgão de classe.	01		01
Técnico em Infra-estrutura	Arquitetura e Urbanismo	Diploma de curso de nível superior em Arquitetura e Urbanismo, expedido por instituição reconhecida por órgão oficial e registro no órgão de classe.	01		01
	Engenharia Ambiental	Diploma de curso de nível superior em Engenharia Ambiental, expedido por instituição reconhecida por órgão oficial e registro no órgão de classe.	01		01
	Engenharia Civil	Diploma de curso de nível superior em Engenharia Civil, expedido por instituição reconhecida por órgão oficial e registro no órgão de classe.	01		01

CARGO	ÁREA DE HABILITAÇÃO	REQUISITO PARA INGRESSO	N. DE VAGAS		
			AC	RPD	TOTAL
	Engenharia Elétrica	Diploma de curso de nível superior em Engenharia Elétrica, expedido por instituição reconhecida por órgão oficial e registro no órgão de classe.	01	-	01
	Engenharia de Segurança do Trabalho	Diploma de curso de nível superior em Engenharia de Segurança do Trabalho ou qualquer área de Engenharia com Especialização em Engenharia do Trabalho, expedido por instituição reconhecida por órgão oficial e registro no órgão de classe.	01		01
Técnico de Apoio Pedagógico	Educação Física	Diploma de curso de nível superior em Educação Física, expedido por instituição de ensino reconhecida por órgão oficial.	02		02
	Pedagogia	Diploma de curso de nível superior em Pedagogia, expedido por instituição de ensino reconhecida por órgão oficial.	05		05
	Educação a Distância	Diploma de curso de nível superior (licenciatura) em qualquer área do conhecimento com formação em Educação a Distância, expedido por instituição de ensino reconhecida por órgão oficial.	05		05
	Licenciatura em qualquer área do conhecimento (Escritor e Leitor de Braille)	Diploma de curso de nível superior de licenciatura em qualquer área do conhecimento, expedido por instituição de ensino reconhecida por órgão oficial e formação em deficiência visual e baixa visão, domínio de leitura e escrita em Braille.	01		01
	Letras Libras, Letras ou Pedagogia (Libras)	Diploma de curso de nível superior em Letras Libras, expedido por instituição de ensino reconhecida por órgão oficial. Diploma de curso superior em Letras ou Pedagogia com proficiência em tradução/interpretação da língua brasileira de sinais, expedido por instituição de ensino reconhecida por órgão oficial.	03		03
Arquivologista	Arquivologia	Diploma de curso de nível superior em Arquivologia, expedido por instituição ensino reconhecida por órgão oficial e registro no órgão de classe, se houver.	01		01
Psicólogo	Psicologia	Diploma de curso de graduação de nível superior em	01		01

CARGO	ÁREA DE HABILITAÇÃO	REQUISITO PARA INGRESSO	N. DE VAGAS		
			AC	RPD	TOTAL
		Psicologia expedido por instituição de ensino reconhecida por órgão oficial e registro no órgão de classe.			
Assistente Social	Serviço Social	Diploma de curso de nível superior de Assistente Social expedido por instituição de ensino reconhecida por órgão oficial e registro no órgão de classe.	01		01
Técnico de Laboratório	Física	Diploma de curso de nível superior em Física, expedido por Instituição reconhecida por órgão Oficial e registro no órgão de classe.	01		01
	Engenharia de Alimentos	Diploma de curso de nível superior em Engenharia de Alimentos, expedido por instituição de ensino reconhecida por órgão oficial e registro em órgão de classe.	01		01
	Química, Química Industrial ou Engenharia Química.	Diploma de curso de nível superior (bacharelado) em Química, Química Industrial ou Engenharia Química, expedido por instituição de ensino reconhecida por órgão oficial e registro em órgão de classe.	02		02
	Engenharia de Pesca	Diploma de curso de nível superior em Engenharia de Pesca, expedido por instituição de ensino reconhecida por órgão oficial e registro em órgão de classe.	01		01
	Ciências Naturais	Diploma de curso de nível superior em Ciências Naturais, expedido por instituição de ensino reconhecida por órgão oficial e registro em órgão de classe.	01		01
	Biologia	Diploma de curso de nível superior em Biologia, expedido por instituição de ensino reconhecida por órgão oficial e registro em órgão de classe.	01		01
	Engenharia Florestal	Diploma de curso de nível superior na área de formação, expedido por instituição de ensino reconhecida por órgão oficial e registro em órgão de classe.	01		01
	Agronomia	Diploma de curso de nível superior em Agronomia, expedido por instituição de ensino reconhecida por órgão oficial e registro em órgão de classe.	01		01
	Engenharia de Produção	Diploma de curso de nível superior em Engenharia de Produção, expedido por instituição de ensino	01		01

CARGO	ÁREA DE HABILITAÇÃO	REQUISITO PARA INGRESSO	N. DE VAGAS		
			AC	RPD	TOTAL
		reconhecida por órgão oficial e registro em órgão de classe.			
	Tecnologia em Designer	Diploma de curso de nível superior em Tecnologia de Designer, expedido por instituição de ensino reconhecida por órgão oficial e registro em órgão de classe.	01		01
	Letras	Diploma de curso de nível superior em Letras, expedido por instituição de ensino reconhecida por órgão oficial e registro em órgão de classe.	01		01
	Geoprocessamento e Georeferenciamento	Diploma de curso de nível superior (Bacharelado) em qualquer área do conhecimento com Especialização em Geoprocessamento ou Georeferenciamento, expedido por instituição de ensino reconhecida por órgão oficial e registro em órgão de classe.	01		01
TOTAL			57		57

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

CARGO	ÁREA DE HABILITAÇÃO	REQUISITO PARA INGRESSO	N. DE VAGAS		
			AC	RPD	TOTAL
Assistente Administrativo	Ensino Médio	Certificado de conclusão de ensino médio ou equivalente, expedido por instituição de ensino reconhecida por órgão oficial.	34	06	40
Assistente de Laboratório	Mineração e Materiais	Certificado de curso de ensino médio profissionalizante em Mineração ou Materiais ou ensino médio completo com curso profissionalizante em Mineração ou Materiais, expedido por instituição de ensino reconhecida por órgão oficial e registro no órgão de classe.	01		01
	Agrícola	Certificado de curso de ensino médio profissionalizante em agropecuária, agrícola ou agroextrativismo ou ensino médio com curso profissionalizante em agropecuária, agrícola ou agroextrativismo, expedido por instituição de ensino reconhecida por órgão oficial e registro no órgão de classe.	02		02
	Aquicultura e Pesca	Certificado de curso de ensino médio profissionalizante em Aquicultura ou Pesca ou Agroextrativismo ou ensino médio completo com curso profissionalizante em Aquicultura ou Pesca ou Agroextrativismo, expedido por instituição de ensino reconhecida por órgão oficial e registro no órgão de classe.	02		02
	Florestal	Certificado de curso de ensino médio profissionalizante em florestal ou ensino médio com curso profissionalizante em florestal, expedido por instituição de ensino reconhecida por órgão oficial e registro no órgão de classe.	02		02
	Meio Ambiente	Certificado de curso de ensino médio profissionalizante em gestão ambiental ou meio ambiente ou desenvolvimento sustentável ou ensino médio com curso profissionalizante em em gestão ambiental ou meio ambiente ou desenvolvimento sustentável, expedido por instituição de ensino reconhecida por órgão oficial e registro no órgão de classe.	01		01
	Microscopia	Certificado de curso de ensino médio profissionalizante	01		01

CARGO	ÁREA DE HABILITAÇÃO	REQUISITO PARA INGRESSO	N. DE VAGAS		
			AC	RPD	TOTAL
		em microscopia ou ensino médio com curso profissionalizante em microscopia, expedido por instituição de ensino reconhecida por órgão oficial e registro no órgão de classe.			
Motorista de Veículos	Motorista CNH - Categoria D	Certificado de conclusão de ensino médio ou equivalente, expedido por Instituição reconhecida por órgão oficial e CNH categoria D ou E.	02		02
	Motorista CNH- Categoria E	Certificado de conclusão de ensino médio ou equivalente, expedido por Instituição reconhecida por órgão oficial e CNH categoria E.	03		03
Piloto de Embarcação	Piloto	Certificado de conclusão de ensino médio ou equivalente, expedido por instituição de ensino reconhecida por órgão oficial e Carteira Fluvial expedida pela Capitania dos Portos do Ministério da Marinha	01		01
Técnico em Informática	Informática	Certificado de curso de ensino médio técnico profissionalizante ou médio completo e curso técnico na área de Informática, expedido por instituição reconhecida por órgão oficial.	07	01	08
Técnico em Eletrotécnica	Eletrotécnica	Certificado de curso de ensino médio técnico profissionalizante ou médio completo e curso técnico na área, de Eletrotécnica, expedido por instituição reconhecida por órgão oficial.	01		01
Técnico em Eletrônica	Eletrônica	Certificado de curso de ensino médio técnico profissionalizante ou médio completo e curso técnico na área, de Eletrônica, expedido por instituição reconhecida por órgão oficial.	01		01
TOTAL			58	07	65

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

Técnico em Planejamento, Orçamento e Finanças (todas as áreas): realizar atividades de supervisão, programação, coordenação ou execução especializada referentes a estudos, e projetos inerentes ao campo da administração de pessoal, material, orçamento, organização e métodos e comunicações; planejar, organizar e supervisionar os serviços técnico-administrativos, a utilização de recursos humanos, materiais e financeiros, para assegurar a correta aplicação, produtividade e eficiência dos referidos serviços; desenvolver atividades de planejamento, supervisão, coordenação ou execução relativa à administração orçamentária, financeira e patrimonial, contabilidade e auditoria, compreendendo análise, registro e perícia contábil de balancetes, balanços e demonstrativos contábeis; elaborar e executar projetos de interesse da universidade e elaborar e avaliar a execução dos planos, programas e projetos.

Técnico em Comunicação – Comunicação Social: realizar atividades de nível superior, de natureza técnica, relacionadas ao planejamento, organização, coordenação, supervisão, assessoramento, estudo, pesquisa e execução de tarefas relacionadas à comunicação institucional e interface com os meios de comunicação, elaboração de documentários, campanhas publicitárias e cobertura jornalística integrada: produção, redação, reportagem e edição de conteúdos para mídias eletrônicas como rádio, TV, internet e imprensa escrita.

Técnico em Comunicação – Letras: realizar atividades de nível superior, de natureza técnica, relacionadas ao planejamento, organização, coordenação, supervisão, assessoramento, estudo, tradução de textos, pesquisa e execução de tarefas relacionadas à elaboração, análise, revisão e adequação gramatical e de estilo, de textos técnicos, administrativos e legislativos e de outras produções em língua portuguesa, no âmbito da Universidade.

Técnico em Comunicação – Secretariado: realizar atividades de nível superior, de natureza técnica, relacionadas ao planejamento, organização, coordenação, supervisão, assessoramento, estudo, pesquisa e execução de tarefas administrativas e em reuniões, marcando e cancelando compromissos, bem como na coordenação de equipes e atividades, controle documentos e correspondências, atendimento aos usuários externos e internos, organização de eventos e viagens, cerimoniais e protocolo, e prestação de serviços em idiomas estrangeiros

Assistente Jurídico – Advocacia: prestar consultoria e assessoramento jurídico às unidades da instituição, fazendo análise e emitindo parecer quando necessário; analisar e/ou elaborar contratos, convênios, acordos e outros instrumentos jurídicos de interesse da instituição, manifestando-se sobre a observância da legalidade e dos procedimentos administrativos.

Biblioteconomista: desenvolver atividades de planejamento, supervisão, coordenação, orientação e execução referentes à pesquisa, estudos e registro bibliográfico de documento e informação e assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Analista de Tecnologia de Informação: Desenvolvedor de Sistemas: Analisar e diagnosticar as necessidades de informação dos clientes e propor alternativas de solução técnica e estratégia de desenvolvimento; Elicitar requisitos e criar modelos de uso e de testes de sistemas; Elaborar projeto lógico e físico de dados e de sistemas; definir a arquitetura de softwares e de sistemas; Especificar unidades de implementação de software; homologar o sistema; Implantar sistemas; elaborar documentação relativa às etapas de desenvolvimento de sistemas; Planejar, elaborar e ministrar treinamentos relativos a sistemas de informação, ferramentas de acesso e manipulação de dados; Selecionar, implementar e internalizar novas tecnologias de desenvolvimento; prestar assessoramento técnico no que se refere a prazos, recursos e alternativas de desenvolvimento de sistemas; Especificar a manutenção de softwares e de sistemas; acompanhar e avaliar o desempenho dos sistemas implantados e definir medidas corretivas; Planejar e administrar componentes reusáveis e repositórios; certificar e inspecionar modelos e códigos de sistemas; Elaborar e gerenciar projetos de sistemas e software; Auxiliar em atividades de ensino, pesquisa e extensão na sua área e em áreas correlatas a sua formação.

Analista de Tecnologia de Informação – Tecnólogo em Rede: Projetar e definir tecnologia, topologia e configuração de rede de computadores e sistemas de comunicação; Avaliar, especificar, dimensionar e valorar recursos e serviços de comunicação de dados; Elaborar procedimentos para instalação, customização e manutenção dos recursos de rede; Analisar problemas no ambiente operacional de rede e definir procedimentos para correção; Analisar a utilização e o desempenho das redes de computadores e sistemas de comunicação, implementar ações de melhoria e planejar a evolução da rede; Prestar suporte técnico e consultoria quanto à aquisição, à implantação e ao uso adequado dos recursos de rede; Prospectar, analisar e implementar novas ferramentas e recursos de rede; Viabilizar a instalação de novos serviços e aplicações em ambiente operacional de rede; Desenvolver e customizar soluções para administração, gerenciamento e disponibilização de serviços de rede; Definir e implementar os procedimentos de segurança do ambiente de rede; Prestar suporte técnico, relativos à segurança dos serviços de rede, Elaborar documentação, relatórios técnico/analíticos, manuais operacionais e procedimentos concernentes à área de atuação; Auxiliar em atividades de ensino, pesquisa e extensão na sua área e em áreas correlatas a sua formação

Analista de Tecnologia de Informação – Web Designer: Desenvolver e administrar projetos em sítios web (web sites), codificar aplicativos de conteúdo multimídia, programar serviços web (web service), criar animações para ambiente web e multimídia, utilizar ferramentas de tratamento de imagens, projetar e criar interfaces visuais para múltiplos dispositivos, utilizar métodos e padrões web (tableless e web standards). Preparar o escopo e dimensionar os recursos necessários para o desenvolvimento de projetos web e multimídia; Elaborar documentação técnica e de testes de sistemas; Elaborar o projeto detalhado da estrutura funcional, estética e do conteúdo das páginas web e multimídia, editoração e autoração de DVD. Elaborar e realizar procedimentos de testes e correções em sistemas web e multimídia; Executar qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja inserida no âmbito de suas atribuições; Compreender e Implantar padrões e normas de qualidade, governança de tecnologia da informação e segurança da informação; Auxiliar em atividades de ensino, pesquisa e extensão na sua área e em áreas correlatas a sua formação

Analista de Tecnologia de Informação – Suporte ao Usuário: Administrar ambientes informatizados, prestar suporte técnico, interagir com os principais sistemas de gerenciamento de banco de dados relacional; Organizar os sistemas de maneira a obter o melhor desempenho; Garantir o fluxo de informações com segurança, confiabilidade, qualidade e eficiência; Propor a política de uso dos ambientes de banco de dados, em conjunto com Administrador do Sistema; Estabelecer regras para nomenclatura dos dados armazenados, a fim de garantir seu compartilhamento e consistência; Estabelecer regras para o ciclo de vida dos dados armazenados, a fim de evitar o gigantismo do banco de dados. Apoiar as equipes de desenvolvimento na montagem de dados; Estabelecer as políticas para assegurar a disponibilidade do banco e evitar a perda de informações e as normas para os procedimentos de “backup” (total ou seletivo) e paradas do banco para manutenção preventiva; Garantir a segurança lógica do bando de dados e acompanhar o emprego de “triggers”, os procedimentos armazenados (“stored procedures”), visões (“views”), bem como uso de redundância controlada de dados; Assessorar as equipes de desenvolvimentos e vedar práticas que possam por em riscos a consistências do banco ou provocar o seu crescimento desmesurado; Desempenhar outras atividades compatíveis com sua formação inclusive relativas à capacitação de colaboradores e clientes internos.; Compreender e Implantar padrões e normas de qualidade, governança de tecnologia da informação e segurança da informação; Auxiliar em atividades de ensino, pesquisa e extensão na sua área e em áreas correlatas a sua formação.

Analista de Tecnologia de informação – Banco de Dados: Administrar ambientes informatizados, prestar suporte técnico, interagir com os principais sistemas de gerenciamento de banco de dados relacional; Organizar os sistemas de maneira a obter o melhor desempenho; Garantir o fluxo de informações com segurança, confiabilidade, qualidade e eficiência; Propor a política de uso dos ambientes de banco de dados, em conjunto com Administrador do Sistema; Estabelecer regras para nomenclatura dos dados armazenados, a fim de garantir seu compartilhamento e consistência; Estabelecer regras para o ciclo de vida dos dados armazenados, a fim de evitar o gigantismo do banco de dados. Apoiar as equipes de desenvolvimento na montagem de dados; Estabelecer as políticas para assegurar a disponibilidade do banco e evitar a perda de informações e as normas para os procedimentos de “backup” (total ou seletivo) e paradas do banco para manutenção preventiva; Garantir a segurança lógica do bando de dados e acompanhar o emprego de “triggers”, os procedimentos armazenados (“stored procedures”), visões (“views”), bem como uso de redundância controlada de dados; Assessorar as equipes de desenvolvimentos e vedar práticas que possam por em riscos a consistências do banco ou provocar o seu crescimento desmesurado; Desempenhar outras atividades compatíveis com sua formação inclusive relativas à capacitação de colaboradores e clientes internos; Compreender e Implantar padrões e normas de qualidade, governança de tecnologia da informação e segurança da informação; Auxiliar em atividades de ensino, pesquisa e extensão na sua área e em áreas correlatas a sua formação.

Técnico em Infraestrutura – Arquitetura e Urbanismo: realizar atividades de nível superior, de natureza técnica, relacionadas ao planejamento, organização, coordenação, supervisão, assessoramento, estudo, pesquisa e execução de tarefas relacionadas à elaboração, análise, elaborar planos e projetos associados à arquitetura em todas as suas etapas, definindo materiais, acabamentos, técnicas, metodologias, analisando dados e informações; fiscalizar e executar obras e serviços; desenvolver estudos de viabilidade financeira, econômica e ambiental; prestar serviços de assessoramento, bem como assessorar no estabelecimento de políticas de gestão; assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Técnico em Infraestrutura: Engenharia Ambiental: Planejamento ou projeto, em geral, de regiões, zonas, cidades, obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial e agropecuária; estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica; ensino, pesquisas, experimentação e ensaios; fiscalização de obras e serviços técnicos; direção de obras e serviços técnicos; execução de obras e serviços técnicos; produção técnica especializada, industrial ou agro-pecuária; Auxiliar em atividades de ensino, pesquisa e extensão na sua área e em áreas correlatas a sua formação.

Técnico em Infraestrutura – Engenharia Civil: Desenvolver projetos de engenharia e fiscalizar obras; executar estudos, planejamento, projetos e especificações técnicas relacionados ao campo da engenharia civil; coordenar a operação e a manutenção, orçar, e avaliar a contratação de serviços; dos mesmos; controlar a qualidade dos suprimentos e serviços comprados e executados; elaborar normas e documentação técnica. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Técnico em Infraestrutura – Engenharia Elétrica: Desenvolver projetos de engenharia; executar e fiscalizar obras; planejar, coordenar a operação e a manutenção, orçar, e avaliar a contratação de serviços, dos mesmos; controlar a qualidade dos suprimentos e serviços comprados e executados; elaborar normas e documentação técnica. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Técnico em Infraestrutura – Engenharia de Segurança do Trabalho: Elaborar e executar projetos de normas e sistemas para programas de segurança do trabalho, estudos e estabelecer métodos e técnicas, para prevenir acidentes de trabalhos e doenças profissionais; acompanhar e fiscalizar a execução de obras civis contratadas; avaliar e emitir parecer sobre a situação das edificações, das reformas dos prédios próprios e locados e dos ambientes de trabalho no âmbito da Instituição; controlar perdas potenciais e reais de processos, produtos e serviços e ao identificá-las, determinar e analisar suas causas, estabelecendo plano de ações preventivas e corretivas; desenvolver, testar e supervisionar sistemas, processos e métodos de trabalho; acompanhar atividades de segurança do trabalho e do meio ambiente; planejar empreendimentos e atividades diversas e coordenar equipes, treinamentos e atividades de trabalho; emitir laudos na condição de assistente técnico e divulgar documentos técnicos como relatórios, mapas de risco e contratos; avaliar laudos técnicos e emitir pareceres e relatórios de atividades; auxiliar na elaboração de projetos e convênios; Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Técnico de Apoio Pedagógico – Educação Física: Elaborar e executar projetos, programas, planos, estudos, atividades físicas, atividades de lazer, esporte, recreação e eventos educativos, desportivas e similares envolvendo acadêmicos, servidores e comunidade; emitir parecer em assuntos didáticos e pedagógicos; assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Técnico de Apoio Pedagógico – Pedagogia: Atividade de nível superior relacionada ao planejamento, coordenação, supervisão, orientação e execução de tarefas envolvendo a elaboração de informações, relatórios, estudos, pesquisa, projetos e pareceres de natureza especializada, em grau de maior complexidade, fundamentados em legislação dos sistemas de educação básica e superior, pesquisas efetuadas e afins, bem como assistência em atividades inerentes à sua área de atuação. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração acadêmica da instituição.

Técnico de Apoio Pedagógico – Educação a Distância: Elaborar e executar projetos, programas, planos, estudos, atividades de Educação à Distância; desenvolver projeto didático pedagógico de cursos e o material didático, assessorar docentes; coordenar projetos de formação de tutores nos ambientes virtual e presencial de aprendizagem dúvidas foram sanadas; auxiliar os acadêmicos; assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão

Técnico de Apoio Pedagógico – Escritor e Leitor de Braille: Planejar, elaborar, executar e coordenar as atividades relacionadas com a respectiva área de formação profissional. Efetuar a revisão de textos em Braille; realizar leitura tátil de textos impressos em Braille e adaptações em relevo; ler textos transcritos em português ou em língua estrangeira e corrigir erros de transcrição; desenvolver outras atividades de acordo com as especificidades do setor de lotação.

Técnico de Apoio Pedagógico – Libras: Planejar, elaborar, executar e coordenar as atividades relacionadas com a respectiva área de formação profissional em atendimento aos acadêmicos; Elaborar, executar e apoiar atividades desenvolver outras atividades de acordo com as especificidades do setor de lotação. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Arquivologista: desempenhar atividades de planejamento, organização e direção de serviços de arquivo; planejamento, orientação e acompanhamento do processo documental e informativo; planejamento, orientação e direção das atividades de identificação das espécies documentais e participação no planejamento de novos documentos e controle de multicópias; planejamento, organização e direção de serviços ou centro de documentação e informação constituídos de acervos arquivísticos e mistos; planejamento, organização e direção de serviços de microfilmagem aplicada aos arquivos; orientação quanto à classificação, arranjo e descrição de documentos; orientação da avaliação e seleção de documentos para fins de preservação; promoção de medidas necessárias à conservação de documentos; elaboração de pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivísticos; assessoramento aos trabalhos de pesquisa científica ou técnico-administrativa; desenvolvimento de estudos a respeito de documentos, bem como outras atividades de interesse da instituição que, por sua natureza, estejam inseridas no âmbito das atribuições do cargo e da área de atuação; assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Psicólogo: estudar, pesquisar e avaliar o desenvolvimento emocional e os processos mentais e sociais de indivíduos e grupos no âmbito da instituição de ensino, com a finalidade de proceder à análise, tratamento e orientação ao membro da comunidade acadêmica; diagnosticar e avaliar distúrbios emocionais e mentais e de adaptação social, elucidando conflitos e questões e acompanhando o(s) paciente(s) durante o processo de tratamento ou cura; investigar os fatores inconscientes do comportamento individual e grupal, tornando-os conscientes e assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Assistente Social – Serviço Social: realizar atividades de supervisão, coordenação, orientação e execução qualificada, com ou sem supervisão superior, de trabalhos relacionados com o desenvolvimento, diagnóstico e tratamento da comunidade acadêmica em seus aspectos sociais; prestar serviços de âmbito social a indivíduos e grupos, identificando e analisando problemas e necessidades materiais, psíquicas e de outra ordem, aplicando métodos e processos básicos sociais, para prevenir ou eliminar desajustes de natureza biopsicossocial e promover a interação dessas pessoas à sociedade; assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Técnico em Laboratório – Física: Executar trabalhos técnicos de laboratório relacionados com a área de atuação, realizando ou orientando coleta, análise e registros de manuais e substâncias através de métodos específicos. Operar equipamentos regulando e monitorando o funcionamento dos mesmos e mantendo-os em condição de uso. Auxiliar na elaboração de manuais, roteiros e procedimentos experimentais. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Técnico em Laboratório – Engenharia de Alimentos: Analisar e interpretar informações obtidas de medições, determinações, identificações, definindo procedimentos técnicos a serem adotados, sob supervisão. Interpretar resultados dos exames, ensaios e testes, sob orientação, encaminhando-os para a elaboração de laudos, quando necessário. Realizar experiências e testes em laboratório, executando o controle de qualidade e caracterização do material. Auxiliar professores e alunos em aulas práticas e estágios. Auxiliar na realização de exames anatomopatológicos, preparando amostras, lâminas microscópicas, meios de cultura, soluções, testes químicos e reativos. Administrar medicamentos e similares em animais, sob orientação. Controlar e supervisionar a utilização de materiais, instrumentos e equipamentos do laboratório. Zelar pela manutenção, limpeza, assepsia e conservação de equipamentos e utensílios do laboratório em conformidade com as normas de qualidade, de biossegurança e controle do meio-ambiente. Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática. Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Técnico em Laboratório – Química, Química Industrial ou Engenharia Química: Executar trabalhos de técnico de laboratório relacionados com a área de atuação realizando ou orientando coleta, análise e registros de material e substâncias através de métodos específicos. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Técnico em Laboratório – Engenharia de Pesca: Estudar as condições físicas, químicas e biológicas do ambiente aquático, estabelecendo métodos de exploração sem causar danos ecológicos. Planejar e dirigir projetos pesqueiros, coordenando a mão-de-obra, definindo os equipamentos necessários e administrando os recursos financeiros. Desenvolver estudos sobre técnicas de captura, conservação, beneficiamento e industrialização do pescado. Realizar investigações, por meio de métodos estatísticos, para avaliar a qualidade e quantidade das espécies em uma determinada região. Estudar e implantar, na área da aquicultura, métodos de criação e reprodução de animais aquáticos em cativeiros, definir as instalações para o seu cultivo, Desenvolver estudos sobre o ambiente ecológico onde vive o pescado, analisando e classificando as espécies da fauna aquática. Investigar e experimentar processos de criação e desenvolvimento do pescado. Atuar junto às comunidades de pescadores, ensinando novas tecnologias e realizando planejamento sócio-econômico. Participar de programa de treinamento, quando convocado. Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática. Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Técnico em Laboratório – Ciências Naturais: Orientar os alunos no processo de construção da leitura, escrita, conceitos de ciências naturais, noções de tempo e espaço, atividades artísticas, corporais, entre outras, de acordo com a legislação educacional vigente. Organizar eventos e/ou atividades sociais, culturais e pedagógicas, traçando os objetivos do evento, preparando roteiros e instrumentos para registro, instruindo os alunos a participar, bem como solicitando autorização da direção da escola para a realização do mesmo. Participar de cursos, encontros, seminários, com a finalidade de promover a contínua formação e o aperfeiçoamento profissional, bem como de Conselhos de Classe, Reuniões Pedagógicas, entre outros. Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação. Ministrando treinamento, palestra e/ou aula de aperfeiçoamento do pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Técnico em Laboratório – Biologia: Estudar seres vivos, desenvolver pesquisas na área de biologia, biologia molecular, biotecnologia, biologia ambiental e epidemiologia e inventariar biodiversidade; organizar coleções biológicas; manejar recursos naturais; desenvolver atividades de educação ambiental; realizar diagnósticos biológicos, moleculares e ambientais, além de análises clínicas, citológicas, citogênicas e patológicas. Assessorar nas atividades de

Técnico em Laboratório – Engenharia Florestal: Planejar, executar, controlar e fiscalizar programas, projetos, obras e serviços técnicos de engenharia florestal; acompanhar/fiscalizar obras e serviços, objetos de convênios, contratos e objetos congêneres; desenvolver atividades voltadas ao acompanhamento de projetos agropecuários; desenvolver atividades de direção e assessoramento superior; desenvolver outras atividades correlatas à natureza do cargo e às atividades finalísticas, fazendo uso de todos equipamentos e recursos disponíveis para a consecução dessas atividades. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Técnico em Laboratório – Agronomia: Desenvolver projetos de engenharia; executar obras; planejar, coordenar a operação e a manutenção, orçar, e avaliar a contratação de serviços; dos mesmos; controlar a qualidade dos suprimentos e serviços comprados e executados; elaborar normas e documentação técnica. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. planejar e supervisionar a aplicação de princípios e processos básicos da produção agrícola, combinando conhecimentos específicos sobre o solo, clima, culturas e rebanhos; acompanhar e supervisionar projetos agropecuários e agroindustriais; elaborar laudos e pareceres técnicos; realizar o planejamento, supervisão, programação ou execução especializada de projetos em geral sobre a preservação e exploração de recursos naturais, da economia rural, defesa e inspeção agrícolas e promoção agropecuária; acompanhar/fiscalizar obras e serviços, objetos de convênios, contratos e objetos congêneres; desenvolver atividades de direção e assessoramento superior; desenvolver outras atividades correlatas à natureza do cargo e às atividades finalísticas, fazendo uso de todos equipamentos e recursos disponíveis para a consecução dessas atividades. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Técnico em Laboratório – Engenharia de Produção: Dimensionar e integrar recursos físicos, humanos e financeiros considerando a possibilidade de melhorias contínuas. Utilizar ferramental matemático e estatístico para modelar sistemas de produção e auxiliar na tomada de decisões. Projetar, implementar e aperfeiçoar sistemas, produtos, serviços e processos. Prever e analisar demandas, selecionar tecnologias e know-how, projetando produtos ou melhorando suas características e funcionalidades. Incorporar conceitos e técnicas de qualidade no processo produtivo, nos seus aspectos tecnológicos e organizacionais. Prever a evolução do cenário produtivo, percebendo a interação entre as organizações e os seus impactos sobre a competitividade. Acompanhar os avanços tecnológicos, organizando-os e colocando-os a serviço da demanda da instituição. Compreender a inter-relação dos sistemas de produção com o meio ambiente, tanto no que se refere à utilização de recursos escassos, quanto à disposição final de resíduos e rejeitos, atento à sustentabilidade. Utilizar indicadores de desempenho, sistemas de custeio, bem como avaliar a viabilidade econômica e financeira de projetos. Otimizar e gerenciar o fluxo de informações na instituição. Participar de programa de treinamento, quando convocado. Participar, conforme a política interna da instituição, de projetos, cursos, eventos, comissões, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão. Elaborar relatórios e laudos técnicos em sua área de especialidade; Trabalhar segundo normas técnicas de segurança, qualidade, produtividade, higiene e preservação ambiental. Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e programas de informática. Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Técnico em Laboratório – Tecnologia em Designer: Orientar na elaboração de projetos de interiores, equacionando fatores estéticos, simbólicos, ergonômicos e técnicos, considerando também questões socioeconômicas e culturais. Elaborar e gerenciar projetos para a indústria de confecção do vestuário, considerando fatores estéticos, simbólicos, ergonômicos e produtivos. Elaborar e gerenciar projetos de produtos variados como: embalagens, móveis, joias, calçados, considerando a vocação regional. Planejar e executar a programação visual de jornais, revistas, livros e outros materiais impressos, produz imagens, cria e edita infográficos, páginas e portais da internet e animações em meio digital. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Técnico em Laboratório – Letras: Redigir, ler, revisar e corrigir textos quanto a ortografia, gramática, diagramação, organização, clareza, estilística e adequação de todos os textos para circulação interna e externa, dentre outras atividades relacionadas. Formatar textos de acordo com as regras da ABNT e da CEB Distribuição. Digitar e formatar textos gerados nos processos de Brainstorming, mapas mentais e informações advindas de fluxogramas. Realizar entrevista com empregados, visando a elaboração de procedimentos operacionais, identificação dos documentos e registro das áreas visitadas. Elaborar despachos, cartas, memorandos, portarias, atestados técnicos, relatórios e documentos diversos e conduzir veículos da Empresa, quando autorizado. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Técnico em Laboratório –Geoprocessamento e Georeferenciamento: Planejar, organizar, acompanhar e executar programas e projetos de georeferenciamento e geoprocessamento, incluindo as florestas, pesquisando e aplicando princípios teóricos e técnicas relativas ao seu campo de atuação; Analisar, estudar, avaliar e emitir pareceres estabelecendo ou valendo-se de metodologias apropriadas, para a otimização dos recursos disponíveis; Desenvolver critérios para exigências de estudo de impacto ambiental de atividades modificadoras do meio ambiente em áreas agrária e fundiária; Realizar outras atividades correlatas previstas em leis, regulamentos e normas técnicas. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

Assistente Administrativo: executar serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística; atender fornecedores e clientes, prestando e recebendo informações sobre produtos e serviços; organizar e controlar a tramitação de expedientes internos e externos e manter toda a documentação devidamente arquivada; preparar relatórios e planilhas e executar serviços gerais de natureza burocrática da UEAP.

Assistente de Laboratório: Mineração e Materiais: as atribuições constantes no Art. 4 do Decreto Nº 90.922, de 06/02/1985 e suas alterações; conduzir a execução técnica dos trabalhos de sua especialidade; prestar assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas; orientar e coordenar a execução dos serviços de manutenção de equipamentos e instalações; dar assistência técnica na compra, venda e utilização de produtos e equipamentos especializado; responsabilizar-se pela elaboração e execução de projetos compatíveis com a respectiva formação profissional; As previstas na Resolução 218 de 29/06/1973 do CONFEA e suas alterações. Auxiliar em atividades de ensino, pesquisa e extensão na sua área e em áreas correlatas a sua formação; prezar pelo laboratório assim como equipamentos e materiais contidos no mesmo. Deve conhecer a operação em: máquina de caracterização mecânica, equipamentos de laboratório para tratamentos de amostras diversas (moinhos de martelo e de facas), agitador magnético com peneiras peneira classificadora, mantas aquecedoras, fornos muflas, estufas, betoneira, prensa manual para conformação. Deve conhecer os materiais metálicos, poliméricos, cerâmicos e compósitos, sabendo preparar e manipular conforme Normas corpos de prova para ensaios diversos.

Assistente de Laboratório: Agrícola: As atribuições constantes no Art. 4 do Decreto Nº 90.922, de 06/02/1985 e suas alterações: Conduzir a execução técnica dos trabalhos de sua especialidade; prestar assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas; orientar e coordenar a execução dos serviços de manutenção de equipamentos e instalações; dar assistência técnica na compra, venda e utilização de produtos e equipamentos especializados; responsabilizar-se pela elaboração e execução de projetos compatíveis com a respectiva formação profissional; As previstas na Resolução 218 de 29/06/1973 do CONFEA e suas alterações; Auxiliar em atividades de ensino, pesquisa e extensão na sua área e em áreas correlatas a sua formação.

Assistente de Laboratório - Aquicultura e Pesca: as atribuições constantes no Art. 4 do Decreto Nº 90.922, de 06/02/1985 e suas alterações; conduzir a execução técnica dos trabalhos de sua especialidade; prestar assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas; orientar e coordenar a execução dos serviços de manutenção de equipamentos e instalações; dar assistência técnica na compra, venda e utilização de produtos e equipamentos especializados; responsabilizar-se pela elaboração e execução de projetos compatíveis com a respectiva formação profissional; As previstas na Resolução 218 de 29/06/1973 do CONFEA e suas alterações; Auxiliar em atividades de ensino, pesquisa e extensão na sua área e em áreas correlatas a sua formação.

Assistente de Laboratório - Florestal: As atribuições constantes no Art. 4 do Decreto Nº 90.922, de 06/02/1985 e suas alterações: Conduzir a execução técnica dos trabalhos de sua especialidade; prestar assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas; orientar e coordenar a execução dos serviços de manutenção de equipamentos e instalações; dar assistência técnica na compra, venda e utilização de produtos e equipamentos especializados; responsabilizar-se pela elaboração e execução de projetos compatíveis com a respectiva formação profissional; As previstas na Resolução 218 de 29/06/1973 do CONFEA e suas alterações; Auxiliar em atividades de ensino, pesquisa e extensão na sua área e em áreas correlatas a sua formação.

Assistente de Laboratório – Meio Ambiente: Desenvolver as atividades de planejamento ambiental, organizacional e estratégico, para a perfeita execução das políticas e normas de meio ambiente formuladas no âmbito do Estado; Executar, monitorar e avaliar as políticas e normas estaduais de meio ambiente, conforme a regulação, gestão e ordenamento do uso e do acesso aos recursos ambientais, incluindo as florestas, visando à melhoria da qualidade ambiental e do uso sustentável dos recursos naturais; Promover estudos e proposições de instrumentos estratégicos à implementação de políticas nacionais, regionais e locais de meio ambiente, bem como de seu acompanhamento, avaliação e controle; Desenvolver estratégias e propor soluções de integração entre políticas ambientais e setoriais, com base nos princípios e nas diretrizes do desenvolvimento sustentável; Promover o monitoramento, a fiscalização, o licenciamento e a auditoria ambiental; Prestar informações e orientações a respeito dos procedimentos administrativos

para o licenciamento ambiental de empreendimentos; Promover a conservação dos ecossistemas e das espécies neles inseridas, incluindo seu manejo e proteção; Desenvolver critérios para exigências de estudo de impacto ambiental de atividades modificadoras ou potencialmente modificadoras do meio ambiente; Estimular a difusão de tecnologias, de informação e de educação ambiental; Emitir certificados ou laudos oficiais de análises laboratoriais, pareceres técnicos, despachos e outros documentos fito e zoonosológicos, de acordo com a sua área de habilitação; Realizar outras atividades correlatas previstas em leis, regulamentos e normas técnicas; Auxiliar em atividades de ensino, pesquisa e extensão na sua área e em áreas correlatas a sua formação.

Assistente de Laboratório – Microscopia: Executar atividades técnicas em laboratório de patologia clínica, realizando dosagens e análises bacteriológicas, bacterioscópicas, micóticas e parasitológicas, realizando e orientando exames, testes e cultura de microrganismos, por meio de manipulação de aparelhos de laboratório e por outros meios para possibilitar diagnóstico, tratamento ou prevenção das doenças; Executar análises morfológicas e histológicas animais e vegetais; Seguir os padrões técnicos estabelecidos para realização dos exames e as normas de biossegurança; Auxiliar em atividades de ensino, pesquisa e extensão na sua área e em áreas correlatas a sua formação.

Motorista de Veículos: dirigir e manobrar veículos e transportar pessoas, cargas ou valores com segurança; realizar verificações e manutenções básicas do veículo e utilizar equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa.

Piloto de embarcação: dirigir e manobrar embarcações e transportar pessoas e cargas; realizar verificações e manutenções básicas do veículo e utilizar equipamentos.

Técnico em Informática: executar ou auxiliar a execução de tarefas de trabalhos relacionados com as atividades na área de informática, incluindo atividades de desenvolvimento de projetos e programas básicos de computador, instalação, configuração, operação, suporte de sistema de microcomputadores e planejamento de hipertextos, respeitados os regulamentos do serviço.

Técnico em Eletrotécnica: operacionalizar e manter equipamentos eletroeletrônicos e de multimídia utilizados na universidade; supervisionar e manter em condições de uso equipamentos e máquinas utilizadas em laboratórios. As atribuições constantes no Art. 4 do Decreto Nº 90.922, de 06/02/1985 e suas alterações; Conduzir a execução técnica dos trabalhos de sua especialidade; prestar assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas; orientar e coordenar a execução dos serviços de manutenção de equipamentos e instalações; dar assistência técnica na compra, venda e utilização de produtos e equipamentos especializados; responsabilizar-se pela elaboração e execução de projetos compatíveis com a respectiva formação profissional; auxiliar em atividades de ensino, pesquisa e extensão na sua área e em áreas correlatas a sua formação.

Técnico em Eletrônica: Conduzir a execução técnica dos trabalhos de sua especialidade; prestar assistência técnica no estudo e desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas; orientar e coordenar a execução dos serviços de manutenção de equipamentos e instalações; dar assistência técnica na compra, venda e utilização de produtos e equipamentos especializados; responsabilizar-se pela elaboração e execução de projetos compatíveis com a respectiva formação profissional; As previstas na Resolução 218 de 29/06/1973 do CONFEA e suas alterações; Auxiliar em atividades de ensino, pesquisa e extensão na sua área e em áreas correlatas a sua formação.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS DO QUADRO DE TÉCNICOS EFETIVOS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ

ANEXO II – LAUDO MÉDICO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O candidato deverá enviar uma cópia autenticada ou o original deste Laudo Médico, devidamente preenchido, até o dia **19 de março de 2014** para o Centro de Seleção da UFG situado à Rua 226, q. 71, s.n., Setor Universitário, Goiânia-GO, CEP 74.610-130. Todos os dados solicitados no laudo deverão ser rigorosamente preenchidos, caso contrário poderá implicar em prejuízos ao candidato.

O (A) candidato(a) _____
inscrição n. _____, portador(a) do documento de identificação n. _____, CPF n. _____, telefone (s) _____,
concorrendo ao Concurso Público para o provimento de vagas dos cargos do Concurso Público para provimento de vagas do quadro de Técnicos Efetivos da Universidade do Estado do Amapá, foi submetido(a) nesta data, a exame clínico sendo identificada a existência de deficiência de conformidade com o Decreto n. 3.298 de 20 de dezembro de 1999 e suas alterações posteriores e a Súmula n. 377-STJ, de 22 de abril de 2009.

Assinale ou circule, a seguir, o tipo de deficiência do candidato:

I – DEFICIÊNCIA FÍSICA*

1. Paraplegia	6. Tetraparesia	11. Amputação ou Ausência de Membro
2. Paraparesia	7. Triplegia	12. Paralisia Cerebral
3. Monoplegia	8. Triparesia	13. Membros com Deformidade Congênita ou Adquirida
4. Monoparesia	9. Hemiplegia	14. Ostomias
5. Tetraplegia	10. Hemiparesia	15. Nanismo

*Exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

II – DEFICIÊNCIA AUDITIVA*: perda bilateral, parcial ou total de 41 decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma, nas frequências de 500 Hz, 1.000 Hz, 2.000 Hz e 3.000 Hz.

* Para os candidatos com deficiência auditiva, o laudo médico deverá vir acompanhado do original do exame de audiometria recente, realizado até 6 (seis) meses anteriores ao último dia das inscrições.

III – DEFICIÊNCIA VISUAL:

Cegueira - acuidade visual igual ou menor que 0,05 (20/400) no melhor olho, com a melhor correção óptica.

Baixa visão - acuidade visual entre 0,3 (20/66) e 0,05 (20/400) no melhor olho, com a melhor correção óptica.

Campo visual - em ambos os olhos forem iguais ou menores que 60°.

A ocorrência simultânea de quaisquer das situações anteriores.

Visão monocular.

Para os candidatos com deficiência visual, o laudo médico deverá vir acompanhado do original do exame de acuidade visual em ambos os olhos (AO), patologia e campo visual recente, realizado até 6 (seis) meses anteriores ao último dia das inscrições.

IV – DEFICIÊNCIA MENTAL: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

1. Comunicação	3. Habilidades sociais	5. Saúde e segurança	7. Lazer
2. Cuidado pessoal	4. Utilização dos recursos da comunidade	6. Habilidades acadêmicas	8. Trabalho

Para os candidatos portadores de deficiência mental, o laudo médico deverá vir acompanhado do original do Teste de Avaliação Cognitiva (Intelectual), especificando o grau ou nível de funcionamento intelectual em relação à média, emitido por médico psiquiatra ou por psicólogo, realizado em até 6 (seis) meses anteriores ao último dia das inscrições.

V – DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA: associação de duas ou mais deficiências.

VI – CÓDIGO INTERNACIONAL DE DOENÇAS (CID 10):

VII – DESCRIÇÃO DETALHADA DA DEFICIÊNCIA (o médico deverá descrever a espécie e o grau ou o nível da deficiência, bem como a sua provável causa, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças):

VIII – TEMPO ADICIONAL (se, em razão da deficiência, o candidato necessitar de tempo adicional para fazer a prova, o especialista da área de sua deficiência deverá expressar claramente abaixo essa informação com a respectiva justificativa).

O laudo que não apresentar a justificativa para concessão do tempo adicional ou aquele no qual o médico descrever que o candidato não necessita desse tempo terá o pedido indeferido.

_____ , ____/____/_____
Local Data

Assinatura, carimbo e CRM do(a) médico(a)

Assinatura do(a) candidato(a)



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013

Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14

ANEXO III – PROGRAMAS DAS PROVAS

CARGOS COM REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO DE NÍVEL SUPERIOR

LÍNGUA PORTUGUESA PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

1. Leitura, interpretação e análise de textos de diferentes gêneros textuais. Efeitos de sentidos produzidos nos textos. 2. Linguagem verbal e não verbal. 3. Mecanismos de produção de sentidos nos textos: metáfora, metonímia, paralelismo, ambiguidade, citação, pressuposto, subentendido, inferência, ironia, intertextualidade etc. 4. Uso de artigos, pronomes, substantivos e outros recursos estabelecadores da referência textual. 5. Utilização de mecanismos discursivos e linguísticos de coerência e coesão textuais (escolha lexical, progressão temática paralelismo sintático e/ou semântico, escolha e relevância dos tópicos e informações em relação ao tema e ao ponto de vista assumido, orientação e força dos argumentos, repetição, retomadas, anáforas, conectivos, pontuação), conforme o gênero e os propósitos do texto. 6. Funcionalidade e características dos gêneros textuais: ofício, memorando, e-mails, carta comercial, carta pessoal, aviso, charge, conto, crônica, tira, artigo de opinião e artigo de divulgação científica, reportagem, notícia, propaganda institucional/educativa, caricatura. 7. Funcionalidade e características dos diferentes discursos (jornalístico, político, acadêmico, publicitário, literário, científico, etc.). Análise de indicadores presentes no texto para identificar as várias vozes do discurso e o ponto de vista que determina o tratamento dado ao conteúdo para confrontá-lo com o de outros textos, com outras opiniões e posicionar-se criticamente diante dele. 8. Organização da frase. Sujeito e complemento sintáticos. Tempos e modos verbais. Modalidade. Voz verbal. Concordância verbal e nominal. Regência dos nomes e dos verbos. Adjetivos. Advérbios. Preposições. Conjunções. 9. Formação das palavras. Composição, derivação. Acentuação gráfica. 10. Variação linguística: sociocultural, geográfica, histórica. Variação entre modalidades da língua (fala e escrita). Usos da língua no universo virtual. 11. Língua padrão normativa. 12. Ortografia oficial. 13. Pontuação.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ABAURRE; M. L. M.; ABAURRE; M. B. M. Produção de texto. Interlocução e gêneros. São Paulo: Moderna, 2007.
ANDRADE, M. M.; HENRIQUES, A. Língua portuguesa: noções básicas para cursos superiores. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
BAGNO, M. Preconceito linguístico. Rio de Janeiro: Loyola, 2003.
BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
DOUGLAS, TUFANO, MICHAELIS Guia Prático da Nova Ortografia. São Paulo: Melhoramentos, 2009.
FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. Lições do texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2002.
ILARI; R.; BASSO, R. O português da gente. São Paulo: Contexto, 2006.
KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. A coerência Textual. São Paulo: Contexto, 2008.
KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto: 2007.
MAINGUENEAU, D. Análise de Textos de Comunicação. São Paulo: Cortez, 2001.
MEDEIROS, J. B. Português instrumental. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
NEVES, M. H. M. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
TRAVAGLIA, L. C. Gramática: Ensino plural. São Paulo: Cortez, 2003.

MATEMÁTICA PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

1. Conjuntos numéricos: números naturais e números inteiros: operações, relação de ordem, divisibilidade, máximo divisor comum, mínimo múltiplo comum e decomposição em fatores primos; números racionais e irracionais: operações, relação de ordem, propriedades e valor absoluto; números complexos: conceito, operações e representação geométrica. 2. Progressão aritmética e progressão geométrica: razão, termo geral e soma dos termos; situações-problema envolvendo progressões. 3. Noções de matemática financeira: razão e proporção; porcentagem; juros simples e composto. 4. Equações e inequações: conceito; resolução e discussão. 5. Funções: conceito e representação gráfica das funções: afim, quadrática, exponencial, logarítmica, trigonométricas e modulares; situações-problema envolvendo funções. 6. Sistemas de equações: conceito; resolução, discussão e representação geométrica. 7. Análise combinatória: princípio fundamental de contagem; combinações e permutações. 8. Noções de estatística: apresentação de dados estatísticos: tabelas e gráficos; medidas de centralidade: média aritmética, média ponderada, mediana e moda. 9. Probabilidade: probabilidade de um evento; interseção e reunião de eventos; probabilidade



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013

Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14

condicional. 10. Geometria: figuras geométricas planas e espaciais: ângulos, retas, *polígonos*, circunferências e círculos; relações métricas nos polígonos; perímetro de polígono e comprimento de circunferência; área de polígono e do círculo; volume de sólidos.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

Poderá ser utilizado qualquer livro do Ensino Médio ou Superior que trate dos assuntos do programa.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

1. Conceitos básicos de operação com arquivos e pastas em ambientes Windows e Linux. 2. Conhecimentos básicos de aplicativos para edição de texto, planilha eletrônica e apresentação eletrônica utilizando LibreOffice. 3. Conhecimentos básicos de aplicativos para Internet. 4. Hardware: entrada, processamento, armazenamento e saída de dados. 5. Conhecimentos básicos de segurança da informação e segurança na Internet.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

BRAGA, William César. MS power point XP/2002: IT Educacional. Editora Alta Books.
CAPRON, H. L.; JOHSON J. A. Introdução à informática. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
COX, Joyce; PREPPERNAU, Joan. Windows 7 – Passo a Passo. São Paulo: Editora Bookman, 2010.
_____. Windows Vista - Passo a Passo. São Paulo: Editora Bookman, 2007.
_____. Microsoft Office Word 2007 - Passo a Passo. Porto Alegre: Editora Artmed, 2007
_____. Microsoft Office powerpoint 2007 - Passo a Passo. Porto Alegre: Editora Artmed, 2007.
FRYE, Curtis. Microsoft Office Excel 2007 - Passo a Passo. Editora Bookman, 2007.
LIBREOFFICE.ORG. Documentação do LibreOffice.org. Disponível em <http://pt-br.libreoffice.org/>. Acessado em jan/2014.
COOPER, Brian. Como pesquisar na internet. Col. Sucesso Profissional Informática. Editora Publifolha.
GOOGLE CHROME. Sítio oficial do Google Chrome. Disponível em <http://www.google.com/chrome>. Acessado em: jan/2014.
MANZANO, André Luiz N. G.; TAKA, Carlos Eduardo M. Estudo dirigido de Microsoft Office Word 2003 - Avançado. Editora Érica, 2004.
MANZANO, Jose Augusto N. G.; MANZANO, André Luiz N. G. Estudo dirigido de Microsoft Office Excel 2003/avançado. Editora Érica, 2004.
MANZANO, Luiz N. G. Power Point XP. Editora Érica, 2001.
MARIMOTO, Carlos E. Linux: Entendendo o sistema - Guia Prático. Editora Sulina
MICROSOFT INTERNET EXPLORER. Sítio oficial do Microsoft Internet Explorer. Disponível em <http://windows.microsoft.com/pt-br/internet-explorer/download-ie>. Acessado em: jan/2014.
MICROSOFT OFFICE. Sítio oficial do Microsoft Office. Disponível em <http://office.microsoft.com/pt-br>. Acessado em: jan/2014.
MICROSOFT. Sítio oficial do Microsoft Windows. Disponível em: <http://windows.microsoft.com/pt-BR/windows/home>. Acessado em: jan/2014.
MORAZ, Eduardo. Montagem e manutenção de hardware. São Paulo : Digerati Books, 2007.
MOZILLA FIREFOX. Sítio oficial do Mozilla Firefox. Disponível em <http://pt-br.www.mozilla.com/pt-BR/firefox/>. Acessado em: jan/2014.
CERT-BR. Cartilha de Segurança para a Internet. Disponível em <http://cartilha.cert.br/>. Acessado em: jan/2014.
[UBUNTU. Documentação Oficial do Ubuntu Linux. Disponível em https://help.ubuntu.com/](https://help.ubuntu.com/). Acessado em jan/2014. Inserida pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14.

CARGO DE TÉCNICO EM PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE TÉCNICO EM PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS - ADMINISTRAÇÃO

1. Administração Geral: história da administração; ambientes e culturas organizacionais; ética e responsabilidade social; inovação e mudança; administração no Brasil e os desafios da administração. 2. Empreendedorismo e intraempreendedorismo. 3. Ciclo administrativo: planejamento, organização, direção e controle. 4. Processo decisório. 5. Funções organizacionais: gestão de pessoas; gestão da produção;



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013

Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14

marketing e finanças. 6. Ferramentas e técnicas de gerenciamento. 7. gerenciamento de projetos. 8. gerenciamento por processos. 9. Gestão da informação e do conhecimento. 10. Comunicação organizacional. 11. Administração pública: organização do Estado e da administração pública. 12. Modelos teóricos de administração pública: patrimonialista, burocrático e gerencial. 12.1. O processo de modernização da Administração Pública. 13. Governabilidade, governança e accountability. 14. Ciclo de gestão do Governo Federal. 15. Controle da administração pública. 16. Orçamento público e os parâmetros da política fiscal. 17. Orçamento e gestão das organizações do setor público; características básicas de sistemas orçamentários modernos: estrutura programática, econômica e organizacional para alocação de recursos (classificações orçamentárias); mensuração de desempenho e controle orçamentário. 18. Elaboração, gestão e avaliação anual do PPA.. 19. Modelo de gestão do PPA – Decreto n. 5.233, de 06/10/04. 20. Compras no setor público. 21. Conhecimentos básicos de políticas públicas: elaboração, implementação e avaliação.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

BANDEIRA DE MELO, Celso Antonio Bandeira. Curso de Direito Administrativo. 27ª ed. São Paulo: Malheiros, 2010. 1119p;
Constituição Federal/ 88 e suas emendas;
BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Administração pública gerencial: estratégia e estrutura para um novo estado. Brasília: Enap, 1996.
CRUZ, Flávio da. Comentários à Lei n.4.320. São Paulo: Ed. Atlas, 2001.
GIACOMONI, James. Orçamento Público. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz. Planejamento e Orçamento Governamental. Vols. 1 e 2. Disponível em: <<http://www.enap.gov.br/>>.
Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e respectivas alterações. Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e respectivas alterações. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/>>.
Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, e suas respectivas alterações. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/>>.
Lei 10.520/2002 (Lei do Pregão). Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/>>.
Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e respectivas alterações. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/>>.
MATIAS-PEREIRA, JOSÉ. Curso de administração pública contemporânea: foco nas instituições e ações governamentais. São Paulo: Atlas, 2010.
MAXIMIANO, Antonio César Amaru. Introdução à administração. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
MEGGINSON, Leon C.; MOSLEY, Donald C.; PETRY, Paul H. Jr. Administração Conceitos e Aplicações. São Paulo: Harbra, 1998.
MEIRELES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 38ª ed. São Paulo: Malheiros, 2011. 910p.
DAYCHOUM, Merhi. 40+ 4 ferramentas e técnicas de gerenciamento. 3. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2010. 253p.
NASCIMENTO. Edson Ronaldo. Gestão Pública. 2ª ed. Rev. e Atual. São Paulo: Saraiva, 2010.
PETERS, B. GUY; PIERRE, JON. Administração Pública: Coletânea. Brasília: Enap. São Paulo: Editora UNESP, 2010. 649p.
PRATES, Ceres Alves. Gestão Pública Empreendedora. Brasília: Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2000. Disponível em: <http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/pl000027.pdf>.
SANTOS, Clézio Saldanha dos. Introdução à Gestão Pública. São Paulo: Saraiva 2006.
SILVA, Pedro Gabriel Kenne da. O papel do controle interno na administração pública. Disponível em: <www.ufrgs.br/necon/pciap.pdf>
SOBRAL, F.; PECCI, A. Administração: teoria e prática no contexto brasileiro. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.
SORDI, J. O. Gestão por processos: uma abordagem da moderna administração. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
WILLIAMS, Chuck. Adm. São Paulo: Cengage Learning, 2010. 406p.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013

Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE TÉCNICO EM PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS - CIÊNCIAS CONTÁBEIS

1. Análise das demonstrações contábeis. 1.1. Conceitos e tipos de análise. 1.2. Análise horizontal e vertical 1.3 Análise através de índices. 2. Auditoria. 2.1. Conceitos, princípios e normas. 2.2. Auditoria interna e independente. 2.3. Controle interno. 2.4. Planejamento, execução e relatórios. 2.5. Testes, amostragem, evidenciação e papéis de trabalho. 3. Contabilidade geral. 3.1. Conceito, aplicações e finalidades. 3.1.1. Patrimônio. 3.1.2. Princípios fundamentais de contabilidade. 3.1.3. Técnicas Contábeis. 3.1.4. Operações típicas da empresa comercial. 3.1.5. Demonstrações contábeis. 4. Contabilidade gerencial e de custos; 4.1. Conceitos, aplicação e finalidades. 4.2. Sistemas de custeamento. 4.3. Departamentalização. 4.4. Sistemas de acumulação. 4.5. Custos para decisão. 5. Contabilidade pública. 5.1. Administração pública: conceitos, definições e particularidades. 5.2. Orçamento público. 5.3. Licitações e contratos. 5.4. Demonstrações Contábeis aplicadas às instituições públicas. 5.5. Prestações de contas: procedimentos e normas. 5.6. Controle interno e externo. 6. Lei municipal n. 2.165/2003 — Estatuto dos servidores. [Excluída pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14.](#)

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

SILVA, Lino Martins da - Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
SLOMSKI, Valmor - Manual de Contabilidade Pública: um enfoque na contabilidade municipal. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
KOHAMA, H. Contabilidade Pública - Teoria e Prática. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
ANDRADE, Nilton de Aquino. Contabilidade Pública na Gestão Municipal. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
ALMEIDA, José Elias Feres de; CARDOSO, Ricardo Lopes; RODRIGUES, Adriano; ZANOTELI, Eduardo José (orgs). Contabilidade das Pequenas e Médias Empresas. Rio de Janeiro: Campus, 2013.
Conselho Federal de Contabilidade. Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC TG).
MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de. Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
SANTOS, José Luiz dos; FERNANDES, Luciane Alves; SCHMIDT, Paulo. Contabilidade Avançada: aspectos societários e tributários. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
VELTER, Francisco; MISSAGIA, Luiz. Contabilidade Avançada. Rio de Janeiro: Campus, 2011.
Constituição Federal: Artigos 37 ao 41; Artigos 70 ao 75 e Artigos 156 ao 162 e Artigos 165 ao 169.
Lei Federal n. 4.320, de 17/03/1964.
Lei Complementar Federal n. 101, de 04/05/2000.
Portaria n° 42, de 14/04/1999.
Portaria Interministerial n° 163, de 04/05/2001.
Portaria Conjunta n. 1, de 13/07/2012.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE TÉCNICO EM PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS - ECONOMIA

1.Noções básicas de economia: escassez, sistemas econômicos, regime, estrutura e sistema econômico; curva de Possibilidades de produção (curva de transformação); organização econômica; argumentos positivos versus argumentos normativos; inter-relação da economia com outras áreas do conhecimento; divisão do estudo econômico. 2.Noções gerais microeconomia: conceito, teoria do consumidor teoria da utilidade e teoria da escolha. 3.Demanda, oferta, equilíbrio e alterações no equilíbrio de mercado: determinações do preço e quantidade de equilíbrio. 4.Elasticidade: conceito, preço da demanda, renda da demanda, preço cruzada da demanda, preço da oferta. 5. A produção e seus custos: conceitos básicos, função da produção, análise de curto prazo, análise de longo prazo, teoria dos custos, os custos totais de produção (custos de curto e de longo prazo). 6. Estruturas de mercado: concorrência perfeita e imperfeita; estruturas do mercado de fatores de produção; ação governamental e abusos de mercado; grau de concentração econômica no Brasil. 7.Noções gerais de macroeconomia: fluxo circular da atividade econômica: produto e renda fluxo básico da economia, fluxo da atividade econômica, fluxo circular da renda. 8.Noções de contabilidade nacional. 9. Teoria da determinação da renda: consumo, investimento, poupança, equilíbrio macroeconômico, multiplicador keynesiano de gastos, vazamentos e as injeções, política fiscal, monetária e cambial. 10.Inflação: conceitos, efeitos da inflação, tipos de inflação, visão monetarista e



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013**

Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14

estruturalista. 11. Desemprego: conceito, tipos de desemprego. 12. Setor externo: teorias do comércio internacional, política comercial internacional, balanço de pagamentos, taxas de câmbio. 13. Setor Público: funções econômicas do setor público, estrutura tributária, déficit público: conceitos e formas de financiamento, aspectos institucionais do orçamento público: orçamento público, princípios orçamentários, orçamento público no Brasil. 14. Crescimento e desenvolvimento econômico. 15. Estatística: conceitos básicos, populações e amostras, relação entre probabilidade e estatística, estatística descritiva medidas de tendência central: média, mediana e moda; medidas de dispersão; amplitude, variância e desvio padrão; diagramas de frequência; dados agrupados: histograma e outros gráficos, probabilidade, distribuição normal, pesquisas e amostragens, indicadores econômicos produto interno bruto; índice de preço - deflator do PIB, índice de preço ao consumidor, índice de preços por atacado e dados de séries temporais, números índices para dados econômicos construção de índices simples, construção de índices agregados de preços - índices de laspeyres e índice de paasche. 16. Matemática financeira: juros simples e capitalização conceitos, capital e taxa de juros, cálculos, montante e valor atual, método hamburguês, capitalização composta (montante e valor atual para pagamento único, equivalência de taxas), descontos (conceitos, descontos simples - bancário ou comercial, valor atual comercial, desconto composto, análise comparativa entre juros simples, juros compostos e descontos simples), juros compostos (conceito, taxas equivalentes - taxas nominais, taxa de juros efetiva, taxa real e taxa aparente), sistemas de amortização (sistema francês de amortização - tabela price, sistema de amortização constante e sistema de amortização misto), séries de pagamento (noções sobre fluxo de caixa, séries de pagamentos, termos postecipados fator de acumulação de capital, fator de formação de capital, fator de valor atual, fator de recuperação de capital e termos antecipados - fator de acumulação de capital, fator de formação de capital, fator de valor atual, fator de recuperação de capital). 17. Métodos de avaliação de fluxos de caixa: valor presente líquido taxa interna de retorno.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

Chiang, Alpha C. e Wainwright, Kevin. Marques, Arlete S. (trad.) Matemática para Economistas. 4ª ed.. Rio de Janeiro: Campus, 2006.
Dornbusch, R. e Fischer, Satanley. Macroeconomia. 5ª ed.. São Paulo: Makron Books, 2006
Giambiagi, Fábio e Villela, André. Economia Brasileira Contemporânea (1945 – 2004). Rio de Janeiro: Editora Campus, 2005.
Gujarati, Domador N.. Econometria Básica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
Hill, C. et.al. Econometria. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
Mankiw, N. Gregory. Introdução à economia. 3ª ed. São Paulo: Thomson Learning Edições, 2006.
Pindyck, Robert S., Rubinfeld, Daniel L.. Microeconomia. 5ª ed.. São Paulo: Editora Prentice Hall, 2005.
Rego, José M. e Marques, Rosa M. (org.). Economia Brasileira. 3ª ed.. São Paulo: Saraiva, 2006.
Varian, Hal R. Microeconomia: Princípios Básicos. 6ª ed.. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003.

CARGO DE TÉCNICO EM COMUNICAÇÃO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE TÉCNICO EM COMUNICAÇÃO – COMUNICAÇÃO SOCIAL

1. Elementos teóricos para o estudo da comunicação. 2. Planejamento estratégico de comunicação: objetivo comunicacional, diagnóstico, premissas, imagem, relacionamento, objetivos, estratégias, metas, planos de ação, acompanhamento e avaliação. 3. Concepção global da comunicação institucional, organizacional, de produtos e de serviços. 4. Tecnologia digital, influências e transformações: a produção gráfica e suas transformações a partir da utilização das novas tecnologias. 5. Público interno e externo: demandas, processos, fluxos e estratégias. 6. Coberturas jornalísticas e realização de coberturas jornalísticas inesperadas: pauta, produção, concepção do fato e suíte. 7. Campanhas publicitárias: briefing, criação, desenvolvimento, finalização e pós-campanha. 8. Elaboração de produtos para a mídia impressa: jornais, revistas, outdoors, brochuras e afins. 9. Elaboração de produtos para a mídia eletrônica: rádio, televisão, internet e afins. 10. Elaboração de produtos para a mídia alternativa: redes sociais, brindes, intervenções públicas e afins.



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013**

Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

BARBEIRO, Heródoto e Lima, RODOLFO, Paulo. Manual de Radiojornalismo: Produção, Ética e Internet. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

DE FELIPPE JUNIOR, Bernardo. Mídias eletrônicas, impressas e alternativas: o que são e como utilizar. Brasília: SEBRAE, 1994.

FRANÇA, Vera Veiga; HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz C. Teorias da Comunicação: Conceitos, Escolas. 10 ed. Petropolis: Vozes, 2011.

LAGE, Nilson. Ideologia e técnica da notícia. Florianópolis: Insular: UFSC, 2001.

MARSHALL, Leandro. O jornalismo na era da publicidade. São Paulo: Summus, 2003.

MARTINHO, Ana Pinto; DI FÁTIMA, Branco. Internet: comunicação em rede. Lisboa: Igov, 2013. Disponível em <http://www.i-gov.org/ibooks/001_Internet/>. Acessado em jan. 2013.

MUNARI, Bruno. Design e Comunicação Visual. São Paulo, Martins Fontes 1997.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas. São Paulo: Atlas, 2013.

PATERNOSTRO, Vera Íris. O texto na TV: manual de telejornalismo. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

RAFAEL, Sampaio. Propaganda de A a Z: como usar a propaganda para construir marcas e empresas de sucesso. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

RÊGO, Francisco Gaudêncio Torquato do. Comunicação empresarial/comunicação institucional: conceitos, estratégias, sistemas, estruturas, planejamento e técnicas. São Paulo, Summus.

RUDIN, Richard; IBBOTSON, Trevor. Introdução ao Jornalismo: técnicas essenciais e conhecimentos básicos. São Paulo: Roca, 2008.

TEMER, Ana Carolina & NERY, Vanda Cunha. Para entender as Teorias da Comunicação. Uberlândia: Edufu, 2009. ISBN. 8570781962

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE TÉCNICO EM COMUNICAÇÃO – LETRAS

1. Correspondência e redação técnicas. 2. Normalização bibliográfica segundo a Abnt. 3. Ortografia. 4. Níveis de linguagem: relação entre oralidade e escrita. 5. Processos de formação de palavras. 6. Coesão e coerência textuais. 7. Informações implícitas. 8. Relações entre linguagem verbal e não verbal. 9. Formas de ordenação de ideias. 10. Variedades linguísticas e norma-padrão. 11. Emprego funcional das classes de palavras. 12. Relações sintáticas de concordância, regência e colocação. 13. Emprego dos sinais de pontuação. 14. Relações semânticas no texto. 15. Organização e significado global dos períodos, dos parágrafos e do texto. 16. Fatores de textualidade.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ABAURRE, Maria Luiza. Produção de texto: interlocução e gêneros. São Paulo: Moderna, 2007.

ABREU, Antônio Soárez. A arte de argumentar. 8 ed. Cotia – SP: Ateliê Editorial, 2005.

ANDRADE, Maria Margarida de; HENRIQUE, Antonio. Língua Portuguesa: noções básicas para cursos superiores. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação: SUGESTÕES: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

BRASIL. Presidência da República. Manual de redação da Presidência da República. Gilmar Ferreira Mendes e Nestor José Forster Júnior. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 6. ed. São Paulo: Lexicon, 2013.

KASPARY, Adalberto José. Redação Oficial: normas e modelos. Porto Alegre: Prodel, 1995.

FÁVERO, Leonor Lopes. Coesão e coerência textuais. São Paulo: Ática, 2000.

KOCH, Ingedore G. V. Ler e escrever: estratégias de produção textual. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

KOCH, Ingedore G. V. A interação pela linguagem. São Paulo, Contexto, 1992.

KOCH, Ingedore G. V. A coesão textual. São Paulo: Contexto, 2001.

CITELLI, A. Linguagem e persuasão. São Paulo: Ática, 2000.



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013**

Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14

MANDRYK, David; FARACO, C. Alberto. Prática de redação para estudantes universitários. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
MARCUSCHI, Luiz Antônio. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
MEDEIROS, João Bosco. Português instrumental. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
NEVES, Maria Helena de Moura. Guia de uso do português: confrontando regras e usos. São Paulo: Editora UNESP, 2012.
SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE TÉCNICO EM COMUNICAÇÃO – SECRETARIADO

1. Conceitos básicos de gestão: planejamento; organização, direção e controle. 2. Importância, objetivos e elementos básicos da comunicação. 3. Comunicação nas organizações. 4. Comunicação na administração pública federal. 5. Roteiro de planos de comunicação. 6. Planejamento de marketing e comunicação pública. 7. Técnicas de comunicação. 8. Obstáculos à comunicação. 9. Comunicação formal e informal nas organizações. 10. Comunicação como poder nas organizações. 11. Processo da comunicação. 12. Função estratégica da comunicação interna. 13. Política de comunicação. 14. Panorama da comunicação organizacional e política. 15. Comunicação escrita: impressa e eletrônica. 16. Redação oficial. 17. Tipos de documentos e correspondências oficiais. 18. Atendimento telefônico. 19. Documentação e arquivo. 20. Organização do trabalho da secretária. 21. Secretária moderna. 22. Regulamentação da profissão e código de ética do profissional de secretariado. 23. Conhecimentos básicos da legislação dos servidores públicos federais.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

BELTRÃO, Mariúsa. Prática de secretariado: Recepção, telefonia, correspondência, arquivística, reprografia. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991. 192 p.
BELTRÃO, Odacir; BELTRÃO, Mariúsa. Correspondência: linguagem e comunicação. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 341p.
CARVALHO, Antonio Pires de; GRISSON, Diller (orgs.). Manual do secretariado executivo. 3. ed. São Paulo: D'Livros Editora, 2000. 606.
CESCA, Gleuzi G. Gimenes. Comunicação dirigida escrita na empresa. Teoria e prática. 4. ed. São Paulo: Summus, 2006. 285p.
Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e respectivas alterações. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/>>.
MATOS, Gustavo Gomes de. Comunicação sem complicação: como simplificar a prática da comunicação nas empresas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 180p.
MEDEIROS, João Bosco; HERNANDES, Sonia. Manual da secretaria. São Paulo: Atlas, 2006.
REGO, Francisco Gaudêncio Torquato. Comunicação empresarial, comunicação institucional: conceitos, estratégias, sistemas, estrutura, planejamento e técnicas. São Paulo: Summus, 1986. 179p.
SOBRAL, F.; PECCI, A. Administração: teoria e prática no contexto brasileiro. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.
TORQUATO, Gaudêncio. Tratado de comunicação organizacional e política. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004. 303p.
VEIGA, Denize Rachel. Guia de Secretariado: técnicas e comportamento. São Paulo: Editora Érica, 2011. 156p.
VEIGA, Denize Rachel. Guia de Secretariado: técnicas e comportamento. São Paulo: Editora Érica, 2011. 156p.
WILLIAMS, Chuck. Adm. São Paulo: Cengage Learning, 2010. 406p.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE ASSISTENTE JURÍDICO - ADVOCACIA

Direito Administrativo

1. Princípios constitucionais da administração pública. 1.1. Entidades e órgãos públicos. 2. Ato administrativo:



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013**

Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14

conceito; requisitos; atributos; classificação; espécies; invalidação; anulação; revogação; prescrição. 3. Poderes e deveres dos administradores; uso e abuso de poder; Poder hierárquico e poder disciplinar; poder de polícia administrativa: conceito; competência; Poder de polícia originário e delegado; fundamentos; finalidade; atuação da administração; limites; características; legitimidade e sanções. 4. Agentes Públicos: regimes jurídicos funcionais; servidores públicos; normas constitucionais específicas concernentes aos servidores públicos; direitos e deveres dos servidores públicos; responsabilidades dos servidores públicos; concurso público; acessibilidade, estabilidade, remuneração e acumulação de cargos e funções; Poder disciplinar administrativo dos servidores públicos; Sindicância e processo administrativo; 5. Administração pública na Constituição Federal: disposições gerais; servidores públicos. 6. Lei de Improbidade administrativa (Lei Federal n. 8.429, de 02 de junho de 1992).

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 - Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm, acessado em 29/jan/2014

Título III- Cap VII - Da Administração Pública – Art. 37 a 41. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acessado em 29/jan/2014.

BRASIL. Lei n. 8.429, de 02 de junho de 1992. Disponível em :

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm. Acessado em 29/jan/2014.

CRETELLA JÚNIOR, José. Curso de direito administrativo. Rio de Janeiro, Forense.

_____, CRETILLA JÚNIOR, José. Elementos de direito constitucional.. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

DI PIETRO, M. S. Z. Direito Administrativo. Ed. Atlas.

MEIRELLES, H. L. Direito Administrativo Brasileiro. Saraiva.

Direito Constitucional

1. Constituição: conceito, objeto e classificações; supremacia da Constituição; aplicabilidade das normas constitucionais; Interpretação das normas constitucionais; vigência e eficácia das normas constitucionais. 2. Princípios fundamentais. 3. Ações Constitucionais: habeas corpus, habeas data, mandado de segurança e mandado de injunção. 4. Controle de constitucionalidade: sistemas difuso e concentrado; ação direta de inconstitucionalidade; ação declaratória de constitucionalidade e arguição de descumprimento de preceito fundamental. 5. Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direitos sociais; direitos de nacionalidade; direitos políticos. 6. Organização político-administrativa na Constituição Federal: União, Estados e Municípios. 7. Poder Legislativo: processo legislativo; fiscalização contábil, financeira e orçamentária. 8. Poder Judiciário: disposições gerais; Supremo Tribunal Federal; Conselho Nacional de Justiça; Superior Tribunal de Justiça; Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais; Tribunais e Juízes do Trabalho; Conselho Superior da Justiça do Trabalho. 9. Funções essenciais à Justiça: Ministério Público; Advocacia Pública; Advocacia e Defensoria Públicas. 10. Segurança Pública.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

CRETELLA JÚNIOR, José. Elementos de direito constitucional.. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

MORAES, A. Direito Constitucional. 29ª Ed. Saraiva.

SILVA, J. A. Curso de Direito Constitucional Positivo, 36ª Ed. Malheiros.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 - Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm, acessado em 29/jan/2014.

CODIGO CIVIL BRASILEIRO - Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm . Acessado em 29/jan/2014.

Direito Civil

1. Lei de Introdução às normas do direito brasileiro. 2. Das pessoas naturais. Das pessoas jurídicas. Do domicílio. 3. Dos bens. 4. Dos fatos jurídicos. Do negócio jurídico; Dos atos jurídicos lícitos e ilícitos. 4.1. Da prescrição e decadência. 5. Do direito das obrigações. Modalidades das obrigações; Da transmissão das obrigações; Do adimplemento e extinção das obrigações; Do inadimplemento das obrigações e suas consequências. 6. Direitos reais e direitos reais de garantia. 7. Da Responsabilidade civil. Responsabilidade contratual e extracontratual. Dano patrimonial e moral. 8. Direito das sucessões; Loteamento; Incorporação imobiliária; Registros Públicos; Estatuto da cidade e a Lei complementar n. 95, de 26 de fevereiro de 1998.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013

Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ASSIS NETO, Sebastião José de. Curso básico de direito civil: direito das coisas. Niterói: Impetus.
FACHIN, Luis Edson. Estatuto jurídico do patrimônio mínimo. Rio de Janeiro: Renovar.
FIUZA, César. Direito civil: curso completo. Belo Horizonte: Del Rey.
LOPES, Miguel Maria de Serpa. Curso de Direito Civil. Rio de Janeiro: Freitas Bastos.
MELO, Marco Antônio Bezerra de. Direito das coisas. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
MONTEIRO, Washington de Barros; MALUF, Carlos Alberto Dabus. Curso de direito civil. SP: Saraiva.
PEREIRA, Caio Mário da Silva; MONTEIRO FILHO, Carlos Edison do Rego. Instituições de direito civil. 19. ed., de acordo com o Código civil de 2002. Rio de Janeiro: Forense.
RODRIGUES, Silvio. Direito civil. Rio de Janeiro: Forense.
TARTUCE, Flávio; SIMÃO, José Fernando. Direito civil. São Paulo: GEN: Método.
VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil. São Paulo: Atlas.
Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acessado em 29/jan/2014.

Direito Processual Civil

1. Da jurisdição e da ação. 2. Das partes e dos procuradores. 3. Do Ministério Público. 4. Dos órgãos judiciários e dos auxiliares da justiça. 5. Atos processuais: atos de petição e das partes; petição inicial: elementos, emenda; Atos de formação e do juiz; Atos de comunicação: citação, intimação e notificação-Formas. 6. Da formação, da suspensão e da extinção do processo. 7. Antecipação dos efeitos da tutela. 8. Do processo e do procedimento. Espécies. 9. Processo de Conhecimento; Processo Cautelar e Processo de execução. 10. Procedimentos de jurisdição voluntária. 11. Recursos: Pressupostos, generalidades e espécies. 12. Mandado de Segurança: pressupostos, procedimento, efeitos.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ALVIM NETO, José Manoel de Arruda. Manual do Processo Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais.
GRECO FILHO, Vicente. Direito Processual Civil Brasileiro - Vol. 1. Saraiva Editores.
MARINONI, Luiz Guilherme. Novas Linhas do Processo Civil. Ed. Malheiros.
MIRANDA, Gilson Delgado; PIZZOL, Patrícia Miranda. Processo civil: recursos. SP: Atlas.
ORTANOVA, Rui. Princípios do Processo Civil. São Paulo: Livraria do Advogado.
RODRIGUES, Marcelo Abelha. Elementos de Direito Processual Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais.
THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual. Rio de Janeiro - RJ: Companhia Forense.
_____. Curso de direito processual civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. Rio de Janeiro. RJ: Forense.
CODIGO DE PROCESSO CIVL - http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5869.htm. acessado em 29/jan/2014.

Direito Penal

1. Infração penal: elementos, espécies. 2. Sujeito ativo e sujeito passivo do crime. 3. O fato típico e seus elementos; crime consumado e tentado. 4. Concurso de Pessoas. Concurso de Crimes. 5. ilicitude e causas de exclusão. Punibilidade; excesso punível; culpabilidade (elementos e causas de exclusão). 6. Imputabilidade penal. 7. Efeitos da condenação. Causa de Extinção; Prescrição. 8. Crimes contra a pessoa. 9. Crimes contra o patrimônio. 10. Crimes contra a fé pública. 11. Crimes contra a administração pública.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal. São Paulo: Saraiva.
GRECO, Rogério. Curso de direito penal: parte especial. Niterói, Rio de Janeiro. Impetus.
JESUS, Damásio E. de. Código penal anotado. São Paulo: Saraiva.
MIRABETE, Julio Fabbrini. Código penal interpretado. São Paulo: Atlas.
NUCCI, Guilherme de Souza. Código penal comentado. São Paulo: Revista dos Tribunais;
PRADO, Luiz Regis. Comentários ao Código Penal: doutrina, jurisprudência selecionada, leitura indicada. São Paulo: Revista dos Tribunais.
PRADO, Luiz Regis. Curso de direito penal brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais.
CODIGO PENAL BRASILEIRO. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. acessado em 28/jan/2014.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013

Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14

Direito Processual Penal

1. Teoria geral do Processo Penal. 2. Classificação. 2.1. Meios de prova. 2.2. Limites ao direito à prova; O princípio da proporcionalidade e sigilo das comunicações. 2.3. A Lei n.9.296, de 24/07/96 – noções. 3. Do interrogatório do acusado. 3.1. Confissão. 3.2. Retratabilidade e divisibilidade. 3.3. Das testemunhas. 3.4. Prova documental. 4. Busca e apreensão; Busca domiciliar e pessoal. 5. Restituição de coisas apreendidas. 5.1. Atos de comunicação processual: Citação, Intimação e notificação. 5.2. Prazos processuais. 6. Processo e procedimento. Pressupostos de existência e validade da relação processual. 6.1. Procedimento comum ordinário, sumário e sumaríssimo e dos crimes da competência do Tribunal do Júri. 7. Sentença absolutória própria e imprópria; Sentença condenatória; Efeitos e Intimação da sentença. Mutatio libeli ; emandatio libeli. 8. Toria geral dos recursos. Apelação; Recurso em sentido estrito; Embargos infringentes e de nulidade; Embargos declaratórios; Agravo em execução; Carta testemunhável; Correição parcial; Recurso ordinário constitucional; Recurso especial. 9. Das ações de impugnação; Revisão criminal; Habeas corpus; Mandado de segurança em matéria penal.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. Editora Saraiva.
GOMES, Luís Flávio e CERVIN, Raúl. Interceptação Telefônica – Lei n.9.296, de 24.07.96. Ed: RT.
GRECO FILHO, Vicente. Manual de Processo Penal. Editora Saraiva.
GRINOVER, Alda Pellegrini e outros. As nulidades no processo penal. Malheiros Editores.
_____. Recursos no processo penal. In: Revista dos Tribunais.
JARDIM, Afrânio Silva. Direito Processual Penal. Editora Forense.
MIRABETE, Júlio Fabrini. Código de Processo Penal Interpretado. Editora Atlas.
NORONHA, E. Magalhães. Curso de Direito Processual Penal. Editora Saraiva.
PACELLI, Eugenio. Curso de Processo Penal. ed. Atlas.
CODIGO DE PROCESSO PENAL BRASILEIRO. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acessado em 28/jan/2014

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE BIBLIOTECONOMISTA - BIBLIOTECONOMIA

1. Biblioteconomia, documentação e ciência da informação. 2. Planejamento e organização de bibliotecas. 3. Formação, desenvolvimento, avaliação e conservação de coleções. 4. Serviços de referência. 5. Organização e tratamento da informação e registros do conhecimento (catalogação, classificação, indexação e resumos). 6. Normalização - normas da ABNT para a área de documentação. 7. Fontes gerais e especializadas de informação. 8. Ação cultural, leitura, mediação e pesquisa. 9. Profissional bibliotecário. 10. Tecnologia da informação aplicada aos serviços de bibliotecas.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ACCART, Jean-Philippe. Serviço de referência: do presencial ao virtual. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2012. 312 p.
ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. Planejamento de bibliotecas e serviços de informação. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2005. 144 p.
ARAÚJO JÚNIOR, R. H. Revisão no processo de busca e recuperação da informação. Brasília, DF: Thesaurus, 2007. 176 p.
BAPTISTA, Sofia Galvão; MÜELLER, Suzana Pinheiro Machado (Org.). Profissional da informação : o espaço de trabalho. Brasília, DF: Thesaurus, 2004. 241 p. (Estudos avançados em Ciência da Informação, v.3).
CAMPELLO, Bernadete Santos. Introdução ao controle bibliográfico. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2006. 94 p.
CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Santos; KREMER, Jeannette Marguerite (Org.). Fontes de informação para pesquisadores e profissionais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007. 319 p.
CÓDIGO de catalogação Anglo-Americano. 2. ed. São Paulo: FEBAB, 2004. 1 v.
COELHO, Teixeira. Usos da cultura: políticas de ação cultural. Paz e Terra, 1986. 124 p.
CUNHA, Miriam Vieira da; SOUZA, Francisco das Chagas de (Org.). Comunicação, gestão e profissão: abordagens para o estudo da ciência da informação. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 175 p.
CUNHA, M. B. Manual de fontes de informação. Brasília, DF: Briquet de Lemos/ Livros, 2010. 182 p.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013

Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14

- FIGUEIREDO, Nice Menezes de. Desenvolvimento e avaliação de coleções. Rio de Janeiro: Rabiskus, 1993. 184 p.
- FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. 51. ed. São Paulo : Cortez, 2011. 102 p.
- FOSKETT, A. C. A abordagem temática da informação. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. São Paulo: Polígono, 1973. 437 p.
- GUINCHAT, Claire; Menou, Michel. Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação. Tradução de Miriam Vieira da Cunha. 2. ed. corr. e aum. Brasília, DF: IBICT, 1994. 540 p.
- CAVACLO Guglielmo; CHARTIER, Roger (Org.). História da leitura no mundo ocidental. São Paulo: Ática, 2002. 232 (Coleção múltiplos escritas).
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. A formação da leitura no Brasil. São Paulo: Ática, 1996. 374 p.
- LANCASTER, F. W. Avaliação de serviços de bibliotecas. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004. 356 p.
- _____. Indexação e resumos: teoria e prática. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004. 452 p.
- LE COADIC, Yves-François. A ciência da informação. Tradução de Maria Yeda F. S. de Filgueiras Gomes. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004. 119 p.
- LEITE, Fernando César Lima. Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília, DF: Ibict, 2009. 120 p.
- MARCONDES, Carlos H.; KURAMOTO, Hélio; TOUTAIN, Lídia Brandão; SAYÃO, Luís (Org.). Bibliotecas digitais: saberes e práticas. 2.ed. Salvador, BA: Brasília, DF: IBICT, 2006. 335 p.
- MCGARRY, Kevin. O contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória. Tradução de Helena Vilar de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1999. 206 p.
- MEY, Eliane Serrão Alves; SILVERIA, Naira Christofolletti. Catalogação no plural. Brasília: Briquet de Lemos, 2009. 217 p.
- MILANESI, Luís. A casa da invenção: biblioteca, centro de cultura. 3. ed. rev.e ampl. São Caetano do Sul, SP : Ateliê Editorial, 1997. 271 p.
- NAVES, Madalena Martins Lopes; KURAMOTO, Hélio (Org.). Organização da informação: princípios e tendências. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2006. 142 p.
- RANGANATHAN, S. R. As cinco leis de Ranganathan. Tradução Tarcísio Zandanade. Brasília, DF: Briquet de Lemos/ Livros, 2009, 336 p.
- RIBEIRO, Antônia Motta de Castro M. Catalogação de recursos bibliográficos : AACR2 em MARC 21. 3. ed. rev. e ampl. Brasília, DF : Ed. do Autor, 2006. 1 v.
- ROBREDO, Jaime. Documentação de hoje e de amanhã: uma abordagem revisitada e contemporânea da ciência da informação e de suas aplicações biblioteconômicas, documentárias, arquivísticas e museológicas. 4. ed. rev. e ampl. Brasília, DF: Edição de Autor, 2005. 410 p.
- ROWLEY, Jennifer. A biblioteca eletrônica. Trad. de Antonio Briquet de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2002. 399 p.
- SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa; CORREA, Rosa Maria Rodrigues Corrêa. Catalogação: trajetória para um código internacional. Niterói: Intertexto, 2009. 80 p.
- SILVA, Ezequiel Theodoro da. O ato de ler: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2000. 104 p.
- _____. Leitura na escola e na biblioteca. 5. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1995. 115 p.
- SOUZA, Sebastião de. CDU: como entender e utilizar a 2ª edição-padrão internacional em língua portuguesa. 2. ed. Brasília, DF: Thesaurus, 2009. 162 p.
- TAMMARO, Anna Maria; SALARELLI, Alberto. A biblioteca digital. Tradução de Antonio Briquet de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008. 378 p.
- TOMAEL, M. I. Fontes de informação na internet. Org. Londrina: EDUEL, 2008, 184 p.
- UDC CONSORTIUM. Classificação Decimal Universal: 2ª edição padrão internacional em língua portuguesa. Tradução de Odilon Pereira da Silva. Brasília, DF: IBICT, 2007. 2v.
- VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). Profissionais da informação: formação, perfil e atuação profissional. São Paulo: Polis, 2000. 156 p.
- VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Desenvolvimento de coleções. São Paulo: APB, 1989. 96 p.
- _____. Qualidade em serviços de informação. São Paulo: Arte & Ciência, 2002. 124 p.
- _____. Seleção de materiais de informação: princípios e teorias. 3 ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos/ Livros, 2010. 120 p.



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013**

Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14

VICKERY, Brian Campbell. Classificação e indexação nas ciências. Tradução de Maria Cristina Girão Pirolla. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1980. 274 p.

OBS: Todas as normas de informação e documentação da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS.

CARGO DE ANALISTA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE ANALISTA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO – DESENVOLVEDOR DE SISTEMAS

1. Engenharia de Software: Modelos de processo de desenvolvimento de software; Processo Unificado; Desenvolvimento Ágil de Software; Engenharia de Requisitos (classificação, especificação e documentação de requisitos); Projeto (conceitos-chave, projeto de dados, projeto arquitetural, projeto de interface com usuário, padrões de projeto); Construção de modelos UML relacionados a requisitos e a projeto; Codificação em linguagem de programação orientada a objetos (linguagem Java e convenções de codificação); Estratégias de Teste de Software (fundamentos, testes de aplicações convencionais e aplicações orientadas a objetos); Gestão de Configuração de Software; Gerenciamento de Projetos de Software; Melhoria de Processo de Software (MPS-BR e CMMI); Qualidade de Software; Manutenção e Reengenharia de Software. 2. Lógica de Programação e Estruturas de Dados: Entrada e saída; Estruturas de seleção, desvio e repetição; Vetores e matrizes; Procedimentos e funções; Passagem de parâmetros; Busca e ordenação; Acesso a arquivos; Recursividade; Listas lineares e suas generalizações (listas ordenadas, listas encadeadas, pilhas e filas); Aplicações de listas; Árvores e suas generalizações (árvores binárias, árvores de busca e árvores balanceadas ou AVL); Aplicações de árvores. 3. Fundamentos de Banco de Dados: Modelo de dados relacional e a linguagem SQL; Modelos Entidade-Relacionamento; Projeto de bancos de dados (dependência funcional, normalização, projeto físico); Programação de banco de dados MySQL em PHP. 4. Desenvolvimento de Aplicações Web: Tecnologias HTML, XML, DOM e CSS; Linguagens de programação Javascript e PHP; Modelo de acessibilidade em governo eletrônico (e-MAG). 5. Conhecimentos básicos de aplicativos para edição de textos, planilha eletrônica e criação de apresentações utilizando software livre e software comercial.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ASCENCIO, Ana F. G. e Araújo, Graziela S. Estruturas de dados - algoritmos, análise da complexidade e implementações em JAVA e C/C++. São Paulo: Editora Pearson Education do Brasil, 2011.

ASCENCIO, Ana F. G. e Campos, Edilene A. V. Fundamentos de programação de computadores – algoritmos, Pascal, C/C++ e Java. São Paulo: Editora Pearson Education do Brasil, 3ª edição, 2012.

BARNES, David J. KOLLING, Michael. Programação orientada a objetos com Java. São Paulo: Editora Prentice Hall. 2004.

BOOCH, Grady, RUMBAUGH, James e JACOBSON, Ivar. UML: guia do usuário. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2ª edição, 2006.

BORGES, Klaibson N. R. LibreOffice para leigos – Facilitando a vida no escritório. Disponível em: https://wiki.documentfoundation.org/images/2/2a/LibreOffice_Para_Leigos.pdf. Acessado em: 21 jan. 2014.

BUDD, Andy, MOLL, Cameron e COLLISON, Simon. Criando páginas web com CSS. São Paulo: Editora Pearson Prentice Hall. 2006.

CHRISSE, Mary B., KONRAD, Mike e SHRUM, Sandra. CMMI for Development: Guidelines for Process Integration and Product Improvement. Addison Wesley Profession, 3ª edição, 2011.

DALL'OGGIO, Pablo. PHP - Programando com Orientação a Objetos. São Paulo: Editora Novatec, 2007.

DAMIANI, Edgard B. Javascript - Guia de Consulta Rápida. São Paulo: Editora Novatec, 3ª Edição, 2008.

DATE, Chris J. Introdução a Sistemas de Bancos de Dados. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 8ª edição, 2004.

DEITEL, Harvey M. XML: como programar. São Paulo: Editora Prentice Hall, 2003.

DEITEL, Paul J. e Deitel, Harvey M. Java: como programar. São Paulo: Editora Prentice Hall, 8ª edição, 2010.

EDELWEISS, Nina e GALANTE, Renata. Estruturas de Dados. Série Livro Didáticos Informática. Porto Alegre: Editora Bookman, 2009.

ELMASRI, Ramez e NAVATHE, Shamkant B. Sistemas de banco de dados. São Paulo: Editora Pearson Addison Wesley, 6ª edição, 2011.

EMAG. e-MAG - Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico. 3a versão, Disponível em:



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013**

Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14

<http://emag.governoeletronico.gov.br/emag/>. Acessado em: 21 jan. 2014.

FLANAGAN, David. Javascript - O Guia Definitivo. Porto Alegre: Editora Bookman. 4ª edição, 2004.

HEUSER, Carlos A. Projeto de banco de dados. Rio Grande do Sul: Editora Sagra Luzzatto, 4ª edição, 2001.

LARMAN, Craig. Utilizando UML e Padrões. Porto Alegre: Editora Bookman, 3a. Edição, 2007.

LIBREOFFICE. Sítio oficial do LibreOffice. Disponível em: <http://pt-br.libreoffice.org/>. Acessado em: 21 jan. 2014.

LUBBERTS, Peter, ALBERS, Brian e SALIM, Frank. Programação profissional em HTML5. Editora Alta Books, 2013.

MICROSOFT OFFICE. Sítio Oficial do Microsoft® Office. Disponível em: <http://office.microsoft.com/pt-BR/>. Acessado em: 21 jan. 2014.

MILANI, André. Construindo Aplicações Web com PHP e MySQL. São Paulo: Editora Novatec, 2010.

MPS-BR, Guias em Português / Softex. Disponível em <http://www.softex.br/mpsbr/guias/>. Acessado em: 21 jan. 2014.

MURRAY, Katherine. First look Microsoft Office 2010. Disponível em: http://blogs.msdn.com/b/microsoft_press/archive/2010/01/20/free-ebook-first-look-microsoft-office-2010.aspx. Acessado em: 21 jan. 2014.

MYSQL. Sítio Oficial do MySQL. Disponível em: <http://www.mysql.com/>. Acessado em: 21 jan. 2014.

ORACLE. Code conventions for the Java programming language. Disponível em: <http://www.oracle.com/technetwork/java/javase/documentation/codeconvtoc-136057.html>. Acessado em: 21 jan. 2014.

PMBOK. Guia PMBOK em Português. 4a edição. Disponível em: <http://brasil.pmi.org/brazil/PMBOKGuideAndStandards/PMBOKemPortugues.aspx>. Acessado em: 21 jan. 2014.

PRESSMAN, Roger S. Engenharia de Software - Uma Abordagem Profissional. Porto Alegre: Editora AMGH, 7ª edição, 2011.

PUGA, Sandra e RISSETTI, Gerson. Lógica de programação e estruturas de dados com aplicações em Java. São Paulo: Editora Pearson Education do Brasil, 2ª edição, 2009.

RIVEST, Ronald L., LEISERSON, Charles E. e CORMEN, Thomas H. Algoritmos: teoria e prática. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2002.

SILBERSCHATZ, Abraham, KORTH, Henry F. e SUDARSHAN, S. Sistema de banco de dados. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 6ª edição, 2012.

SILVA, Maurício S. Construindo sites com CSS e (X)HTML – sites controlados por folhas de estilo em cascata. São Paulo: Editora Novatec, 2007.

SILVA, Maurício S. Javascript – Guia do programador. São Paulo: Editora Novatec, 2010.

SOMMERVILLE, Ian. Engenharia de Software. São Paulo: Editora Pearson Prentice Hall, 9ª edição, 2011.

SOUZA, Marco A. F., GOMES, Marcelo M., SOARES, Marcio V. e CONCILIO, Ricardo. Algoritmos e lógica de programação. São Paulo: Editora Thomson Learning, 2005.

World Wide Web Consortium. Document Object Model (DOM) Level 3 Core Specification. Disponível em: <http://www.w3.org/TR/2004/REC-DOM-Level-3-Core-20040407/>. Acessado em: 21 jan. 2014.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE ANALISTA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO – TECNÓLOGO EM REDE

1. Fundamentos de sistemas operacionais: arquiteturas, processos e threads, escalonamento de CPU, sistemas de arquivos. 2. Arquitetura de redes de computadores e da Internet: desempenho de redes, modelos de camadas e arquiteturas de redes, encapsulamento de pacotes, arquitetura TCP/IP. 3. Camada de aplicação, protocolos de aplicação utilizados na Internet (HTTP, DNS, SMTP, POP3, IMAP), arquitetura cliente-servidor. 3.1. Camada de transporte: fundamentos, multiplexação de conexões de transporte, tipos de serviço, programação com sockets, e protocolos de transporte na arquitetura TCP/IP (TCP/UDP). 4. Camada de rede: fundamentos, arquitetura, tipos de serviço, interconexão de redes e roteamento estático, protocolo IP, máscaras e segmentação de rede, endereçamento IP, construção de tabelas de roteamento IP, ARP, NAT, DHCP, firewall. 5. Camada de enlace: redes locais (LANs e VLANs) e rede locais sem fio (WLANs) baseadas nos padrões IEEE 802.11 a 802.11. 6. Equipamento de conectividade de redes: repetidor, hub, ponte, switch e roteadores. 7. Fundamentos de segurança em redes de computadores: integridade, confidencialidade, controle de acesso (autorização), autenticação, não-repúdio e



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013

Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14

disponibilidade. 8. Fundamentos de criptografia simétrica e assimétrica, distribuição de chaves e certificação, mecanismos de autenticação, single sign-on (SSO). 9. Protocolos para comunicação segura: TLS/SSL, DNSSec, PGP, redes virtuais privadas (VPN). 10. Ameaças a redes de computadores e contra-medidas: ataques a DNS, negação de serviço, sniffing, exploração (spoofing) de protocolos da arquitetura TCP/IP, configuração de zona desmilitarizada (DMZ), segurança de redes sem fio, sistemas de detecção de intrusão. 11. Controle de acesso e mecanismos de proteção em sistemas operacionais.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

KUROSE, James F; ROSS, Keith W. Redes de computadores e a Internet uma abordagem top-down 5.ed. Sao Paulo : Pearson Addison Wesley, c2010. TANENBAUM, Andrew S. Redes de computadores 4.ed. - Rio de Janeiro : Campus, c1997.

TANENBAUM, Andrew S. Sistemas operacionais modernos 3. ed Sao Paulo : Person Prentice Hall, c2010. NAKAMURA, Emilio Tissato. Segurança de redes : em ambientes cooperativos Sao Paulo : Novatec, 2007. 482 p.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE ANALISTA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO – WEB DESIGNER

1. Design de interfaces e design de interação: conceitos. 1.1. Sistemas interativos. 2. Projetos de Interfaces computacionais e interfaces de usuário: 2.1. Escopo de projeto: modelos de usuários, tarefa, sistema e contexto. 2.2. Heurísticas para projetos web. 2.3. Arquitetura da informação. 2.4. Navegação global, local e contextual. 2.5. Wireframes e layouts de telas. 2.6. Padrões cromáticos. 2.7. Padrões tipográficos. 2.8. Desenvolvimento: integração de equipes e responsabilidades. 3. Geração e tratamento de imagens: 3.1. Aplicativos gráficos de geração de imagens vetoriais. 3.2. Aplicativos gráficos de animação e interação. 3.3. Aplicativos gráficos de geração e tratamento de imagens bitmapeadas. 4. Linguagens de programação para web. 5. Interfaces responsivas e tecnologias móveis: 5.1 Tableless e web standards. 6. Avaliação de interfaces: 6.1. Testes funcionais. 6.2. Testes e inspeções de usabilidade e acessibilidade. 7. Padrões legais de acessibilidade de interfaces web.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

AGNER, Luiz. Ergodesign e arquitetura de informação: trabalhando com o usuário. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

CHAK, Andrew. Como Criar Sites Persuasivos. São Paulo: Pearson Brasil, 2003.

DAMASCENO, Anielle. Webdesign: teoria e prática. Florianópolis: Visual Books, 2003.

DIAS, Claudia. Usabilidade na Web. Rio de Janeiro: Alta Books, 2007.

DONALD, Norman. Design do dia-a-dia. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

JOHNSON, Steven. Cultura da Interface: como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

KRUG, Steve. Não me faça pensar: uma abordagem de bom senso a usabilidade na web. Rio de Janeiro: Alta Books, 2006.

MARSDEN, Gary; JONES, Matt. Mobile interaction design. West Sussex: John Wiley and Sons, 2006.

MODELO DE ACESSIBILIDADE. Recomendações de Acessibilidade para a Construção e Adaptação de Conteúdos do Governo Brasileiro na Internet - Departamento de Governo Eletrônico - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Documento de Referência - Versão 2.0 14/12/2005.

LYNCH, Patrick J.; HORTON, Sarah. Guia de estilo da Web. Barcelona: Gustavo Gili GG, 2004.

MEMORIA, Felipe. Design para a Internet: projeto a experiência perfeita. São Paulo: Campus, 2005.

MORAES, Anamaria de. Design e avaliação de interface. Rio de Janeiro: Rio Books, 2006.

NIELSEN, Jakob; LORANGER, Hoa. Usabilidade na Web: projetando websites com qualidade. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

NIELSEN, Jakob; TAHIR, Marie. Homepage usabilidade: 50 websites descostruídos. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

NIELSEN, Jakob. Projetando Websites. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

OLIVEIRA NETTO, Alvim. IHC: modelagem e gerência de interfaces com o usuário. Florianópolis: Visual Books, 2004.

PREECE, Jennifer; ROGERS, Yvonne; SHARP, Helen. Design de interação: além da interação homem-computador. Porto Alegre: Bookman, 2005.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013

Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14

ROCHA, Cleomar. Interfaces Computacionais. In Anais do 8º Encontro Internacional de Arte e Tecnologia. Brasília: PPG Arte/IdA/UnB, 2009.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE ANALISTA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO – SUPORTE AO USUÁRIO

1. Governança de Tecnologia da Informação (TI). Políticas de segurança da informação. Conceitos de segurança da informação segundo a Norma ISO/IEC 27000:2009. Objetivos de controle de TI segundo o framework CobIT (*Control Objectives for Information and related Technology*). Gerenciamento de Serviços de Tecnologia da Informação (TI). Conceitos de Central de Serviços de TI para suporte ao usuário de TI. Conceitos do modelo MPS.BR para serviços de TI. Conceitos de gerenciamento de serviços de TI segundo a Norma ISO/IEC 20000-1:2011. Conceitos de gerenciamento de serviços de TI segundo a biblioteca ITIL (*Information Technology Infrastructure Library*). 2. Sistemas de Bancos de Dados. Componentes de um Sistema de Bancos de Dados. Comparação entre Bancos de Dados e Arquivos de Dados Convencionais. Conceitos de modelo de dados, esquema de banco de dados e instância de banco de dados. Linguagens e Interfaces para tratamento de Bancos de Dados. Conceito de Independência de Dados. Arquitetura de Referência ANSI-SPARC para Bancos de Dados. 3. Administração de Dados. Prospecção e identificação de necessidades de informação corporativas. Construção de modelos de dados corporativos e sistemas integrados de gestão. Definição de regras e políticas corporativas para criação, utilização, modificação e divulgação de dados corporativos. Conceitos de consistência e qualidade de dados. Padrões para nomenclatura de dados corporativos. Políticas para compartilhamento dos dados armazenados. Políticas para descarte de dados. 4. Administração de Bancos de Dados. Definição e monitoramento de segurança de dados. Autorização de acesso a dados. Políticas de tratamento e recuperação de falhas em bancos de dados. Ajuste e monitoramento de desempenho de bancos de dados. Particionamento, distribuição e replicação de dados. Procedimentos para proteção de dados usando cópias de segurança (*backups*). Manutenção preventiva e corretiva de bancos de dados. 5. Projeto Conceitual de Bancos de Dados. Modelagem conceitual de dados com o Modelo de Dados Entidade-Relacionamento (ER). Estratégias para condução de projeto conceitual de dados. Características desejáveis para o esquema conceitual de banco de dados. Principais abstrações usadas na modelagem conceitual com o Modelo ER. Modelagem conceitual de dados com base em modelo de dados orientados a objetos e modelo ER estendido. 6. Projeto de Banco de Dados Relacional. Modelo de Dados Relacional. Mapeamento entre modelos ER e Relacional. Normalização de projeto de bancos de dados relacionais. Regras de integridade de bancos de dados. Restrições de domínio. Integridade referencial. Dependências funcionais. 7. Gerenciamento de Transações em Sistemas Gerenciadores de Bancos de Dados relacionais. Conceito de transação. Propriedades ACID. Controle de Concorrência. Recuperação de Falhas. Técnicas de Indexação e *Hashing*. 8. Linguagem SQL. Definição de dados (SQL-DDL). Criação e atualização de esquema de banco de dados. Manipulação de dados (SQL-DML). Consulta, inserção, alteração e exclusão de dados do banco de dados. Otimização de Consultas. Definição e manipulação de visões (*views*). Criação e uso de procedimentos armazenados (*stored procedures*), restrições (*check constraints*) e gatilhos (*triggers*).

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

BEIGHLEY, Lynn. Use a cabeça SQL. Alta Books, 2008.
CHURCHER, Clare. Introdução ao Design de Bancos de Dados. Alta Books, 2009.
ELMASRI, Ramez; NAVATHE, Shamkant B. Sistemas de Banco de Dados. Pearson, 6ª edição, 2011.
FERNANDES, Aguinaldo Aragon. Implantando a Governança de TI - da Estratégia à Gestão dos Processos e Serviços. Brasport, 3ª edição, 2012.
HEUSER, Carlos Alberto. Projeto de Banco de Dados. Bookman, 6ª edição, 2009.
REGO, Bergson Lopes. Gestão e Governança de Dados: Promovendo dados como ativo de valor nas empresas. Brasport, 2013.
MAGALHÃES, Ivan Luizio; PINHEIRO, Walfrido Brito. Gerenciamento de Serviços de TI na Prática - Uma abordagem com base na ITIL. Novatec, 2007.
MPS - Melhoria de Processo de Software e Serviços - Guia Geral MPS de Serviços. Disponível em http://www.softex.br/wp-content/uploads/2013/07/MPS.BR_Guia_Geral_Servicos_20121.pdf. SOFTEX, 2014.
RAMAKRISHNAN, Raghu; GEHRKE, Johannes. Sistemas de Gerenciamento de Banco de Dados. Mcgraw-Hill, 3ª Edição, 2008.
SILBERSCHATZ, Abraham; KORTH, Henry; S. Sudarshan. Sistema de Banco de Dados. Campus, 6ª



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013**

Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14

edição, 2012.

SOULA, José Maria Fiorino. ISO/ IEC 20000: Gerenciamento de Serviços de Tecnologia da Informação - Teoria e Prática. Brasport, 2013.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE ANALISTA DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO – BANCO DE DADOS

1. Modelos de dados, arquitetura de sistemas de banco de dados, linguagens de banco de dados, independência de dados. 2. Sistemas gerenciadores de banco de dados. 3. Modelo relacional. 4. Modelo entidade relacionamento (MER): básico, generalização e especialização, diagrama entidade relacionamento e suas notações. 5. SQL. 6. Metadados, dados, valor nulo. 7. Normalização. 8. Processamento e otimização de consultas. 9. Procedimentos armazenados. 10. Bancos de dados ativos: gatilhos. 11. Armazenamento de dados: índices primário, de agrupamento e secundário, hashing, arquivos ordenados e não ordenados. 12. Controle de concorrência: transações e propriedades ACID, bloqueio e granularidade de bloqueio, bloqueio de duas fases e suas variações, deadlock, starvation. 13. Escalonamento de transações: escalonamentos seriais e não seriais, serialização de transações. 14. Recuperação de dados: tipos de falha, arquivo de log, recuperação baseada em atualização adiada, recuperação baseada em atualização imediata, operações undo e redo; backup de dados e de log. 15. ITIL: atividades de operação de serviços comuns.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ELMASRI, R. e NAVATHE, S.B., Sistemas de Banco de Dados, 6ª ed., Pearson - Addison Wesley, 2011.

HEUSER, C.A., Projeto de Banco de Dados, 6ª edição, Bookman, Porto Alegre, 2009.

ITIL (Information Technology Infrastructure Library) – Service Operation, TSO (The Stationery Office), 2007.

MANNINO, M. V., Projeto, Desenvolvimento de Aplicações e Administração de Banco de Dados, tradução da 3ª edição, São Paulo, McGraw-Hill, 2008.

RAMAKRISHNAN, R. e GEHRKE, J., Sistemas de Gerenciamento de Banco de Dados, tradução da 3ª edição, São Paulo, McGraw-Hill, 2008.

SILBERSCHATZ, A., KORTH, H.F. e SUDARSHAN, S., Sistema de Banco de Dados, 5ª ed., Ed.Campus, Rio de Janeiro, 2006.

CARGO DE TÉCNICO EM INFRA-ESTRUTURA

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE TÉCNICO EM INFRA-ESTRUTURA – ARQUITETURA E URBANISMO

1. O papel do arquiteto frente as questões de planejamento e desenho urbano, projetos de edificações; meio ambiente e sua sustentabilidade. 2. Elaboração de: programas de necessidades. 3. Elaboração de planos diretores físicos e de planejamento ambiental. 4. Elaboração de projetos arquitetônicos observando as questões de ergometria, conforto ambiental, funcionalidade, estética e técnicas construtivas. 5. Elaboração de Projetos específicos: educacional, hospitalar, paisagismo e comunicação visual. 6. Conhecimentos relativos à arquitetura e urbanismo brasileiro. 7. Processos e Técnicas construtivas: otimização, procedimentos e especificação de materiais, topografia. 8. Norma de acessibilidade - Norma Brasileira ABNT 9050. 9. Conhecimento sobre o Regulamento para estabelecimentos assistenciais de saúde da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - RDC n. 50. 10. Conhecimento de desenho técnico de edificações e urbanismo, mostrando destreza tanto na representação manual como virtual – uso do programa AutoCad. 11. Teoria e História da Arquitetura: Restauo e Patrimônio Artístico e Cultural. 12. Gerenciamento de Projetos: Gestão, Tempo, Escopo, Custo. 13. Avaliações e perícias técnicas no campo da arquitetura.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

Agência nacional de vigilância sanitária: Resolução – RDCn.50, de 21 de fevereiro de 2002: Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde.

BALDAN, Roquemar. COSTA, Lourenço. Auto Cad 2013: utilizando totalmente. São Paulo: Editora Érica. 2012.

CARVALHO, Régio Paniago. Acústica Arquitetura. -2 ed.- Brasília: Thesaurus, 2010.



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013**

Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14

Comitê Brasileiro da indústria da Construção. Desempenho de Edificações Habitacionais - Guia Orientativo para atendimento à norma ABNT NBR 15575/2013.

FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. Desenho Ambiental; uma introdução à arquitetura da paisagem com o paradigma ecológico. São Paulo: Annablume Editora, 1997.

FROTA, Anésia Barros e SCHIFFER, Sueli Ramos. Manual de Conforto Térmico: arquitetura e urbanismo.- 5 ed.-. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

GRAEFF, Edgar Albuquerque. A Arte e Técnica na Formação do Arquiteto. São Paulo, Livros Studio Nobel Ltda, 1995.

MASCARÓ, Juan Luis. Manual de loteamentos e urbanização. Porto Alegre: Sagra – DC Luzzatto, 1994.

NEVES, Laert Pedreira. Adoção do partido na arquitetura. Salvador: Centro Editorial Didático da UFBA., 1989

NEUFERT, Ernst. Arte de projetar em arquitetura: princípios, normas e prescrições sobre construção, instalações, distribuição e programa de necessidades, dimensões de edifícios, locais e utensílios; tradução da 21. ed. Alemã. 5 ed. – São Paulo: Gustavo Gilli do Brasil, 1976.

Norma Brasileira ABNT 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: 2004.

MELHADO, Sílvio Burratino (coordenador). Coordenação de Projetos de Edificações. Editora O nome da Rosa. São Paulo. 2005.

SEGAWA, Hugo. Arquiteturas no Brasil 1900-1990. 2 ed., São Paulo: - Editora Universidade de São Paulo, 1999.

SILVA, Elvan. Matéria, idéia e forma: uma definição de arquitetura. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1994.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE TÉCNICO EM INFRA ESTRUTURA – ENGENHARIA AMBIENTAL

1.Desenvolvimento de projetos de engenharia. 2.Execução de obras; planejamento; e orçamento. 3.Coordenação, supervisão, operação e manutenção. 4.Controle de qualidade dos suprimentos e serviços comprados e executados. 5.Elaboração de normas e documentação técnica. 6.Assessoramento nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. 7.Realização de estudos de viabilidade técnico-econômica; prestação de assistência, assessoria e avaliação; elaboração de laudo e parecer técnico. 7.1.Desenvolver atividades de análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica; elaboração de manuais técnicos, elaboração de orçamento; realização de atividades de padronização, mensuração, e controle de qualidade. 8. Fiscalização de obras e serviços técnicos; condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção; orientação e controle de processo de produção e de serviço de manutenção. 9.Pesquisa e elaboração de processos; estudo e estabelecimento de métodos de utilização eficaz e econômica de materiais e equipamentos, bem como de gerenciamento de pessoal. 10.Todas as atividades previstas estão direta e indiretamente relacionadas às unidades de tratamento de água, efluentes líquidos e gasosos, resíduos sólidos, e aos laboratórios de análise físico-químicas e biológicas de água, efluentes líquidos e gasosos e resíduos sólidos.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

AMERICAN PUBLIC HEALTH ASSOCIATION; AMERICAN WATER WORKS ASSOCIATION; WATER ENVIRONMENT FEDERATION. Standard methods for the examination of water and wastewater. 21th. ed. Washington, D. C.: APHA/AWWA/WEF, 2005.

ANDREOLI, C. V.; VON SPERLING, M.; FERNANDES, F. Lodo de esgoto: tratamento e disposição final. Belo Horizonte: DESA/UFMG, SANEPAR, 2001. 484p. (Princípios do tratamento biológico de águas residuárias.

Associação brasileira de normas técnicas. NBR 10.004: resíduos sólidos: classificação. Rio de Janeiro: ABNT, 2004. 71p.

Associação brasileira de normas técnicas. NBR 12.216: projeto de estação de tratamento de água para abastecimento público: procedimentos. Rio de Janeiro: ABNT, 1992. 18p.

BARROS, R. T. V. Elementos de resíduos sólidos. Belo Horizonte: Tessitura, 2012. 424p.

BRAGA, B. et al. Introdução à engenharia ambiental. 2. ed. São Paulo: Pearson Hall, 2005. 318p.

BRASIL. Lei n. 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013

Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14

de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 jan. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm>. Acesso em: 15 maio 2013.

BRASIL. Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 6 ago. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 15 maio 2013.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE TÉCNICO EM INFRA ESTRUTURA – ENGENHARIA CIVIL

1. Estruturas de edificações. 1.1. Ações nas estruturas. 1.2. Análise de tensões e deformações. 1.3. Análise de estruturas reticuladas (barras) isostáticas e hiperestáticas. 1.4. Estruturas de concreto armado. 1.5. Estruturas de concreto protendido. 1.6. Estruturas pré-moldadas. 1.7. Estruturas metálicas. 1.8. Patologias. 1.9. Técnicas de recuperação e reforço. 2. Mecânica dos solos. 2.1. Identificação e Classificação dos Solos. 2.2. Compactação dos solos. 2.3. Tensões nos solos. 2.4. Percolação da água nos solos. 2.5. Resistência ao cisalhamento. 2.6. Empuxos de terra. 2.7. Estruturas de contenção: muros de arrimo, cortinas. 2.8. Estabilidade de taludes. 2.9. Compressibilidade dos solos e Recalques. 3. Fundações: 3.1. Tipos de fundações. 3.2. Dimensionamento geométrico e estrutural de fundações. 3.3. Recalque de fundações. 3.4. Interação solo-estrutura. 4. Tecnologia dos materiais de construção. 4.1. Aglomerantes. 4.2. Agregados para argamassas e concretos. 4.3. Concreto de cimento portland: propriedades, dosagem e controle tecnológico. 4.4. Argamassas (assentamento e revestimento); 4.5. Materiais cerâmicos. 4.6. Materiais metálicos. 4.7. Madeira. 4.8. Vidros. 4.9. Tintas. 5. Construção Civil. 5.1. Execução de estruturas de concreto. 5.2. Execução de alvenarias. 5.3. Revestimentos (pisos e paredes). 5.4. Esquadrias. 5.5. Coberturas. 5.6. Locação de obras. 6. Sistemas elétricos prediais e projetos elétricos de baixa tensão. 7. Sistemas hidro-sanitários prediais. 7.1. Sistemas prediais de água fria e de água quente. 7.2. Esgotos sanitários. 7.3. Águas pluviais. 7.4. Sistemas de combate a incêndio. 8. Orçamento, planejamento e controle de obras: 8.1. Quantificação de insumos e serviços. 8.2. Composição de preços. 8.3. Programação de recursos: pessoas, materiais e equipamentos. 8.4. Cronograma físico e financeiro. 8.5. Medição de obras e serviços executados. 9. Segurança do Trabalho. 9.1. Segurança e Higiene do trabalho. 9.2. Segurança na Construção Civil; 9.3. Proteção Coletiva. 9.4. Equipamentos de Proteção Individual (EPI). 9.5. Ergonomia e aplicações. 10. Licitações e Contratos Administrativos de Obras e Serviços de Engenharia. 10.1. Lei n. 8666/93 e legislação complementar. 10.2. Projeto Básico. 10.3. Projeto executivo.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

AITCIN, P.C. Concreto de alto desempenho. São Paulo: PINI, 2000.

ALONSO, U.R. Dimensionamento de fundações profundas. São Paulo: Edgard Blucher, 1989.

_____. Exercícios de fundações. São Paulo: Edgard Blucher, 1983

AOKI, N; CINTRA, J.C.A. Fundações por estacas – Projeto Geotécnico. São Paulo: Oficina de Textos, 2010.

ARAÚJO, J.M. Curso de concreto armado. Rio Grande: Dunas, 2003. 4 Vol.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 6118:2007. Projeto de estruturas de concreto - Procedimento. Rio de Janeiro: ABNT, 2007.

_____. NBR 6120:1980. Cargas para o cálculo de estruturas de edificações. Rio de Janeiro: ABNT, 1980.

_____. NBR 9062:2006. Projeto e execução de estruturas de concreto pré-moldado. Rio de Janeiro: ABNT, 2006.

_____. NBR 7480:2007. Aço destinado a armaduras para estruturas de concreto armado - Especificação. Rio de Janeiro: ABNT, 2007.

_____. NBR 8681:2003. Ações e segurança nas estruturas - Procedimento. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.

_____. NBR ISO 6892-1:2013. Materiais metálicos — Ensaio de Tração. Parte 1: Método de ensaio à temperatura ambiente. Rio de Janeiro: ABNT, 2013.

_____. NBR 8800:2008. Projeto de estruturas de aço e de estruturas mistas de aço e concreto de edifícios. Rio de Janeiro: ABNT, 2008.

_____. NBR 6122:2010. Projeto e execução de fundações. Rio de Janeiro: ABNT, 2010.

_____. NBR 12655:2006. Concreto de cimento Portland - Preparo, controle e recebimento - Procedimento. Rio de Janeiro: ABNT, 2006.

_____. NBR 14653-2:2011. Avaliação de bens - Parte 2: Imóveis urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.

_____. NBR 9050:2004. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013**

Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14

- _____. NBR 5410:2004. Instalações elétricas de baixa tensão. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.
- _____. NBR 5626:1998. Instalações Prediais de Água Fria. Rio de Janeiro, ABNT, 1998.
- _____. NBR 7229:1993. Projeto, construção e operação de sistemas de tanques sépticos. Rio de Janeiro, ABNT, 1993.
- _____. NBR 7222:1994. Argamassa e Concreto – Determinação da resistência à tração por compressão diametral de corpos-de-prova cilíndricos. Rio de Janeiro: ABNT, 1994.
- _____. NBR 7212:2012. Execução de concreto dosado em central — Procedimento. Rio de Janeiro, ABNT, 2012.
- _____, NBR 8522:2003. Concreto – Determinação dos Módulos Estáticos de Elasticidade e Deformação e da Curva tensão versus deformação. Rio de Janeiro: ABNT, 2003.
- _____, NBR 9833:1987. Concreto fresco – Determinação da massa específica e do teor de ar pelo método gravimétrico. Rio de Janeiro: ABNT, 1987.
- _____, NBR NM 67:1998. Concreto – Determinação da consistência pelo abatimento do tronco de cone. Rio de Janeiro: ABNT, 1998.
- _____, NBR 5739: 2007. Concreto – Ensaio de Compressão de Corpos de prova cilíndricos – Método de Ensaio. Rio de Janeiro: ABNT, 2007.
- _____, NBR-13276: 2002. Argamassa para assentamento e revestimento de paredes e tetos – Preparo da mistura e determinação do índice de consistência. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.
- _____, NBR-5738:2008. Concreto - Procedimento para moldagem e cura de corpos-de-prova. Rio de Janeiro: ABNT, 2008.
- AZEREDO, H.A. O edifício até sua cobertura. São Paulo: Edgard Blucher Ltda. 2004.
- _____. O edifício e seu acabamento. São Paulo: Edgard Blucher Ltda. 1987.
- BAETA, A. P. Orçamento e controle de preços de obras públicas. São Paulo: PINI, 2012.
- BARATA, F.E. Propriedades mecânicas dos solos - uma introdução no projeto de fundações. Rio de Janeiro: LTC, 1984.
- BAUER, L.A.F. Materiais de construção. 5ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000.
- BORGES, A. C. Prática das pequenas construções. São Paulo: Edgard Blucher Ltda. 1996. 2 Vol.
- CÁNOVAS, M.F. Patologia e terapia do concreto armado. São Paulo: PINI, 1988.
- CARDOSO, R.S. Orçamento de obras em foco. 2ª ed. São Paulo: PINI, 2011.
- CAPUTO, H.P. Mecânica dos solos e suas aplicações: Fundamentos. 6ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- _____. Mecânica dos solos e suas aplicações: Exercícios e problemas resolvidos. 4ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.
- CARVALHO, R.C. Estruturas em concreto protendido. São Paulo: PINI, 2012.
- CARVALHO, R.C.; FIGUEIREDO FILHO, J.R. Cálculo e detalhamento de estruturas usuais de concreto armado. São Carlos: Editora da UFSCAR, 2004.
- CARVALHO, R.C.; PINHEIRO, L.M. Cálculo e detalhamento de estruturas usuais de concreto armado. São Paulo: PINI, 2009. Vol.2.
- CREDER, H. Instalações hidráulicas e sanitárias, Rio de Janeiro: LTC, 2006.
- _____. Instalações elétricas. 15.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.
- DUARTE, R.B. Recomendações para o projeto e execução de edifícios de alvenaria estrutural. Porto Alegre: ANICER, 1999.
- FUSCO,P.B. Estruturas de Concreto – solicitações tangenciais. São Paulo: PINI. 2008.
- FUSCO,P.B. Tecnologia do Concreto Estrutural – tópicos aplicados. São Paulo: PINI. 2012.
- GIAMMUSSO, S.E. Orçamento e custos na construção civil. S.Paulo: Pini. 1989.
- GOLDMANN, P. Introdução ao planejamento e controle de custos na construção civil. São Paulo, PINI, 2004.
- HACHICH, W. et al (Ed.). Fundações – Teoria e prática. São Paulo: PINI, 1998.
- HELENE, P. Manual para reparo, reforço e proteção de estruturas de concreto. 2ª ed. São Paulo: PINI: 1992.
- HELENE, P.; TERZIAN, P. Manual de dosagem e controle do concreto. São Paulo: PINI, 1992.
- HIBBELER, R.C. Resistência dos materiais. São Paulo: Pearson, 2010.
- ISAIA, G.C. (Org./Ed.). Concreto: ciência e tecnologia. São Paulo: IBRACON, 2011. 2 Vol.
- ISAIA, G.C. (Org./Ed.). Materiais de construção civil e Princípios de Ciência e Engenharia dos Materiais. 2ª ed. São Paulo: IBRACON, 2010. 2 Vol.
- Lei 8.666/93 com alterações posteriores.
- LIMMER, C.V. Planejamento, Orçamentação e Controle de Projetos e Obras. Rio de Janeiro: LTC, 1997.
- MACYNTIRE, J.A. Manual de instalações hidráulicas e sanitárias, Rio de Janeiro: LTC, 1990.



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013**

Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14

- MARTHA, L.F. Análise de estruturas – conceitos e métodos básicos. Rio de Janeiro: Campus, 2010.
- MATTOS, A.D. Como preparar orçamentos de obras. São Paulo: PINI, 2006.
- MEHTA, P.K.; MONTEIRO, P.J.M. Concreto: Microestrutura, propriedades e materiais. São Paulo: IBRACON, 2008.
- MENDONÇA, M.C. Engenharia Legal: teoria e prática profissional. São Paulo: PINI, 1999.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. NR-18 Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção. 1995 com alterações posteriores.
- MUNTE CONSTRUÇÕES INDUSTRIALIZADA. Manual Munte de projetos em pré-fabricados de concreto (MELO, C.E.E./Org.). São Paulo: PINI, 2007.
- PINTO, C. S. Curso básico de mecânica dos Solos. São Paulo: Oficina de Textos, 2002.
- PFEIL, W.; PFEIL M. Estruturas de aço. Rio de Janeiro: LTC. 2007.
- RIPPER, E. Como evitar erros na construção. São Paulo: PINI, 1986.
- ROMAN, H.R.; MUTTI, C.N.; ARAÚJO, H.N. Construindo em alvenaria estrutural. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.
- SOUZA, V.C.M.; RIPPER, T. Patologia, recuperação e reforço de estruturas de concreto. São Paulo: PINI, 1998.
- SAMPAIO, J.C. NR-18 Manual de Aplicação. São Paulo: PINI, 1998.
- SORIANO, H.L.; LIMA, S.S. Análise de estruturas. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2004. Vol.1.
- SORIANO, H.L. Estática das estruturas. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2007.
- TCPO: Tabelas de composições de preços para orçamentos. São Paulo: PINI, 2012.
- THOMAZ, Ércio. Trincas nas construções. São Paulo: PINI, 1989.
- TISAKA, Maçahico. Orçamento na construção civil. 2ª ed. São Paulo: PINI, 2011.
- VELLOSO, D.A.; LOPES, F.R. Fundações. São Paulo: Oficina de Textos, 2011. 2 Vol.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE TÉCNICO EM INFRA ESTRUTURA – ENGENHARIA ELÉTRICA

1. Circuitos elétricos: Análise em corrente contínua (Regime permanente e regime transitório), análise em corrente alternada, circuitos trifásicos, potência em circuitos elétricos. 2. Materiais elétricos: isolantes, condutores, magnéticos e suas propriedades. 3. Luminotécnica: grandezas, propriedades, tipos e características de lâmpadas, tipos e características de luminárias, tipos e características de equipamentos auxiliares, tipos de iluminação, iluminação interna e externa, métodos de cálculo de iluminação, projeto luminotécnico. 4. Normas técnicas para instalações elétricas: NBR 5410, NBR 5444, NBR 5419, NBR 5413. Norma regulamentadora NR 10, do Ministério do Trabalho. 5. Normas da concessionária: RIC-BT e RIC-MT. 6. Conhecimento em projetos elétricos: Plantas, detalhes de montagem, prumadas, diagramas unifilares, trifilares, quadros de carga, memorial descritivo, especificação dos componentes. 7. Instalações elétricas de baixa e média tensão: características gerais das instalações elétricas, linhas elétricas, aterramento, proteção contra descargas atmosféricas, proteção contra choques elétricos, proteção contra sobrecarga, proteção contra sobretensão, proteção contra curto-circuito, seletividade, circuitos constituídos por motores elétricos, dimensionamento de condutores elétricos e demais elementos das instalações elétricas, determinação e aplicação das correntes de curto-circuito nas instalações elétricas, correção de fator de potência. 8. Entrada de energia de instalações elétricas em baixa e média tensões: elementos componentes, instalações embutidas, aparentes, aéreas e subterrâneas. 9. Instalações telefônicas e projetos de rede interna estruturada: projeto telefônico e de rede estruturada, normas técnicas NBR 13300 e NBR 14565. 10. Instalação e proteção de motores: especificação de motores, chaves, proteção e comando de motores. 11. Projetos de subestação de consumidor: partes componentes de uma subestação de consumidor, tipos de subestação, dimensionamento das subestações, projeto de especificação de transformador, ligações a terra. 12. Transformadores: ensaios, circuitos elétricos equivalentes, regulação, rendimento, paralelismo de transformadores, autotransformador. 13. Máquinas síncronas: campo girante, geradores síncronos, motores síncronos, máquinas de polos lisos e de polos salientes, ensaios, circuitos elétricos equivalentes, controle da energia ativa e reativa, sincronismo, compensador síncrono. 14. Motores de indução: motores de indução trifásico, ensaios, circuito elétrico equivalente, potência e torque, métodos de partida e controle de velocidade. 15. Máquinas de corrente contínua: princípio de operação, tensão gerada e torque, tipos de excitação, perdas, geradores de corrente contínua, motores de corrente contínua, métodos de partida e controle de velocidade.



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013**

Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

A E Fitzgerald, Charles Kingsley Jr e Stephen Umans. Máquinas Elétricas, Editora Bookman Companhia Editora.

Ademaro Cotrim Editora Prentice-Hall Brasil Instalações Elétricas

Irving Kosow .Máquinas Elétricas e Transformadores, Editora Globo .

Julio Niskier e Archibald Joseph Macintyre . Instalações Elétricas, Editora LTC.

João Mamede Filho Instalações Elétricas Industriais, Editora LTC.

James Nilsson e Susan Riedel, Circuitos Elétricos, Editora LTC.

Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT): NBR 5410, NBR 5444, NBR 5419, NBR 5413, NBR 13300 e NBR 14565.

Norma Regulamentadora nº 10 do Ministério do Trabalho e Emprego: NR 10.

Robert Boylestad. Introdução a Análise de Circuitos, Editora Pearson/Prentice-Hall .

Regulamento de Instalações Consumidoras – Baixa Tensão. CEEE / AESSUL / RGE.

Regulamento de Instalações Consumidoras – Média Tensão. CEEE / AESSUL / RGE.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE TÉCNICO EM INFRA ESTRUTURA – ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO

1. Atribuições do Engenheiro de Segurança do Trabalho: Resolução n. 325, de 27 de novembro de 1987. 2. Código de Ética Profissional: Resolução n. 1.002, de 26 de novembro de 2002. 3. Portaria n. 3.214, de 08 de junho de 1978 e suas atualizações: Normas Regulamentadoras (NR) 01 a 36. 4. NBR 18801:2010 Versão Corrigida: 2011 (Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho — Requisitos). 5. Lei n.8.213, de 24 de julho de 1991 e suas atualizações. 6. Doenças ocupacionais. 6.1. Doenças do trabalho e doenças profissionais. 6.2 Agentes causadores e prevenção de doenças. 6.3. Primeiros socorros. 6.4. Noções de biossegurança. 7. Ergonomia. 7.1. Laudo ergonômico de postos de trabalho. 7.2. Especificação e adequação de mobiliário. 8. Gerência de riscos: 8.1. Conceitos gerais. 8.2. Estudo de casos de riscos. 8.3. Mapeamento de riscos. 8.4. Gestão de risco. 8.5. Análise de riscos. 8.6. Técnicas de análise. 8.7. Responsabilidade civil e criminal. 9. Equipamentos de proteção: Especificação dos equipamentos de proteção individual e coletiva. 10. Programas de segurança e documentação. 10.1. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA); 10.2 Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO). 10.3. Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT). 10.4. Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP). 10.5. Técnicas de uso de equipamentos de medições; 10.6. Laudos técnicos de insalubridade e periculosidade. 10.7. Perícia judicial. 11. Campanhas de segurança do trabalho: 11.1. Promoção e realização. 11.2. Divulgação de assuntos de segurança do trabalho. 11.3. Órgãos e campanhas de segurança. 11.4. Treinamentos gerais e específicos. 12. Prevenção e combate a incêndio. 12.1. Projeto de prevenção e combate a incêndio. 13. Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho: Decreto n. 7.602 do dia 7 de novembro de 2011.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA. Resolução n. 325: exercício profissional, o registro e as atividades do Engenheiro de Segurança do Trabalho, e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1987. Disponível em: <http://normativos.confea.org.br/ementas/visualiza.asp?idEmenta=373&idTipoEmenta=5&Numero=>. Acesso em: 28 jan. 2014.

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA. Resolução n. 1002: Código de Ética Profissional da Engenharia, da Arquitetura, da Agronomia, da Geologia, da Geografia e da Meteorologia e dá outras providências. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://normativos.confea.org.br/ementas/visualiza.asp?idEmenta=542>. Acesso em: 28 jan. 2014.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Normas Regulamentadoras. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/legislacao/normas-regulamentadoras-1.htm>. Acesso em: 28 jan. 2014.

BRASIL. Constituição Federal. Artigos 196, 197, 198, 199 e 200. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/> Acesso em 20 de janeiro de 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. PORTARIA n. 777/GM Em 28 de abril de 2004. Dispõe sobre os procedimentos técnicos para a notificação compulsória de agravos à saúde do trabalhador em rede de serviços sentinelas específica, no Sistema Único de Saúde – SUS. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=30546&janela=1 Acesso em 20 de maio de 2009.



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013**

Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14

BRASIL. Lei no www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5869.htm. Acesso em: 28 jan. 2014.
COSTA, M.A.F.; COSTA, M.F.B. Segurança e Saúde no trabalho – Cidadania, Competitividade e Produtividade. Qualitymark Editora Ltda. Rio de Janeiro, 2005.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. NBR 18801 -Sistema de gestão da segurança e saúde no trabalho — Requisitos. Rio de Janeiro, 2011.
BRASIL. Lei no Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em: 28 jan. 2014.
BRASIL. Decreto no Periculosidade e de Insalubridade. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D97458.htm. Acesso em: 28 jan. 2014.
BRASIL. Decreto no 7.602, de 7 de Novembro de 2011. Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho – PNSST. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7602.htm. Acesso em: 28 jan. 2014.
Lei 5.869, de 11 de Janeiro de 1973. Código de Processo Civil.
Lei 8.213, de 24 de julho de 1991 e suas atualizações. Planos de Benefícios da Previdência
Lei 97.458, de 11 de Janeiro de 1989. Regulamenta a concessão dos Adicionais de

CARGO DE TÉCNICO DE APOIO PEDAGÓGICO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE TÉCNICO DE APOIO PEDAGÓGICO – EDUCAÇÃO FÍSICA

1. Princípios teóricos e metodológicos da Educação Física no contexto das abordagens críticas. 2. Bases históricas, culturais e científicas da Educação Física e a sua inserção nos currículos escolares. 3. O jogo, o brinquedo e a ludicidade e suas implicações no desenvolvimento e na aprendizagem dos alunos. 4. Avaliação das práticas corporais no lazer e esporte. 5. Educação Física e o tratamento didático metodológico dos conhecimentos relacionados aos esportes, aos jogos, ao lazer e as atividades físicas. 6. Princípios pedagógicos da Educação Física e a sua intervenção nas questões relacionadas à saúde da população. 7. O planejamento e a organização das atividades e eventos que envolvem o lazer, o esporte e as atividades físicas e promoção da saúde. 8. A relação da Educação Física com as atividades sócio culturais no esporte e lazer e as suas possibilidades de intervenção. 9. LDB e Educação Física. 10. Aspectos Metodológicos do Ensino dos Esportes.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

AYOUB, Eliana. Ginástica geral e educação física escolar. Campinas: Editora Unicamp, 2007.
BRACHT, Valter. Sociologia Crítica do Esporte: uma introdução. Vitória: UFES, 1997.
BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. n. 9394/96. CNE, Brasília, 1996.
BROUGÈRE, Gilles. Jogo e Educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
CAPARROZ, Francisco. Entre a educação física na escola e a educação física da escola. Vitória: UFES, Centro de Educação Física e Desportos, 1997.
CARVALHO, Yara m. & RUBIO, Kátia (orgs). Educação Física e Ciências Humanas. São Paulo: Editora Huicitec, 2001.
CATELLANI FILHO, Lino. Política Educacional e Educação Física. Campinas: Autores Associados, 1998.
COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do ensino da educação física. São Paulo: Cortez, 1992.
COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE – CBCE (org.) Educação Física Escolar Frente à LDB e aos PCN's: Profissionais analisam renovações, modismos e interesses. Ijuí: Sedigraf, 1997.
CORRÊA, Ivan L. de S.; MORO, Roque L. Educação Física escolar: reflexão e ação curricular. Ijuí: Editora Unijuí, 2004.
CZERESNIA, Dina; FREITAS, Carlos Machado (Orgs). Promoção da saúde: conceitos reflexões e tendências. 2.ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.
DAMIANI, Iara Regina. SILVA, Ana Márcia (orgs). Práticas Corporais: gênese de um movimento investigativo em educação física- volume 1. Florianópolis: Nauemblu Ciência & Arte, 2005.
DUARTE, Newton. DEMERVAL, Saviani (orgs). Pedagogia histórico - crítica e luta de classes na educação escolar. Campinas- SP: Autores Associados, 2012.
FARINATTI, Paulo de Tarso Veras; FERREIRA, Marcos Santos. Saúde, Promoção da Saúde e Educação Física: conceitos, princípios e aplicações. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013**

Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14

- FREITAS, Francisco Máuri de Carvalho. A miséria da educação física. Campinas, SP: Papyrus, 1991.
- FREIRE, João Batista. Educação de Corpo Inteiro: teoria e prática a Educação Física. São Paulo: Scipione, 1999.
- GANDIM, Danilo. A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. 14ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- HUIZINGA, Johan. Homo Ludens. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- KISHIMOTO, Tizuko M. (org.) O brincar e suas teorias. São Paulo: Pioneira, 2002.
- KUNZ, Elenor; TREBELS, Andreas H. (orgs.) Educação Física crítico-emancipatória: com uma perspectiva da pedagogia alemã do esporte. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.
- MALINA, André; CESARIO, Sebastiana (Orgs.). Esporte: fator de integração e Inclusão Social? 2.ed rev. ampl. Campo Grande: Ed. UFMS, 2013.
- MEDINA. João Paulo S. O brasileiro e o seu corpo: educação e política do corpo. 2ª Ed. Campinas, SP: Papyrus, 1990.
- MOVIMENTO (ESEF/UFRGS). v. 16, n. 4, 2010. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/issue/view/1024/showToc> .
- PENSAR A PRÁTICA. Revista da pós-graduação em Educação Física / Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação Física, Vol. 4, Jul./jun. 2000-2001. Goiânia: Ed. UFG, 2001. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/issue/archive> .
- PENSAR A PRÁTICA. Revista da pós-graduação em Educação Física / Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação Física, Vol. 7, n.1, mar. 2004. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/issue/archive>.
- PENSAR A PRÁTICA. Revista da pós-graduação em Educação Física / Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação Física, Vol. 7, n.2, Jul./Dez. 2004. Goiânia: Ed. UFG, 2004. : <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/issue/archive> .
- PENSAR A PRÁTICA. Revista da pós-graduação em Educação Física / Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação Física, Vol. 8, n.1, Jan./jun. 2005. Goiânia: Ed. UFG, 2005. : <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/issue/archive> .
- PENSAR A PRÁTICA. Revista da pós-graduação em Educação Física / Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação Física, Vol. 8, n.2, Jul./Dez. 2005. Goiânia: Ed. UFG, 2005. : <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/issue/archive> .
- REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. V. 22, N. 2, jan. 2001. Disponível em: <http://rbceonline.org.br/revista/index.php/RBCE/issue/view/92/showToc>.
- REVISTA BRASILEIRA DE ATIVIDADE FÍSICA & SAÚDE, v. 12, n. 3, (2007). Disponível em: <http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/RBAFS/issue/view/84>
- Rev. bras. Educ. Fís. Esporte, São Paulo, v.25,n. especial, dez. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issueoc&pid=1807-550920110005&lng=es&nrm=iso
- SADI, Renato. Sampaio. Pedagogia do Esporte: descobrindo novos caminhos. São Paulo: Icone, 2010. v. 1.
- SOARES, Carmem L. Educação Física: raízes europeias e Brasil. Campinas: Autores Associados, 1994.
- SOARES, Carmem L. (org.). Corpo e História. Campinas: Autores Associados, 2001.
- STIGGER, Marco P. & LOVISOLO, Hugo (orgs). Esporte de rendimento e esporte na escola. Campinas: Autores Associados, 2009.
- SUASSUNA, Dulce. AZEVEDO, Aldo Antônio de (orgs). Política e Lazer: interfaces e perspectivas. Brasília: Thesaurus, 2007.
- VIGOTSKI Lev Semenovich. A formação social da mente. 6ªed. São Paulo: Martins Fontes. 1998.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE TÉCNICO DE APOIO PEDAGÓGICO – PEDAGOGIA

1. Políticas públicas de educação no Brasil.
2. Legislação, diretrizes e normas educacionais.
3. Estrutura e organização da educação no Brasil.
4. Teorias educacionais e teorias pedagógicas.
5. Currículo, cultura escolar e organização do conhecimento escolar.
6. Didática e metodologias de ensino.
7. Função social da educação e da escola.
8. Gestão democrática e mecanismos de participação colegiada.
9. Financiamento da Educação Básica.
10. Gestão e organização do trabalho pedagógico nas instituições educacionais.
11. Avaliação de sistemas de ensino, avaliação institucional e da aprendizagem.
12. Formação profissional inicial, continuada e identidade docente.
13. Trabalho e saberes dos docentes.
14. Os profissionais da



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013

Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14

educação e o trabalho coletivo nas instituições educacionais. 15. Relação entre comunidade escolar e comunidade local. 16. Planejamento educacional. 17. Coordenação e supervisão do trabalho pedagógico. 18. Tecnologias de informação e comunicação nas práticas educativas. 19. Pesquisa e produção de conhecimento em educação. 20. Direito à educação.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

AGUIAR, Maria Aparecida Lapa de. A criança de seis anos e o ensino fundamental. Anais da 35ª Reunião Anual da ANPED, GT 10, 2012. Disponível em: 35ª reunião.anped.org.br Acesso em: 03/09/2013.

ALONSO, Kátia Morosov. Tecnologias da informação e da comunicação e formação de professores: sobre rede e escola. EDUC. SOC., Campinas, v. 29, n. 104 – Especial, p. 747-768, out. 2008. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em agosto de 2013.

ANDRÉ, Marli (org). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas: Papirus, 2001.

AQUINO, Julio Groppa. A indisciplina e a escola atual. Revista da Faculdade de Educação. [online]. São Paulo, vol.24, n.2, p. 181-204, 1998. Disponível em www.scielo.br.

BORTONI-RICARDO, S. M.; MACHADO, V. R.; CATANHEIRA, S. F. Formação do professor como agente letrador. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

BONAMINO, ALICIA ; SOUSA, Sandra Zákia . Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. Educação e Pesquisa (USP. Impresso), v. 38, p.373-388, 2012. Disponível em www.scielo.br

BRASIL. Ministério da Educação. ANAIS DO I SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO – Perspectivas Atuais. Belo Horizonte, novembro de 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16110&Itemid=936 Acesso em: 03/09/2013.

BRASIL. Ministério da Educação. DECRETO n. 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11 Acesso em 03/09/2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Organização: Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensifund9anobasefinal.pdf> Acesso em: 03/09/2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez.1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEBn.7 de abril de 2010. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em <portal.mec.gov.br> Acesso em 03/09/2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEBn.01/2000. Estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12816&Itemid=866>.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CPn.1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Disponível: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf Acesso em 03/09/2013.

BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais para o ensino fundamental. Brasília, 1997.

BRASIL. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Brasília, 1998.

CALAZANS, Julieta.; GARCIA, Walter.; KUENZER, Acácia Z. Planejamento e educação no Brasil. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CRUZ, Shirleide Pereira da Silva; NETO, José Batista. Discutindo os elementos estruturantes da profissionalidade polivalente na docência nos anos iniciais do ensino fundamental. Anais da 35ª Reunião Anual da ANPED, GT 08, 2012. Disponível em: 35ª reunião. Anped.org.br Acesso em: 03.09.2013.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Construindo o Sistema Nacional Articulado: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação. Documento Final. Brasília, 2010. 163p.

DOURADO, Luiz Fernandes Dourado (Org.). Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas. Goiânia: Editora UFG; Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

FANTIN, Monica; RIVOLTELLA, Pier Cesare. Interfaces da docência (des)conectada: usos das mídias e consumos culturais de professores. <http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT16-6512-Int.pdf> Acesso em 03.09.2013.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra,



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013

Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14

1996.

FREIRE, P.; MACEDO, D. Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GALVÃO, Izabel; Henri Wallon: Uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. Petrópolis, 1995. (Educação e Conhecimento).

GERALDI, Corinta Maria Grisolia; FIORENTINI, Dario; PEREIRA, Elisabete Monteiro de A. Cartografias do trabalho docente: professor (a) pesquisador (a). Campinas: Mercado das Letras, 1998.

GIMENO. José Sacristán; GÓMEZ, Pérez. Compreender e transformar o ensino. Porto Alegre: Artmed, 1998.

LUCKESI, Cipriano C. Avaliação da aprendizagem, visão geral. Conferência sobre avaliação da aprendizagem na escola, publicada nos cadernos do Colégio Uirapuru, Sorocaba, SP, 8 de outubro de 2005. Disponível em

http://www.luckesi.com.br/textos/art_avaliacao/art_avaliacao_entrev_paulo_camargo2005.pdf. Acesso em 25 de jan. 2014.

INTER-AÇÃO. Revista da Faculdade de Educação da UFG, Dossiê educação inclusiva. Goiânia: Editora da UFG, v.31, n.2, jul./dez.2006.

INTER-AÇÃO. Revista da Faculdade de Educação da UFG, Dossiê infância. Goiânia: Editora da UFG, v.33, n.2, jul./dez.2008.

KISHIMOTO, Tizuko M. (Org.) Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LIBÂNEO, José C. Organização e gestão da escola - teoria e prática. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

LIBÂNEO, José C. Didática. 2ªed. São Paulo: Cortez, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10ª edição revista e ampliada - São Paulo: Cortez, 2012. (coleção docência em formação: saberes pedagógicos / coordenação Selma Garrido Pimenta).

MACEDO, Nélia Mara Rezende. Crianças e redes sociais: uma proposta de pesquisa online. Anais da 35ª Reunião Anual da ANPED, GT 16, 2012. Disponível em: 35ª reunião. Anped.org.br Acesso em: 03/09/2013.

MACHADO. Maria Margarida. Formação de professores para EJA: uma perspectiva de mudança. Retratos da Escola. Revista Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE. Brasília, n. 2/3, 2010.

MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R.G.; ARANTES, V.A. (Org). Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti, et al. Escola e aprendizagem da docência: processos de Investigação e formação. São Carlos: EdUFSCar, 2002.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa, CANDAU, Vera Maria. Currículo, conhecimento e cultura. In: Indagações sobre Currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

OLIVEIRA, Ana Flávia Teodoro de Mendonça; ARAÚJO, Clarissa Martins de. A formação de professores para a educação inclusiva: um olhar sobre os saberes docentes do professor-formador. Anais da 35ª Reunião Anual da ANPED, GT 08, 2012. Disponível em: 35ª reunião. Anped.org.br Acesso em: 03/09/2013.

PARO, Vitor. H. Por dentro da escola pública. S. Paulo: Xamã, 1996.

PARO, Vitor. H. Gestão democrática da escola pública. S. Paulo: Editora Ática, 1997.

QUILES Cláudia Natália Saes. As salas de tecnologias educacionais: modos de "ensinar" e de "aprender" como traduções de cultura escolar. Disponível em: <http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT16-6469-Int.pdf> Acesso em 03/09/2013.

REGO, Teresa Cristina. Vygotsky: uma perspectiva histórico cultural da educação. Petrópolis: Vozes, 2007.

RIOS, Terezinha Azeredo Rios. Ética e Competência. São Paulo, Cortez, 2005.

SOUSA, Sandra M. Z. L.; OLIVEIRA, Romualdo. P. Sistemas estaduais de avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências. Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas.

Impresso), v. 40, p. 793-822, 2010. Disponível em www.scielo.br

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis: Vozes, 2005.

VASCONCELLOS, Celso da S. Planejamento: plano de ensino e aprendizagem e projeto educativo. S. Paulo: Libertad, 1995.

VEIGA, Ilma. P. A.; RESENDE, Lúcia M. G. (Orgs.) Escola: espaço do projeto político pedagógico. Campinas, Papyrus, 2001.

VEIGA, Ilma P. A. (Org.). Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas, Papyrus, 1996.



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013**

Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE TÉCNICO DE APOIO PEDAGÓGICO – EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

1.Aspectos históricos e culturais na educação a distância. 2. Aspectos pedagógicos e concepções de educação a distância. 3.Legislação e regulamentação da educação a distância no Brasil. 4. Gestão de sistemas de educação a distância. 5.Planejamento pedagógico, tecnológico e de gestão de cursos a distância. 6. Produção de materiais didáticos, propriedade intelectual e direitos autorais em educação a distância. 7. O perfil do professor e do aluno na educação a distância. 8.Processos de aprendizagem a distância. 9.Tutoria e acompanhamento do aluno na educação a distância. 10. Processos de avaliação em educação a distância.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

MATTAR, João. Tutoria e interação em educação a distância. São Paulo: Cengage Learning, (Série Educação e Tecnologia), 2012.

LITTO, Fredric M. Aprendizagem a distância. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos (Orgs.). Educação a distância: o estado da arte. 2. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012. v. 2.

SILVA, Robson Santos. Gestão de EAD: educação a distância na era digital. Novatec: 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Legislação de Educação a Distância. Disponível em: <http://www.educacao.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12778%3Alegislacao-de-educacao-a-distancia&catid=193%3Aseed-educacao-a-distancia&Itemid=865>. Acesso em: 19.01.2014.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE TÉCNICO DE APOIO PEDAGÓGICO – ESCRITOR E LEITOR DE BRAILLE

1.Sistema Braille. 1.1 Histórico da Educação Especial e do Sistema Braille. 1.2. Conceitos e estrutura do sistema Braille. 1.3. A Educação de alunos deficientes visuais. 1.4.O Processo de ensino e de aprendizagem do sistema Braille. 1.5. Aspectos específicos do sistema braille na língua portuguesa. 1.6. Na Matemática, no Inglês, no Espanhol e na informática. 1.7. Alfabeto Braille. 1.8. Letras com diacríticos. 1.9.Vogais Acentuadas. 1.9.1. Acento Agudo. 1.9.2.Acento Grave. 1.9.3. Acento circunflexo. 1.9.4. Til. 1.9.5. Trema. 1.9.6.Sinal de Letra Maiúscula. 1.9.7. Palavras com todas as letras maiúsculas. 1.9.8.Siglas.

2. Pontuação e sinais acessórios. 2.1. Vírgula. 2.2. Ponto e vírgula. 2.3. Dois-pontos. 2.4. Ponto de interrogação. 2.5. Ponto de exclamação. 2.6. Reticências. 2.7. Lacunas. 2.8. Travessão. 2.9. Círculo. 2.9.1. & Comercial. 2.9.2. Barra inclinada e barra vertical. 2.9.3. Seta para a Direita. Seta para a Esquerda. Seta de Duplo Sentido. 2.9.4. Parênteses e Colchetes. 2.9.5. Sinal de Itálico, Negrito e Sublinhado. 2.9.6. As Aspas. 3. Organização do texto em Braille: 3.1. Títulos e subtítulos. 3.2. Iniciados na margem. 3.3. Centralizados. 3.4. Identificação. 3.5. Separação de títulos e capítulos. 3.6. Textos em Versos. 3.7. Questões de provas e itens de exercícios. 4. Descrição de figuras, adaptação de tabelas e gráficos em alto relevo. 5. Palavras estrangeiras. 6. Inglês: 6.1. Barra Oblíqua. 6.2. Travessão e ponto final; Ponto abreviativo. 6.3. Abre Aspas. Fecha Aspas. 6.4. Ponto de interrogação. 6.5. Sinal de letra maiúscula. 6.6. Todas as Letras Maiúsculas. 6.7. Itálico, Sublinhado, Negrito e Impressão em Outros Tipos. 6.8. Sinal de Letra. 7. Espanhol: 7.1. “e” com Acento Agudo. 7.2. “n” com til. 7.3. Traço Curto. 7.4. Traço Longo, Travessão. 8. Outros Símbolos: 8.1. Abertura de Parênteses. 8.2. Fechamento de Parênteses. 8.3. Abertura de Colchetes ou Parênteses Retos. 8.4. Fechamento de Colchetes ou Parênteses Retos. 8.5. Abertura de Interrogação. 8.6. Fechamento de interrogação. 8.7. Abertura de exclamação. 8.8. Fechamento de Exclamação. 8.9. Indicador de Início de Verso em Escrita Contínua. 8.9.1. Indicador de Final de Verso em Escrita Contínua. 8.9.2. Indicador de Final de Poesia em Escrita Contínua. 9. Números e principais símbolos: 9.1. Números Árabicos. 9.2. Números Ordinais. 9.3. Números romanos. 9.4. Articulação de Números com Números ou Números com Letras. 9.5. Números articulados com números. 9.6. Formas de Representação de Datas. 9.7. Números articulados com letras maiúsculas. 9.8. Números articulados com letras minúsculas. 9.9. Frações. 9.9.1. Números Mistos. 9.9.2. Números Decimais. 10.Principais símbolos matemáticos: 10.1. Sinais de operação e de relação. 10.2. Mais, Menos e Multiplicação; Divisão; Mais ou Menos; Diferente; Barra. Maior. Menor. Maior e Igual. Pertence. Não Pertence. Está Contido. Não está contido. Contém. Não contém. União. Intersecção. Tal Que. Parênteses Colchetes. Parênteses Auxiliares. Cifrão. Índice Superior. Índice Inferior. Implica Que. Graus para Temperatura ou Ângulos. Por Cento. Por Mil. Asterisco. Raiz Quadrada. Raiz Cúbica. Unidades de Medida. 11.Conjuntos: 11.1. Conjunto dos Números Naturais. 11.2. Conjunto dos



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013

Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14

Números Racionais. 11.3. Conjunto dos Números Reais. 11.4. Conjunto Vazio. 11.5. Conjunto dos Números Inteiros. 11.6. Reta. 12. Noções de Geometria: 12.1. Triângulo. 12.2. Triângulo Retângulo. 12.3. Quadrado. 12.4. Retângulo. 12.5. Polígono. 12.6. Circunferência. 13. Noções de informática. 13.1. Programas sintetizadores de vozes: Dos Vox, Virtual Vision, Jaws. 14. Programa Braille Fácil. 15. Legislação: 15.1. Síntese da Legislação Federal Referente ou Aplicável ao Portador de Deficiência Visual: Disposições Constitucionais.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

BORGES, J.A, Paixão, B. e Borges, S. - Projeto dedinho - DOSVOX - Uma nova realidade educacional para Deficientes Visuais- Rio de Janeiro – 2002. Disponível em: <http://intervox.nce.ufrj.br/dosvox/textos/artfoz.do>
Acesso em: 30 jan 14..

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Grafia Braille para a Língua Portuguesa / elaboração: Cerqueira, Jonir Bechara... [et al.]. Secretaria de Educação Especial. Brasília: SEESP, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/grafiaport.pdf>. Acesso em: 28 jan 14.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Grafia braille para a informática. Brasília, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/grafiainfo.pdf> Acesso em: 29 jan 14.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Normas técnicas para a produção de textos em Braille/elaboração: Edson Ribeiro Lemos... [et al]. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/textosbraille.pdf>
Acesso em: 29 jan 14.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Código matemático unificado para a língua portuguesa. 1ª edição, v. Único, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/grafiaport.pdf> Acesso em 30 jan 14.

Cartilha Legal. Site: www2.camara.gov.br. 15.2.<http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-as-pessoas-com-deficiencia/>

CAIADO, Kátia R. M. *O aluno com deficiência visual: lembranças e depoimentos*. Campinas: Autores Associados, 1999.

FARIAS, Gerson C. "Igual ou diferente: como tratar o deficiente visual na escola." Enciclopédia Biosfera. V.8, n. 15, 2012, ISSN 1809-0583. Acesso em: www.conhecer.org.br Acesso em 31 jan 14.

LEMOS, E. et al. *Louis Braille sua vida e seu sistema*. 2, ed. São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos, 1999. 54p. Disponível em: www.fundacaodorina.org.br. Acesso em: 31 jan 14.

SILVA, Jandira Azevedo da. *Letramento e alfabetização de alunos deficientes visuais na rede regular de ensino: uma prática envolvendo professores*. Disponível em: http://sinalel_letras.catalao.ufg.br/uploads/520/original_32.pdf

VIRTUAL VISION. Site Oficial: www.virtualvision.com.br Acesso em: 30 jan 14.

JAWS. Site Oficial: www.freedomsscientific.com Programa Braille Fácil. Intervox.nce.ufrj.br/brfacil

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE TÉCNICO DE APOIO PEDAGÓGICO – LIBRAS

1.Histórico da educação de surdos e da Língua de Sinais. 2.Educação de surdos. 3.Cultura e Identidade surda. 4.Aquisição da língua de sinais. 5.Aspectos linguísticos e gramaticais da Língua de Sinais Brasileira (Libras). 6.O ensino da Libras e as concepções de linguagem. 7.O Intérprete / código de ética. 8.Atuação do intérprete no campo educacional. 9.Modelos de interpretação. 10.Publicação do MEC para a educação especial disponível no site do MEC: Atendimento educacional especializado pessoa com Surdez. 11.Declaração universal dos direitos linguísticos. 12. Lei n. 7.853, de 24/10/1989. 13. Lei n. 12.319 de 01/09/2010. 14.Lei n. 10.098 de 19/12/2000 e Decreto de regulamentação n. 5296 de 02/12/2004. 15.Lei n.7853 de 24/10/1989 e Decreto n. 3298 de 20/12/1999. 16.Lei n. 10.436 de 24/04/2002 e Decreto n. 5626 de 22/12/2005.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ALBRES, N. A.; NEVES, S. L. G. *De sinal em sinal: comunicação em Libras para aperfeiçoamento do ensino dos componentes curriculares*. São Paulo: Feneis, 2008.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. (Orgs). *Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira*. São Paulo: USP, 2001. v.1 e 2.

Código de Ética. Disponível em: www.apilbsp.org/etica.asp

Decreto n. 5626 de 22/12/2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013

Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14

Diretrizes Nacionais da Educação Especial – MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>
EDUSF: Autores Associados, 1999. Declaração Universal dos Direitos Linguísticos. Disponível em: www.unesco.pt
FELIPE, T. A.; MONTEIRO, M. S. Libras em Contexto: Curso Básico: Livro do professor. Rio de Janeiro: Editora
GESSER, A. LIBRAS? Que língua é essa? crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
GESSER, A. O ouvinte e a surdez – Sobre ensinar e aprender a Libras. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
GOLDFELD, M. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. 2 ed. São Paulo: Plexus Editora, 2002.
HONORA, M. Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais; desenvolvendo a comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: 2009.
KARNOPP, L. B. Aquisição do parâmetro configuração de mão na Língua Brasileira dos Sinais (LIBRAS): estudo sobre quatro crianças surdas, filhas de pais surdos. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.
Lei n. 10.098 de 19/12/2000 e Decreto de Regulamentação n. 5296 de 02/12/2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>
Lei n. 10.436 de 24/04/2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>
Lei n. 12.319 de 01/09/2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>
Lei n. 7.853, de 24/10/1989. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>
Lei n. 7853 de 24/10/1989 e Decreto n. 3298 de 20/12/1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>
MACHADO, P. C. A política de educacional de integração/inclusão – Um olhar do egresso surdo. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.
PIZZIO, A. L.; QUADROS, R. M. Aquisição da Língua de Sinais. Texto elaborado para disciplina Aquisição de linguagem da Universidade Federal de Santa Catarina, 2011. Disponível em: http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecific/aquisicaoDeLinguadeSinais/assets/748/Texto_Base_Aquisi_o_de_Lnguas_de_sinais_.pdf
QUADROS, R. M. de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. 1 ed. Porto Alegre: Ed. Artmed, 1997.
QUADROS, R. M.; CRUZ, C.R. Língua de Sinais Instrumentos de avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2011.
QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. Língua de sinais brasileira. Estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed; 2004.
QUADROS, R. M. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Brasília: MEC; SEESP, 2004.
SACKS, O. Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. Trad. de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras; 1998.
STROBEL, K. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: UFSC, 2008.
SALLES H. et al. Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica. Brasília: MEC/SEE-SP. 2004. v. 1.
SALLES H. et al. Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica. Brasília: MEC/SEESP, vol. 2007.v.2.
WallPrint, 2008.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE ARQUIVOLOGISTA

1. Fundamentos Arquivísticos: 1.1. Arquivo: história, função e princípios. 1.2. Terminologia arquivística. 1.3. Ciclo vital dos documentos. 1.4. Arquivologia e Ciência da Informação. 1.5. Diplomática. 2. Gestão de documentos: 2.1. Elaboração e gestão de projetos. 2.2. Diagnóstico arquivístico. 2.3. Gestão de Processos: definição, conceitos básicos e mapeamento de processos. 2.4. Serviço de protocolo: procedimentos e normas vigentes. 2.5. Produção documental: racionalização e controle. 2.6. Classificação de documentos: definição, conceitos, metodologias e normas vigentes. 2.7. Avaliação de documentos: definição, conceitos, metodologias e normas vigentes. 2.8. Organização de massas documentais. 3. Tecnologia da Informação aplicada a arquivos: 3.1. Reprografia de documentos: digitalização e microfilmagem. 3.2. Armazenamento de documentos em mídias eletrônicas. 3.3. Gerenciamento arquivístico de documentos em sistemas informatizados. 3.4. Certificação digital de documentos eletrônicos. 4. Tratamento e acesso: 4.1. Descrição de documentos: definição, conceitos, metodologias e normas vigentes. 4.2. Identificação de tipologias documentais. 4.3. Instrumentos de pesquisa. 4.4. Tratamento de arquivos fotográficos. 4.4. Segurança,



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013

Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14

preservação e conservação de acervos. 4.5. Memória e patrimônio cultural: ações culturais e educativas. 4.6. Direito a informação: transparência pública e acesso à informação. 5. Legislação arquivística.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

- BRASIL. *Arquivo Nacional. Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- BRASIL. *Arquivo Nacional*. Ministério da Justiça. *Legislação Arquivística*. Disponível em: <www.arquivonacional.gov.br>. Acesso em: 30 jan. 2014.
- BRASIL. Arquivo Nacional. Ministério da Justiça. *Projeto conservação preventiva em bibliotecas e arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.
- BRASIL. Fundação Nacional de Arte. Ministério da Cultura. *Cadernos Técnicos*. Rio de Janeiro: Centro de Conservação e Preservação Fotográfica da Funarte, 2004. Disponível em: <<http://www.funarte.gov.br/preservacaofotografica/cadernos-tecnicos>>. Acesso em: 30 jan. 2014.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Portaria Normativa n. 5, de 19 de dezembro de 2002.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- _____. Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.
- BERNARDES, Ieda Pimenta. Como avaliar documentos de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 1998.
- CANELA, Guilherme; NASCIMENTO, Solano (Org.). Acesso à informação e controle social das políticas públicas. Brasília, Df: Andi ; Artigo 19, 2009.
- COUTURE, C., ROUSSEAU, G.Y. *Fundamentos da disciplina Arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.
- FILIPPI, Patrícia de, LIMA, Solange Ferraz de, CARVALHO, Vânia Carneiro de. Como tratar coleções de fotografias. 2 ed. São Paulo: Arquivo do Estado / Imprensa Oficial do Estado, 2002. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/saesptexto_pdf_13_Como%20tratar%20colecoes%20de%20fotografias.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2014.
- FONSECA, Maria Odila. *Arquivologia e ciência da informação*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- GONÇALVES, Janice. *Como classificar e ordenar documentos de arquivo*. São Paulo: ARQ-SP, 1998.
- JARDIM, José Maria. *Arquivos, transparência do estado e capacidade governativa na sociedade da informação*. [S.l.]: Oficina de Assuntos Culturais da Organização dos Estados Americanos, 2001.
- LOPES, Luís Carlos. *A gestão da informação: as organizações, os arquivos e a informática aplicada*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1997.
- _____. *A informação e os arquivos*. Niterói: EDUFF; São Carlos: EDUFSCar, 1996.
- LOPEZ, André Porto Ancona. *Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa*. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- _____. *Tipologia documental de partidos e associações políticas brasileiras*. São Paulo: Programa de Pós-graduação em História Social/Loyola, 1999.
- PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. 3. ed. Revista e atualizada. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- MATTAR, Eliana (Org.). Acesso à informação e política de arquivos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- RONDINELLI, Rosely Curi. *Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea*. Rio de Janeiro. FGV, 2002.
- SANTOS, Vanderlei Batista dos. *Gestão de documentos eletrônicos: uma visão arquivística*. 2. ed. Revista e ampliada. Brasília: ABARQ, 2005.
- SHELLENBERG, T.R. *Arquivos modernos*. Rio de Janeiro: FGV, 1974.
- SILVA, A. M. et al. *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Apontamento, 1999.
- SILVA, Zélia Lopes. *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1999.
- SILVA, Sérgio Conde de Albite. *A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros / FAPERJ, 2008.
- SORDI, J. O. *Gestão por processos: uma abordagem da moderna administração*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- XAVIER, C. M. S. Gerenciamento de projetos: como definir e controlar o escopo do projeto. São Paulo: Saraiva, 2005.



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013**

Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE PSICÓLOGO - PSICOLOGIA

1. Teorias do desenvolvimento humano. 2. Teorias da personalidade. 3. Psicologia da saúde. 4. Psicopatologia. 5. Quadros psicossomáticos. 6. Saúde do trabalhador. 7. Psicologia social, de grupos e estresse. 8. Psicologia positiva. 9. Resiliência. 10. Educação ambiental. 11. Avaliação psicológica. 12. Tomada de decisão. 13. Mediação de conflitos. 14. Psicoterapia breve e focal. 18. Adolescência e juventude. 19. Trabalho em equipe: multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. 20. Organização e gestão da escola. 21. Cultura organizacional. 22. Pesquisa em psicologia. 23. Legislação da profissão do psicólogo.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

Breakwell, G. M. et al. Métodos de pesquisa em psicologia. Porto Alegre: Artmed. 2010.

Caballo, V. E. & Simon, M. A. Manual de Psicologia Clínica Infantil e do Adolescente - Transtornos Gerais. São Paulo: Editora Santos. 2005.

Caldana, R. Interdisciplinaridade e a orientação do educador. Paidéia (Ribeirão Preto) [online]. 1994, n.7, pp. 11-18. ISSN 0103-863X. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X1994000200002>.

Clarkin, J. F. & Fonagy, P. Psicoterapia Psicodinâmica para Transtornos da Personalidade - Um Manual Clínico. Porto Alegre: ARTMED.2013.

Conselho Federal de Psicologia. Profissão Psicólogo: legislação e resoluções para a prática profissional, 02. Brasília. 2007.

Dalgalarrodo, P. Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais. Porto Alegre: Artmed.2008.

Dalgalarrodo, P. Evolução do Cérebro - Sistema Nervoso, Psicologia e Psicopatologia Sob a Perspectiva Evolucionista. Porto Alegre: Artmed.2011.

Dell'Aglio, D. D.; Koller, S. H. & Yunes, M. A. M. – orgs. Resiliência e Psicologia Positiva: interfaces do risco à proteção. São Paulo: Casa do Psicólogo.2006.

Gillieron, E. As psicoterapias breves. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1986.

Libâneo, J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: Editora Alternativa. 2004.

Lindzey, G. & Hall, C. S. Teorias da Personalidade. Porto Alegre: Artmed.2005.

Libório, R. M. C. & Koller, S. H. – orgs. Adolescência e juventude: risco e proteção na realidade brasileira. São Paulo: Casa do Psicólogo.2009.

Lemgruber, V. Psicoterapia Breve Integrada. Porto Alegre: Artes Médicas. 1997.

Minayo, Maria Cecília de Souza. (1994). Interdisciplinaridade: funcionalidade ou utopia?. Saúde e Sociedade, 3(2), 42-63. Recuperado em 15 de janeiro de 2014, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12901994000200004&lng=pt&tlng=pt. 10.1590/S0104-12901994000200004

Oliveira, M. V. & Corrêa, L. B. Tecendo a educação ambiental a partir de olhares coletivos. Porto Alegre: Evangraf.2009.

Tamayo, A. – org. Estresse e cultura organizacional. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2008.

Silva, R. C. da . Metodologias participativas para trabalhos de promoção de saúde e cidadania. São Paulo: Vetor.2002.

Simon, M. A. & Caballo, V. E. Manual de Psicologia Clínica Infantil e do Adolescente - Transtornos Específicos. São Paulo: Editora Santos. 2005.

Straub, R. . Psicologia da Saúde. Porto Alegre: Artmed. 2005.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE ASSISTENTE SOCIAL – SERVIÇO SOCIAL

1. Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social. 2. O Projeto Ético Político do Serviço Social. 3. A Seguridade Social brasileira: bases conceituais e legais, princípios e diretrizes, natureza e alcance dos direitos. 4. Formação profissional e desafios contemporâneos da atuação. 5. A mundialização do capital, o mundo do trabalho e Serviço Social. 6. O ensino, a pesquisa e a extensão no ensino superior brasileiro.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ANTUNES, Ricardo. A crise contemporânea e as metamorfoses do mundo do trabalho (Apêndice). In: ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2000.



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013**

Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14

- BARROCO, Maria Lúcia. Ética e Serviço Social. 5ªed. São Paulo: Cortez, 2007.
- BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete S. Política social: fundamentos e história/. 4ªed. São Paulo: Cortez, 2008.
- CFESS. Parâmetros para atuação de assistentes sociais na Política de Assistência Social. Conselho Federal de Serviço Social. Série: Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais, 1. Brasília/DF: 2011. Disponível em:http://www.cfess.org.br/arquivos/Carilha_CFESS_Final_Grafica.pdf
- _____. Código de Ética Profissional do Assistente Social. Aprovado em 15 de março de 1993.
- _____. Direitos Sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Manaus, 2012. Disponível em:
<http://www.proec.ufpr.br/downloads/extensao/2012/legislacao/Politica%20Nacional%20de%20Extensao%20Universitaria%20maio2012.pdf>
- IAMAMOTO, Marilda Vilela e CARVALHO, Raul. Relações Sociais e serviço social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo/SP: Cortez, 2005.
- NETTO, José Paulo. Ditadura e Serviço Social – Uma análise do serviço Social no Brasil pós-64. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

CARGO DE TÉCNICO EM LABORATÓRIO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO TÉCNICO DE LABORATÓRIO – FÍSICA

1. Cinemática. 2. Dinâmica das partículas. 3. Conservação da quantidade de movimento. 4. Conservação da energia mecânica. 5. Gravitação. 6. Hidrostática e hidrodinâmica. 7. Fenômenos ondulatórios. 8. Termologia, calorimetria e termodinâmica. 9. Óptica física e geométrica. 10. Eletricidade e magnetismo. 11. Fótons, elétrons e átomos. 12. Fundamentos da teoria de erros. 13. Instrumentos de medidas físicas.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

- HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; WALKER, J. Fundamentos de Física: Mecânica, v. 1. Rio de Janeiro: LTC.
- YOUNG, H. D.; FREEDMAN, R. A. Física I: Mecânica, v. 1. São Paulo: Addison Wesley
- HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; WALKER, J. Fundamentos de Física: Gravitação, Ondas e Termodinâmica, v. 2. Rio de Janeiro: LTC.
- YOUNG, H. D.; FREEDMAN, R. A. Física II: Termodinâmica e Ondas, v. 2. São Paulo: Addison Wesley.
- HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; WALKER, J. Fundamentos de Física: Eletromagnetismo, v. 3. Rio de Janeiro: LTC.
- YOUNG, H. D.; FREEDMAN, R. A.; Física III: eletromagnetismo, v. 3. São Paulo: Addison Wesley.
- HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; WALKER, J. Fundamentos de Física: Óptica e Física Moderna, v. Rio de Janeiro: LTC.
- YOUNG, H. D.; FREEDMAN, R. A.; Física IV: Óptica e Física Moderna, v. 4. São Paulo: Addison Wesley.
- VUOLO, J. H. Fundamentos da teoria de erros. São Paulo: Edgard Blücher.
- DOMICIANO, J. B.; JURAITIS, K. R. Introdução ao laboratório de Física Experimental: métodos de obtenção, registro e análise de dados experimentais. Londrina: Eduel.
- PIACENTINI, J. J.; GRANDI, B. C. S.; HOFMANN, M. P.; LIMA, F. R. R.; ZIMMERMANN, E. Introdução ao Laboratório de Física: Série Didática. Florianópolis: Editora UFSC.
- TIMONER, A.; MAJORANA, F. S.; HAZOFF, W. Manual de laboratorio de física: mecânica, calor, acústica. São Paulo: E. Blucher.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE TÉCNICO DE LABORATÓRIO – ENGENHARIA DE ALIMENTOS

1. Normas de segurança e boas práticas de laboratórios; organização; limpeza e manutenção de materiais, vidrarias e equipamentos; calibragem de equipamentos; procedimentos para descarte de resíduos laboratoriais. 2. Amostragem; coleta, transporte e estocagem de amostras; preparo de soluções, reagentes, meios de cultura e amostras de alimentos e bebidas para análises; sistema internacional de unidades e conversão de medidas. 3. Técnicas e procedimentos para análise de controle de qualidade de alimentos e



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013

Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14

bebidas; interpretação de resultados, conforme normas oficiais. 4. Morfologia, isolamento e identificação de micro-organismos alteradores e patogênicos. 5. Tecnologia do processamento de alimentos; impactos ambientais. 6. Higiene industrial; legislação de alimentos; segurança alimentar. 7. Ética, manutenção, manipulação e procedimentos para pesquisas com animais de laboratório. 8. Uso da informática nos procedimentos laboratoriais.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRADE, N. J.; MACÊDO, J. A. B. Higienização na indústria de alimentos. São Paulo: Varela, 1996.
ARAÚJO, J.M.A. Química de Alimentos - teoria e prática. Viçosa: UFV, 1999.
BARUFFALDI, R.; OLIVEIRA, M. N. Fundamentos de tecnologia de alimentos. São Paulo: Atheneu, 1998.
BOBBIO, P.A.; BOBBIO, F.O. Química do processamento de alimentos. São Paulo: Varela, 1992.
CECCCHI, H.M. Fundamentos teóricos e práticos em análise de alimentos. Campinas: UNICAMP, 2003.
FELLOWS, P. J. Tecnologia do processamento de alimentos: princípios e práticas. Porto Alegre: Artmed, 2006.
FERREIRA, J. R. e GOMES, J. C. Gerenciamento de laboratório de análises químicas. Viçosa: UFV, 1995.
GAVA, A. J. Princípios de tecnologia de alimentos. São Paulo: Nobel, 1984.
GERMANO, P. M. L.; GERMANO, M. I. S. Higiene e vigilância sanitária de alimentos. São Paulo: Manole, 2008.
GOMBOSSY, B. D. ; LANDGRAF, M. Microbiologia dos Alimentos. São Paulo: Atheneu, 2003.
INSTITUTO ADOLFO LUTZ. Normas analíticas do Instituto Adolfo Lutz. vol.1. São Paulo, 2005.
JAY, J. M. Microbiologia de alimentos. Porto Alegre: Artmed, 2008.
MORITA, T; ASSUNPÇÃO, R. M. V. Manual de soluções, reagentes e solventes: padronização – preparação – purificação. São Paulo: Edgard Blücher Ltda, 1990.
ORDÓÑEZ, J. A. Tecnologia de alimentos. Vol. 1 e 2. Porto Alegre: Artmed. 2005.
SILVA, N.; JUNQUEIRA, V.C.A.; SILVEIRA, N. P. A. Manual de métodos de análises microbiológicas de alimentos. São Paulo: Varela., 1997.
Legislação para alimentos e bebidas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE TÉCNICO DE LABORATÓRIO – QUÍMICA, QUÍMICA INDUSTRIAL OU ENGENHARIA QUÍMICA

1. Química geral, inorgânica e físico-química. 1.1. Estados físicos da matéria; substâncias e misturas; processos de separação de misturas. 1.2. Modelos atômicos. 1.3. Classificação periódica dos elementos e propriedades periódicas. 1.4. Ligações químicas e forças intermoleculares. 1.5. Funções Químicas (Ácido, base, sais e óxidos; teoria ácido-base de Arrhenius). 1.6. Reações Químicas. 1.7. Estudo dos gases. 1.8. Quantidade de matéria (mol), massa molar, CNTP e volume molar. 1.9. Cálculos Estequiométricos e conceito de Solução. 1.10. Equilíbrio químico (equilíbrios químicos e processos reversíveis; constante de equilíbrio em função das concentrações; deslocamento do equilíbrio; cálculos de pH e pOH; equilíbrio ácido-base solução tampão; fatores que alteram a solubilidade. 1.11. Termoquímica (reações exotérmicas e endotérmicas; equação termoquímica; entalpia e calores de reações); energia de ligação, lei de Hess (entropia, energia livre e espontaneidade das reações). 1.12. Eletroquímica. 2. Química analítica. 2.1. Análise química qualitativa. 2.2. Análise volumétrica. 2.3. Análise gravimétrica. 2.4. Colorimetria e espectrofotometria de absorção molecular (fundamentos dos métodos). 3. Engenharia química. 3.1. Elementos de um processo, representação em fluxograma. 3.2. Variáveis de processo e sua medição. 3.3. Sistema de unidades. 3.4. Sistemas, fronteira e volume de controle. 4. Técnicas de laboratório químico. 3.1. Noções básicas de higiene e segurança em laboratório. 3.2. Identificação e aplicação de vidraria e equipamentos de laboratório. 3.3. Normas de segurança, procedimentos de primeiros socorros em caso de acidentes, uso correto de EPIs e EPCs; 3.4. Riscos químicos. 4. Procedimentos básicos operacionais em um laboratório químico. 4.1. Técnicas de pesagem; 4.2. Transferência e medição de volumes de líquidos. 4.3. Titulação. 4.4. Cálculos envolvendo concentração de soluções. 4.5. Preparação e uso dos principais indicadores ácido-base. 4.6. Preparo e padronização de soluções, padrões primários e secundários. 4.7. Noções básicas de calibração de instrumentos. 4.8. Procedimentos e técnicas para limpeza de vidrarias. 4.9. Operação de equipamentos mais comuns em laboratórios de Química, tais como: potenciômetros, colorímetros, balanças analíticas, centrífugas, destiladores, dentre outros. 4.10. Noções básicas de funcionamento dos sistemas de extração líquido-líquido, destilação simples e fracionada, recristalização, evaporação e filtração.



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013**

Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

Atkins, P, Princípios de Química – questionando a vida e o meio ambiente, Ed. Bookman, 2001.
Baccan, Andrade ET AL.; Química Analítica Quantitativa Elementar – 3º Edição – São Paulo: Editora Blucher, 2001.
Brady, J E. Russell, J. W. e Holum, J. R. química: A matéria e sua transformações. V. 1. 3ª Ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2002.
Chripino, A.; Manual de Química Experimental. São Paulo; Editora Ática, 1991.
Guia para laboratórios químicos: um auxílio à organização e ao credenciamento / INMETRO. Rio de Janeiro. Interciência, 2000.
Leite F. Amostragem dentro e fora do laboratório. Campinas, Editora Átomo, 2005.
Kotz, J. C e Treichel, Jr p., Química e reações Químicas, 6ª Ed, Pioneiro Thomson Learnin, Vol. 1 e 2, 2005.
Mahan, B. H. E Myers, R. J. Química – um Curso universitário, São Paulo: Ed. Edgard Blucher Ltda, 1995.
Masterton, W. L.; Hurley, C.N. Princípios de Química. Rio de Janeiro: LTC Editira, 1999.
Russel, J. B. Química Geral, Vol. 1. 2ª edição, São Paulo; Makron Books, 1994.
Slabaugh, wendell, Wendell H. e Parsons, Therand. Química Geral. 2ª Ed., Livros Técnicos e Científicos S. A: São Paulo, 1982.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE TÉCNICO DE LABORATÓRIO – ENGENHARIA DE PESCA

1. Produção nacional e regional da pesca e aquicultura. 2. Morfologia, bioquímica e fisiologia dos pescados. 3. Classificação taxonômica. 4. Aspectos sensoriais dos pescados (sabor, odor, cor e textura). 5. Sistemas de produção de organismos aquáticos. 5.1. Espécies de peixes nativas e exóticas cultivadas comercialmente. 5.2. Manejo e tecnologias de cultivo de viveiros em aquicultura. 5.3. Alimentação e nutrição de pescados. 5.4. Reprodução e larvicultura. 6. Principais doenças e parasitoses em aquicultura. 6. Infecções e intoxicações transmitidas pelos pescados. 7. Propriedades físico-químicas e biológicas da água. 8. Métodos de avaliação da qualidade do pescado. 9. Limnologia. 9.1. Fatores bióticos e abióticos em sistemas aquáticos. 9.2. Comunidades e ambientes aquáticos. 10. Legislação. 10.1. Legislação geral da pesca e aquicultura. 10.2. Legislação de defesa e sanidade de produtos pesqueiros. 11. Tecnologia do Pescado. 11.1. Técnicas de conservação. 11.2. Processamento, armazenamento e transporte de pescado; 11.3. Higiene e sanitização na produção aquícola. 11.4 Alterações dos pescados por processamento e estocagem. 12. Preparo e correção de solos para aquicultura. 13. Conhecimento de características operacionais de embarcações de pesquisa e pesca.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

Baldisserotto, B. & Gomes, L. C. (2010) Espécies nativas para a piscicultura no Brasil. 2ª ed. Santa Maria: Ed. UFSM. 606p.
BRASIL. Ministério da Agricultura. Regulamento da inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal. Brasília: MAPA, 2007.
Castagnolli, N. (1992) Criação de peixes de água doce. Jaboticabal: FUNEP. 189p.
Huet, M. (1983) Tratado de piscicultura. 3ª ed. Palermo: Artes Gráficas. 753p.
Moreira, H. L. M. et al. (2001) Fundamentos da moderna aquíicultura. Canoas: Ed. Ulbra. 200p.
Ogawa, M. & Maia, E. L. (1999) Manual de pesca: Ciência e tecnologia do pescado. Volume 1. São Paulo: Livraria Varela. 430p.
Ono, E. A. & Kubitza, F. (2003) Cultivo de peixes em tanques-rede. 3ª ed. Jundiá: E. A. Ono. 127p.
Ostrensky, A. & Boeger, W., 1998. Piscicultura – Fundamentos e técnicas de manejo. Livraria e Editora Agropecuária Ltda. Guaíba-RS. 211p.
Vieira, R. H. S. F. (2004) Microbiologia, higiene e qualidade do pescado: Teoria e prática. São Paulo: Livraria Varela. 320p.
Vinatea Arana, L., 2004. Princípios químicos de qualidade da água em aquíicultura. Editora da UFSC. Florianópolis-SC, 231p;
Woynarovich, E. (1985) Manual de piscicultura. Brasília: CODEVASF/MINTER. 71p.
www.igp.pt Artes de Pesca e Navios de Pesca http://www.hidroacustica.furg.br/apostilas_tecnico_pesca/
Baungarten, M.G, Rocha, J., Niechenski, L.F (1996). Manual de análise em oceanografia química. Ed.da FURG.



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013**

Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14

<http://www.mpa.gov.br/index.php/legislacaompa>

<http://www.sebrae.com.br/setor/aquicultura-e-pesca/o-setor/legislacao>

<http://www.agricultura.gov.br/legislacao/sislegis>

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE TÉCNICO DE LABORATÓRIO – CIÊNCIAS NATURAIS

1. Recursos naturais renováveis e não renováveis. Interação entre o homem e seu ambiente. Ambientes brasileiros terrestres e aquáticos. O homem como ameaça ao ambiente: população, energia, clima. 2. Estudo da fauna e flora: suas funções, interações ecológicas e aspectos abióticos. Biomas e ecossistemas brasileiros. Biosfera e ciclos biogeoquímicos. 3. Estudo dos seres vivos animais e vegetais: citologia, histologia e sistemas. Morfologia e fisiologia geral dos diversos filos. Funções metabólicas. Genética e evolução. 4. Estudo do ser humano: anatomia, fisiologia e comportamentos. Nutrição: composição dos alimentos, energia e alimentação saudável. Desenvolvimento e puberdade. Maturidade e reprodução. 5. Estrutura atômica. Tabela periódica. Ligações químicas. Estados da matéria. Funções químicas. Introdução às reações químicas. Estudo dos aspectos químicos naturais e dos aspectos químicos resultantes da ação antrópica na hidrosfera e na geosfera (litosfera - crosta terrestre e solo). 6. Revisão Histórica da Educação Ambiental e a Evolução das Ciências. Conceituação e Percepções em Educação Ambiental. Princípios básicos da Educação Ambiental. Política Nacional de Educação Ambiental. Ações Antrópicas no Meio Ambiente Amazônico e a Importância da educação Ambiental na Escola. 7. Linguagem matemática da Física. Sistema de Unidade Internacional. 8. A Física de Galileu: referenciais. Fundamentos da mecânica newtoniana. História da eletricidade. 9. Tensão elétrica: a geração de energia e sua transmissão, hidroelétricas, energia fotovoltaica, energia eólica; energia nuclear.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRADE, L.; SOARES, G.; PINTO, V. Oficinas ecológicas: uma proposta de mudanças. Petrópolis: Vozes, 1995.

ATKINS P. & JONES L. Princípios de Química. São Paulo: Bookman, 2006.

BRADY, J.E.; RUSSEL, J.W.; HOLUM, J.R. Química: A matéria e suas transformações, vol. 1, 3 ed., Rio de Janeiro: LTC, 2000.

DIAS, G.F. Educação ambiental: princípios e práticas. 8 ed. São Paulo: Gaia, 2003.

GUTIÉRREZ, F. & PRADO, C. Ecopedagogia e cidadania planetária. São Paulo: Cortez, 2000.

HEWITT, P. G. Fundamentos da Física Conceitual. São Paulo: Bookman, 2008.

MEDINA, N.M. Textos sobre capacitação de professores em educação ambiental. In: BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Política da Educação Fundamental, 2000.

ODUM, E.P. & BARRETT, G.W. Fundamentos de ecologia. São Paulo: Cengage Learning, 2008

PIRES, A. S. T. Evolução das Idéias da Física. Rio de Janeiro: Livraria da Física, 2008.

RAVEN, P.H.; EVERT, R.F. e EICHHORN, S. E. Biologia vegetal. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

REIGOTA, M.; POSSAS, R.; RIBEIRO, A. (orgs.). Trajetórias e narrativas através da educação ambiental. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

RICKLEFS, R.E. A Economia da natureza. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 1996.

RUPPERT, E. E. & BARNES, D. R. Zoologia dos invertebrados. São Paulo: Roca, 1996.

SILVA, M.R.F. Ciência, natureza e sociedade – Diálogo entre Saberes. Rio de Janeiro: Livraria da Física, 2010.

TIRAPEGUI, J. Nutrição: fundamentos e aspectos atuais. São Paulo: Atheneu, 2000.

TORTORA, G. J. Corpo humano: fundamentos de anatomia e fisiologia. Porto Alegre: Artmed, 2000.

TOWNSEND, C. R.; BEGON, M. & HARPER, J. L. Fundamentos em ecologia. Porto Alegre: Artmed, 2006.

TREICHEL JR., P. M., KOTZ, J. C. Química Geral. São Paulo: Thomson Pioneira, 2005.

WILSON, E. O. (org.). Biodiversidade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE TÉCNICO DE LABORATÓRIO – BIOLOGIA

1. Recursos naturais renováveis e não renováveis. Interação entre o homem e seu ambiente. Ambientes brasileiros terrestres e aquáticos. 1.1. Análise de ambientes: diagramas energéticos e modelos. 1.2. O



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013**

Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14

homem como ameaça ao ambiente: população, energia, clima, ecotoxicologia, extinção. Políticas e Legislação ambiental. Educação Ambiental. 2. Estudo da fauna e flora: suas funções, interações ecológicas e aspectos abióticos. Biomas e ecossistemas brasileiros. Evolução: Teorias Evolucionistas e Especiação. 3. Estudo dos seres vivos. Biologia celular e molecular. Embriologia comparada. Morfologia e fisiologia geral dos diversos filos. Funções metabólicas. Genética e evolução. Fisiologia dos movimentos e do desenvolvimento. 4. Estudo do ser humano: anatomia, fisiologia e comportamentos; Nutrição: composição dos alimentos, energia e alimentação saudável; Desenvolvimento e puberdade; Maturidade e reprodução. 5. Noções de Biossegurança e utilização de equipamento em laboratório. Materiais de laboratório: identificação de vidraria e demais utensílios. Equipamento de proteção: Equipamento Individual (EPI) e Coletiva (EPC). Noções e utilização de microscópio. Limpeza e conservação. 6. Utilização de lâminas em microscopia: esfregaço de material biológico, armazenagem e descarte. Coleta e manutenção de materiais biológicos. Procedimentos de descartes de rejeitos laboratoriais. 7. Ensaio laboratoriais de material biológico. Relatórios de ensaio: registros técnicos e laudos de análise.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ALBERTS, B.; BRAY D.; JOHNSON, A.; LEWIS, J.; RAFF, M.; ROBERTS, K.
WALTER, P. Fundamentos da Biologia Celular. Uma introdução à biologia molecular da célula. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
DE ROBERTIS, E.M.F. & HIB, J.P. Bases da Biologia Celular e Molecular. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
DIAS, G.F. Educação ambiental: princípios e práticas. 8 ed. São Paulo: Gaia, 2003.
GUTIÉRREZ, F. & PRADO, C. Ecopedagogia e cidadania planetária. São Paulo: Cortez, 2000.
KAWAMOTO, E. E. Anatomia e fisiologia humana. São Paulo: EPU, 2003.
ODUM, E.P. & BARRETT, G.W. Fundamentos de ecologia. São Paulo: Cengage Learning, 2008
Organização mundial da saúde – OMS. Manual de Segurança Biológica em Laboratório. 3.ed. Genebra, 2004.
POUCH, F. H. et al. A Vida dos vertebrados. São Paulo: Atheneu, 2003.
PRIMACK, R. B. & RODRIGUES, E. Biologia da conservação. Londrina: Midiograf. 2001.
RAVEN, P.H.; EVERT, R.F. e EICHHORN, S. E. Biologia vegetal. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.
RICKLEFS, R.E. A Economia da natureza. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 1996.
RUPPERT, E. E. & BARNES, D. R. Zoologia dos invertebrados. São Paulo: Roca, 1996.
SILVA, M.R.F. Ciência, natureza e sociedade – Diálogo entre Saberes. Rio de Janeiro: Livraria da Física, 2010.
TIRAPÉGUI, J. Nutrição: fundamentos e aspectos atuais. São Paulo: Atheneu, 2000.
TORTORA, G. J. Corpo humano: fundamentos de anatomia e fisiologia. Porto Alegre: Artmed, 2000.
TOWNSEND, C. R.; BEGON, M. & HARPER, J. L. Fundamentos em ecologia. Porto Alegre: Artmed, 2006.
WILSON, E. O. (org.). Biodiversidade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE TÉCNICO DE LABORATÓRIO – ENGENHARIA FLORESTAL

1. Dendrometria. 2. Ecologia Florestal. 3. Estruturas e Construções em Madeira. 4. Projetos Hidráulicos e de Irrigação. 5. Hidrologia e Manejo de Bacias Hidrográficas. 6. Inventário Florestal. 7. Legislação Ambiental e florestal. 8. Meteorologia e Climatologia. 9. Metodologia de Pesquisa. 10. Princípios e Métodos Silviculturais. 11. Princípios de Entomologia. 12. Propriedades Físicas e Mecânicas da Madeira. 13. Sensoriamento Remoto. 14. Recuperação de áreas degradadas. 15. Manejo florestal.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ARAÚJO, G.H. DE S., ALMEIDA, J.R. DE, GUERRA, A.J. T. Gestão ambiental de áreas degradadas. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil. 2ª ed. 2007
AZEVEDO NETTO, J. M., ALVAREZ, G.A. Manual de hidráulica. São Paulo: Edgard Blucher, 1998. 670p.
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Norma NBR-7190/82, NB-11: Cálculo de Execução de estrutura de madeira.
BEER, F. P.; Johnston, E. R. Jr. Mecânica Vetorial para Engenheiros – Estática, 5ª ed., São Paulo: Makron, MacGraw Hill, 1991.



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013**

Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14

- BERTI FILHO, E. (coord.) Manual de Pragas em Florestas – Cupins ou térmitas. v. 3, Viçosa: IPEF/SIF. 1993. 82 p.
- CARVALHO, C. G. Legislação ambiental brasileira: contribuição para um código ambiental (2 ed.). Campinas: Millennium, 2002.
- FITZ, Paulo Roberto. Cartografia Básica. São Paulo: Oficina de Contextos, 2008. 143p.
- FLORENZANO, T. G. Iniciação em Sensoriamento Remoto. São Paulo: Oficina de textos. 3 ed. 2011. 128p
- LIMA, W. P. Princípios de Hidrologia Florestal para o Manejo de Bacias Hidrográficas. ESALQ-USP, Depto. Ciências Florestais. 242 p. 1990.
- MOREIRA, Maurício Alves. Fundamentos de Sensoriamento Remoto e Metodologias de Aplicação. Viçosa: Ed. UFV, 2005. 320p.
- SOARES, C. P. B.; PAULA NETO, F. de; SOUZA, A. L. de. Dendrometria e inventário florestal. Viçosa: Ed. da UFV, 2006. 276 p., il. Inclui bibliografia. ISBN 8572692304 (broch.).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE TÉCNICO DE LABORATÓRIO – AGRONOMIA

1. Principais culturas exploradas no Brasil: técnicas de cultivo, colheita, beneficiamento e armazenamento.
2. Criação animal de grande porte: bovinocultura de corte e de leite; Criação animal de pequeno porte: avicultura, suinocultura.
3. Métodos de Propagação de Plantas.
4. Manejo e conservação do solo e água: práticas conservacionistas; sistemas de plantio.
5. Fertilidade dos solos do cerrado e nutrição mineral das principais culturas.
6. Hidráulica aplicada, irrigação e drenagem.
7. Mecânica e mecanização agrícola.
8. Recursos genéticos vegetais; métodos de melhoramento de plantas; avaliação e recomendação de cultivares.
9. Experimentação agrícola; princípios experimentais básicos; delineamentos experimentais; análise de variância; testes de comparações múltiplas; análises de regressão.
10. Plantas daninhas e seu controle.
11. Controle de pragas e doenças das plantas.
12. Fruticultura: produção comercial de frutas no Brasil.
13. Cultivo das hortaliças de maior importância econômica no Brasil.
14. Montagem e acompanhamento de experimentos.
15. Coleta de variáveis em experimentos.
16. Biossegurança, Boas práticas, equipamentos de proteção de segurança individual e coletiva.
17. Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; Lei n. 11.091, de 12 de janeiro de 2005 e alterações posteriores. Lei n. 8.171, DE 17 de janeiro de 1991 e alterações posteriores.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

- ALMEIDA, Josimar Ribeiro et al. Gestão ambiental; planejamento, avaliação, implantação, operação e verificação. Rio de Janeiro: Thex Ed., 2000.
- ALTIERI, Miguel, Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 3. ed. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2001.
- AMBROSANO, E. (Org.) Agricultura Ecológica. Guaíba: Agropecuária, 1999.
- AMORIM, L.; KIMATI, H., BERGAMIN FILHO, A. eds. Manual de Fitopatologia. Volume 1 - princípios e Conceitos. 3. ed. São Paulo: Editora Agronômica Ceres Ltda. 1995.
- ANTUNIASSI, U.R.; BOLLER, W. Tecnologia de aplicação para cultura anuais. Passo Fundo: Aldeia Norte; Botucatu: FEPAF, 2011. 279p.
- BERGAMIN FILHO, A.; KIMATI, H.; AMORIM, L. Manual de Fitopatologia. Volume 2: Doenças das Plantas Cultivadas. 3. ed. São Paulo: Agronômica Ceres, 1997.
- BÁO, S.N.; Largura, S.W.R. Cartilha de Segurança para o Campo e Laboratório. Brasília: UnB. 2006. Disponível: <http://www.unb.br/ib/pet-bio/Cartilha.pdf>
- BREU, C.A.; ABREU, M.F. e BERTON, R.S. Análise química de solo para metais pesados. In: ALVAREZ V.V.H.; SCHAEFER, C.E.G.R.; BARROS, N.F.; MELLO, J.W.V.e COSTA, L.M. (Ed.). Tópicos em Ciência do Solo. Sociedade Brasileira do Solo. Viçosa, v.1, 2000. p.645- 692.
- CAMARGO, O. A. ; ALLEONI, L.R.F. Compactação do Solo e o Desenvolvimento de Plantas. Piracicaba, ESALQ, 1997. 132 p.
- EMBRAPA. Informações técnicas sobre viticultura disponíveis no site da Embrapa Uva e Vinho. <http://www.cnpuv.embrapa.br/publica/sprod/viticultura/>. Acesso em 14 de outubro de 2013.
- FACHINELLO, J.C. Fruticultura: fundamentos e práticas. Pelotas: Ed. UFPEL, 1996.
- FILGUEIRA, Fernando Antonio Reis. Novo manual de olericultura: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças. Viçosa: UFV, 2000.
- GALLO, D. et al. Manual de Entomologia Agrícola. Piracicaba: Editora FEALQ. 2002.
- GIOVANNINI, E.; MANFROI, V. Viticultura e Enologia: Elaboração de Grandes Vinhos nos Terroirs



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013**

Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14

Brasileiros. Bento Gonçalves: IFRS. 344p. 2009.

GLIESSMAN, S.R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

GUERRA, Milton de Souza. Receituário Caseiro. Alternativas para o controle de pragas e doenças de plantas cultivadas e de seus produtos. Brasília: Embrater, 1985.

LIMA, M.R. ET AL. Diagnóstico e recomendações de manejo do solo: aspectos teóricos e metodológicos. Curitiba. Ed. UFPR. 2006.

MATUO, T. Técnicas de Aplicação de Defensivos Agrícolas. Jaboticabal: FUNEP/UNESP, 1990.

PRIMAVERSE, Ana. Manejo Ecológico de Pragas e Doenças: Técnicas alternativas para produção agropecuária e defesa do meio ambiente. São Paulo: Editora NOBEL, 1988.

SIMÃO, S. Tratado de Fruticultura. FEALQ, 1998.

SOUSA, D. M.G. de. Cerrado. Correção do solo e adubação. 2 ed. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2004. 416p.

VALE, F.X.R.; JESUS JUNIOR, W.C. Epidemiologia Aplicada ao Manejo de Doenças de Plantas. Belo Horizonte: Editora Perffil, 2004.

VARGAS, L.; ROMAN, E.S. Manual de Manejo e Controle de Plantas Daninhas. Bento Gonçalves Ed. EMBRAPA Uva e Vinho, 2004.

WIETHOLER, S. Calagem no Brasil. Passo Fundo: Embrapa Trigo, 2000. 104 p. (Embrapa Trigo. Documentos 22).

ZAMBOLIM, L.; CONCEIÇÃO M.Z. SANTIAGO, T. O que os Engenheiros Agrônomos devem saber para orientar o uso de produtos fitossanitários. 2. Ed. Viçosa: UFV, 2003.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE TÉCNICO DE LABORATÓRIO – ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

1.Sistemas de manufatura e de serviços. 2. Sistemas de qualidade e melhoria contínua. 3.Modelos probabilísticos aplicados à Engenharia de Produção. 4.Previsão de demanda. 5.Tecnologias de processo. 6.Projeto de produtos. 7.Estratégia de produção. 8.Sustentabilidade na Engenharia de Produção. 9.Responsabilidade social na Engenharia de Produção. 10. Gestão de desempenho. 11.Custos para tomada de decisão. 12.Gestão de projetos. 13.Sistemas de informação. 14.Engenharia do Trabalho. 15.Ergonomia, higiene e segurança do trabalho.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

BARNES, Ralph M. Estudo de movimentos e de tempos: projeto e medida do trabalho. São Paulo: Blucher, 1977.

CARPINETTI, L.C.R. Gestão da Qualidade: conceitos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2012.

CHASE, F. JACOBS, R. AQUILANO, J. N. Administração da Produção e Operações para a vantagem competitiva. Porto Alegre: MCGRAW HILL. 2006.

CORRÊA, H. L.; GIANESI, I. G. N.; CAON, M.; Planejamento, Programação e Controle da Produção. São Paulo: Atlas, 2001.

DIAS, R. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo:Atlas, 2008.

IIDA, I. Ergonomia: Projeto e Produção. São Paulo: Edgard Blucher, 2005.

KAPLAN, Robert S.; NORTON, D. P., A estratégia em ação: Balanced Scorecard. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

MARTINS, E. Contabilidade de custos. São Paulo: Atlas, 2003.

MEYER, Paul L. Probabilidade: aplicações à Estatística. 2ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1983.

MINTZBERG, H.; QUINN, J. B. O processo da estratégia. Porto alegre: Bookman, 2001.

O'BRIEN, J. A.; MARAKAS, G. M. Administração de Sistemas de Informação: Uma Introdução. 13ª ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2007.

ROZENFELD, H.; FORCELLINI, F. A.; AMARAL, D. C.; TOLEDO, J. C.; SILVA, S.L.; ALLIPRANDINI, D.H.; SCALICE, R.K. Gestão de desenvolvimento de produtos: uma referência para a melhoria do processo. São Paulo: Saraiva, 2006.

SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. Administração da produção. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

WOILER, S.; MATHIAS, W. F. Projetos: planejamento, elaboração e análise. São Paulo: Atlas, 1996.



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013**

Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE TÉCNICO DE LABORATÓRIO – TECNOLOGIA EM DESIGNER

1. Linguagens HTML e CSS. 2. Acessibilidade, usabilidade e design instrucional. 3. Softwares da área gráfica para geração e tratamento de imagens em vetor e bitmap, animação e desenvolvimento de páginas web. 4. Ambiente virtual de aprendizagem na plataforma Moodle. Desejáveis noções de programação ActionScript, JavaScript, ASP e PHP.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

Acessibilidade Brasil -<http://www.acessobrasil.org.br>

BARBATANA, Fabrício Eras Manzi. Flash CS3 PROFESSIONAL: Criando além da animação - Editora Érica, 2008.

BETTIO, Raphael Winckler de; MARTINS, ALEJANDRO. Objetos de aprendizado: um novo modelo direcionado ao ensino a distância -<http://www.universia.com.br/ead/materia.jsp?materia=5938>.

CERTIC. Acessibilidade para todos -<http://www.acessibilidade.net>.

Instituto brasileiro de usabilidade e amigabilidade -<http://www.ibrau.com.br>.

LYNCH, Patrick J.; HORTON, Sarah. Guia de estilo da Web. Barcelona: Gustavo Gili GG, 2004.

MEMORIA, Felipe. Design para a Internet: projeto a experiência perfeita. São Paulo: Campus, 2005.

MODELO DE ACESSIBILIDADE. Recomendações de Acessibilidade para a Construção e Adaptação de Conteúdos do Governo Brasileiro na Internet - Departamento de Governo Eletrônico - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Documento de Referência - Versão 2.0 14/12/2005.

NIELSEN, JAKOB; LORANGER, HOA. Projetando Websites Com Usabilidade - Editora Campus, 2007.

PREECE, Jennifer; ROGERS, Yvonne; SHARP, Helen. Design de interação: além da interação homem-computador. Porto Alegre: Bookman, 2005.

SILVA, MAURÍCIO SAMY. TUTORIAIS CSS, HTML, XHTML, NORMAS DO W3C, TABLELESS, WEB STANDARDS, ACESSIBILIDADE. <http://www.maujor.com>.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE TÉCNICO DE LABORATÓRIO – LETRAS

1. Linguística e Língua Portuguesa: níveis de constituição linguística (fonológico, morfológico, sintáticos, semântico, pragmático, discursivo) e perspectivas de estudos desses níveis (estruturalismo, funcionalismo, gerativismo, linguística textual, análise do discurso). 2. Concepções de linguagem e as contribuições da Linguística para o ensino de leitura, interpretação, produção textual e gramática. 3. PCNs – Língua Portuguesa. Variação e mudança linguísticas no Português Brasileiro: tipos de variação, história interna e externa da língua portuguesa; gramaticalização e lexicalização. 4. Teorias da aquisição da linguagem oral e da linguagem escrita. 5. Concepções de letramento e o ensino nas práticas de leitura, produção textual e análise linguística. 6. Práticas de letramento juvenis contemporâneas e o ensino da língua materna. 7. Gêneros do discurso no ensino de Língua Portuguesa. 8. Progressão temática e tipos de sequências (narrativa, descritiva, expositiva, argumentativa, dialógica, injuntiva). 9. Diferentes recursos (ambiguidade, ironia, negação, intertextualidade, contradição, etc.) na construção e interpretação dos efeitos de sentido no texto; marcas linguísticas (escolha lexical, seleção de processos anafóricos, marcadores temporais, operadores lógicos e argumentativos, esquema dos tempos verbais, dêiticos etc.); recursos figurativos (elementos conotativos, metafóricos, metonímicos etc). 10. Língua padrão normativa. Ortografia. Pontuação. Acordo Ortográfico. 11. Argumentação, estratégias argumentativas. 12. Estudos de Literatura: conceitos, funções, gêneros e periodização da literatura; elementos constitutivos e intertextuais da prosa, da poesia e do teatro. 13. Teorias e métodos de ensino de Língua e de Literatura. 14. As questões de Literatura versarão sobre os seguintes autores e/ou obras: 14.1. Poesia: Cláudio Manoel da Costa, Gonçalves Dias, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, João Cabral de Melo Neto, Oswald de Andrade, Cecília Meireles, Jorge de Lima, Cora Coralina, Afonso Félix de Sousa, Camões, Bocage, Fernando Pessoa – considerar antologias desses autores. 14.2. Prosa: José de Alencar – Cinco minutos; Aluísio Azevedo – O mulato; Machado de Assis – Esaú e Jacó; Guimarães Rosa – Grande Sertão Veredas; Graciliano Ramos – São Bernardo; Clarice Lispector – Laços de Família; Lygia Fagundes Telles – Pompa enamorada e outros contos; Bernardo Élis – O tronco; José J. Veiga – Os cavalinhos de Platiplanto; Eça de Queiroz – Os Maias; José Saramago – O ano da morte de Ricardo Reis. 14.3. Teatro: Martins Pena – O noviço; Nelson Rodrigues – Anjo negro; Ariano Suassuna – O auto da compadecida.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013

Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

- AGUIAR E SILVA, Victor Manuel de. Teoria da Literatura. São Paulo: Martins Fontes, 1976. p. 205-228.
- ÁVILA, Affonso (org.) O modernismo. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- _____ (org.). Barroco: teoria e análise. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Cia Brasileira de Metalurgia e Mineração, 1997.
- BAGNO, M. A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira. São Paulo: Parábola, 2003.
- ABREU, Antônio Suárez. A Arte de Argumentar: Gerenciando Razão e Emoção. 8. ed. Ateliê Editorial: São Paulo, 2009.
- ANTUNES, Irandé. Muito além da gramática. São Paulo: Parábola, 2007.
- _____. Aula de português. São Paulo: Parábola, 2003.
- BAKHTIN, Michael (Volochinov). Marxismo e filosofia da linguagem. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BUNZEN, Clécio; MENDONÇA, Márcia. (org.). Português no ensino médio e formação do professor. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- BORTONI-RICARDO, S. M. Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola, 2004.
- BOSI, Alfredo. O ser e o tempo da poesia. São Paulo: Cultrix, 1983.
- BRASIL. Orientações Curriculares para o Ensino Médio. I Vol. 1: Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: MEC/SEB, 2006.
- BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: 3º e 4º ciclos. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, 1998.
- BRASIL. Orientações Curriculares para o Ensino Médio. Linguagens, códigos e suas tecnologias. Secretaria de Educação Básica: Brasília, 2008, 239p.
- CANÇADO, Márcia. Manual de semântica: noções básicas e exercícios. São Paulo: Contexto, 2012.
- CANDIDO, Antonio. Literatura e sociedade. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- _____. Formação da literatura brasileira: momentos decisivos. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Itatiaia, 1993.
- CASTILHO, Ataliba. Gramática do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2010.
- COSTA LIMA, Luiz. Os gêneros literários. In: _____. Teoria da Literatura em suas fontes (Vol. 1). 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 253-292.
- CORREA, Djane Antonucci; SALEH, Pascoalina B. de O. (org.). Práticas de letramento no ensino: leitura, escrita e discurso. São Paulo/ Ponta Grossa: Parábola/ UEPG, 2007.
- CUNHA, Maria Angélica Furtado da; OLIVEIRA, Mariangela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo (orgs.). Linguística funcional: teoria e prática. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- DIONÍSIO, Angela Paiva et al. Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- FIORIN, J. L. (Org.) Introdução à linguística (i e ii). São Paulo: Contexto, 2006.
- FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler. 12ª ed. São Paulo: Autores Associados/ Cortez, 1986.
- GUINSBURG, J. O classicismo. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- _____. O romantismo. São Paulo: Perspectiva, 1993.
- ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato. O português da gente. São Paulo: Contexto, 2006.
- ILARI, Rodolfo. A linguística e o ensino da língua portuguesa. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- KOCH, Ingedore Villaça. A coesão textual. 14 ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- KLEIMAN, Ângela B. (org.). Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.
- _____; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. A coerência textual. São Paulo: Contexto, 2008.
- MAGALDI, Sábato. Panorama do Teatro Brasileiro. São Paulo: Difusão Européia do Livro, s.d. [1962]; reimpressão: Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura / DAC / Funarte/ Serviço Nacional de Teatro, s.d. 3.a ed., revista e ampliada. São Paulo: Global Editora, 1998.
- MARCUSCHI, Luiz Antonio. Da fala para a escrita: atividades de retextualização. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- _____. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MARTELOTTA, Mário Eduardo. (org.) Manual de linguística. São Paulo: Contexto, 2008
- MUSSALIN, Fernanda & BENTES, Anna Christina. Introdução à linguística. Vol. 01. São Paulo: Cortez, 2001.
- MARTINS, Ivanda. A Literatura no Ensino Médio: quais os desafios do professor? (Cap. 5). In: BUNZEN, C.; MENDONÇA, M. (Org.). Português no Ensino Médio e formação do professor. São Paulo: Parábola, 2006. p. 83-101.



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013**

Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14

- _____. Introdução à linguística. Vol. 02. São Paulo, Cortez, 2001.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Ensino de língua e vivência de linguagem. São Paulo: Contexto, 2010.
- OSAKABE, H.; FREDERICO, E. Y. Literatura. Orientações curriculares do ensino médio. Brasília: MEC/SEB/ DPPEM, 2004.
- PLATÃO, Francisco Savioli; FIORIN, José Luís. Lições de texto: leitura e redação. 5. ed. São Paulo: Ática, 2006.
- PINHEIRO, Élder. Reflexões sobre o livro didático de literatura (Cap. 6). In: BUNZEN, C.; MENDONÇA, M. (Org.). Português no Ensino Médio e formação do professor. São Paulo: Parábola, 2006. p. 103-115.
- POSSENTI, S. Por que (não) ensinar gramática na escola. Campinas: Mercado de Letras, 1996.
- ROJO, Roxane (org.). Alfabetização e letramento: perspectivas lingüísticas. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1998.
- ROJO, Roxane. Prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs. São Paulo: EDUC; Campinas: Mercado de Letras, 2000.
- ROUXEL, Annie. Aspectos metodológicos do Ensino de Literatura. In: DALVI, Maria Amélia; REZENDE, Neide Luzia de; JOVER-FALEIROS, Rita (orgs.). Leitura de Literatura na escola. São Paulo: Parábola, 2013. p. 17-33.
- ZILBERMAN, R. A leitura e o ensino da literatura. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1991.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE TÉCNICO DE LABORATÓRIO – GEOPROCESSAMENTO E GEOREFERENCIAMENTO

1. Fundamentos da Cartografia.
2. Elementos de Composição Cartográfica.
3. Cartografia Digital.
4. Sensoriamento remoto.
5. Sistemas Sensores.
6. Princípios e Tecnologias envolvidas no Imageamento Digital.
7. Sistemas Orbitais.
8. Histórico, Landsat 1-7, SPOT 1-5, IKONOS, CBERS, Satélites de Alta Definição.
9. Integração de imagens e base cartográfica.
10. Aplicações do Sensoriamento Remoto.
11. Sistemas de Informações Geográficas: Histórico; Conceitos, Definições e aplicações.
12. Uso de Sistema de Posicionamento Global (GPS).
13. Cartometria.
14. Sistema de Informação Geográfica para Cadastro (SIG).
15. Aplicações do SIG.
16. Georeferenciamento de imóveis rurais e urbanos.
17. Execução de laudos técnicos e memoriais descritivos.
18. Levantamentos Topográficos e Geodésicos.
19. Georreferenciamento e Registro.
20. Procedimentos de diagnose ambiental: Planimetrias e probabilidades de ocorrência, Avaliações de potenciais e de riscos, Árvores de decisão: seleções e adições taxonômicas e territoriais, Estimativas de impacto ambiental.
21. Avaliação de Impactos Ambientais – AIA.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

- ABNT, Associação Brasileira de normas Técnicas: NBR13133 – Execução de levantamentos topográficos.
- ABNT, Associação Brasileira de normas Técnicas: NBR14166 – Rede de referência cadastral municipal – Procedimento.
- ARAÚJO, G.H.S.; ALMEIDA, J.R.; GUERRA, A.J.T. Gestão Ambiental de Áreas Degradadas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BLASCHKE, T. e KUK, H. Sensoriamento remoto e SIG Avançados: Novos sistemas sensores. Oficinas de textos, 2007.
- BRITO, Jorge. COELHO, Luiz. Fotogrametria Digital - 1ª Edição. IME - Instituto Militar de Engenharia, Rio de Janeiro, 2002.
- CÂMARA, G.; MEDEIROS, C. B.; CASANOVA, M.; HEMERLY, A.; MAGALHÃES, G. Anatomia de Sistemas de Informação Geográfica. Escola de Computação, SBC, 1996. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/gilberto/>
- CÂMARA, G.; MONTEIRO, A. M.; MEDEIROS, J. S. de (ed). Introdução à Ciência da Geoinformação. São José dos Campos, INPE, 2004. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/gilberto/>.
- CASANOVA, M. A.; CÂMARA, G.; DAVIS, C.; VINHAS, L.; QUEIROZ, G. (ed). Bancos de Dados Geográficos. Curitiba, Editora MundoGEO, 2005. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/gilberto/>.
- COSTA, P.da; COSTA, M.C.G.; ZILLI J.E.; TONINI, H. Recuperação de Áreas Degradadas e Restauração Ecológica de Ecossistemas: Definições e Conceitos. Boa Vista: Embrapa Roraima, 2005. (Embrapa Roraima. Documentos).
- DRUCK, S.; CÂMARA, G.; MONTEIRO, A. M.; CARVALHO, M. SÁ (ed). Análise Espacial de Dados Geográficos. Brasília, EMBRAPA, 2004. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/gilberto/>.
- ERBA, D. A.; THUM A. B.; SILVA, C. A. U.; SOUZA, G. C.; VERONEZ, M. R.; LEANDRO, R.F.; MAIA, T. C.



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013**

Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14

- B. Topografia para estudantes de arquitetura, engenharia e geologia. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.
- FITZ, P. R. Geoprocessamento sem Complicação. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.
- FLORENZANO, Tereza Gallotti. Imagens de satélites para estudos ambientais. São Paulo: Oficina de Textos, 2002.
- GEMAEL, CAMIL. Introdução à Geodésia Física. UFPR, Curitiba, 2002
- GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (org). Impactos ambientais urbanos no Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- GUERRA, A.J.T.; CUNHA, S.B. (org.). A questão Ambiental: diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- HAMADA, E. Introdução ao geoprocessamento: princípios básicos e aplicação. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2007. Documentos 67.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Parâmetros para Transformação de Sistemas Geodésicos. Resolução n. 23 de 21 de Fevereiro de 1989. www.ibge.gov.br.
- LOCH, C.; CORDINI, J. Topografia contemporânea, planimetria, 2ª edição. Florianópolis: Editora da UFSC, 2000.
- MARTINELLI, M. Curso de Cartografia Temática. São Paulo, Manuais Contexto, 1991.
- MARTINELLI, M. Mapas da geografia e cartografia temática. São Paulo, Contexto, 2003. MIRANDA, J.I. Fundamentos de Sistemas de Informações Geográficas. Embrapa Informática e Agropecuária, Brasília-DF, 4259. 2005.
- MENEZES, P. M. L. DE; FERNANDES, M. DO C. Roteiro de Cartografia. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.
- MÔNICO, J. F. G. Posicionamento pelo NAVSTAR-GPS. Editora UNESP. São Paulo - SP, 2000.
- MOREIRA, M.A. Fundamentos do Sensoriamento Remoto e Metodologias de Aplicação, 4ª Ed, editora UFV.
- NOVO, E.M.L.M; PONZONI, F.J. Introdução ao Sensoriamento Remoto. São José dos Campos, SP: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, 2001, 68 p.
- NOVO, E.M.L.M. Sensoriamento remoto: princípios e aplicações. São Paulo, Edgard Blücher, 3ª edição, 2008. 358p.
- PARADELLA, W. R. Introdução ao processamento digital de imagens de sensores remotos aplicados a geologia. São José dos Campos: INPE, 1990. 45p.
- ROCHA, C. H. B. Geoprocessamento - Tecnologia transdisciplinar, Juiz de Fora, MG: Ed. Do Autor, 2ª edição, 2002.
- LOCH, R. E. N. Cartografia. Representação, comunicação e visualização de dados espaciais. Editora da UFSC, 2006.
- SÁ, N. C. de. GPS - Fundamentos e Aplicações. Editora USP. São Paulo - SP, 2000
- SILVA, A. de B. Sistemas de Informações Geo-referenciadas. Conceitos e fundamentos. Editora da Unicamp, 1999.
- SILVA, J. X.; Z Aidan, R. T. Geoprocessamento e análises ambiental: aplicações. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- SILVA, J. X.; Z Aidan, R. T. Geoprocessamento e Meio Ambiente. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- SILVEIRA, L.C. DA. Cálculos Geodésicos no sistema UTM aplicados a topografia, Editora Luana. Morro da Fumaça - SC, 1990.
- VEIGA, L. A. K.; ZANETTI, M. A. Z.; FAGGION, P. L. Fundamentos de Topografia. Engenharia Cartográfica e de Agrimensura Universidade Federal do Paraná. 2012. Disponível em: http://www.cartografica.ufpr.br/docs/topo2/apos_topo.pdf .
- ZUQUETTE, L. V.; GANDOLFI, S. Cartografia geotécnica. Oficina de textos. 2004.

CARGOS/FUNÇÃO COM REQUISITO DE ESCOLARIDADE DE ENSINO NÍVEL MÉDIO

LÍNGUA PORTUGUESA PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

1. Leitura e análise de textos de diferentes gêneros textuais. Linguagem verbal e não verbal. Mecanismos de produção de sentidos nos textos: metáfora, metonímia, paralelismo, ambiguidade, citação. Significados contextuais das expressões linguísticas. 2. Sequenciais textuais: descritiva, narrativa, injuntiva, argumentativa, dialogal. 3. Organização do texto: Coesão e coerência textuais. Funcionalidade e características dos gêneros discursivos: ofício, memorando, e-mails, carta comercial, aviso. Pontuação.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013

Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14

Características dos diferentes discursos (jornalístico, político, acadêmico, publicitário, literário, científico, etc.). 4. Organização da frase. Tempos e modos verbais. Modalidade. Voz. Concordância verbal e nominal. Regência dos nomes e dos verbos. 5. Formação das palavras. Composição, derivação. Ortografia oficial. Acentuação gráfica. Fonemas. 6. Variação linguística: estilística, sociocultural, geográfica, histórica. Variação entre modalidades da língua (fala e escrita).

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

BAGNO, M. Preconceito linguístico. Rio de Janeiro: Loyola, 2003.
BECHARA, E. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
CASTILHO, A. T. Nova gramática do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2010.
FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Lições do texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2002.
KOCH, Ingedore G. V. A coesão lexical. São Paulo: Contexto, 2000.
_____. TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Texto e coerência. São Paulo: Contexto, 2000.
NEVES, M. H. M. Gramática de usos do português. São Paulo: UNESP, 2000.
TRAVAGLIA, L. C. Gramática: Ensino plural. São Paulo: Cortez, 2003.

MATEMÁTICA PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

1. Conjuntos Numéricos: Números naturais, números inteiros, números racionais e números reais: operações, relação de ordem, divisibilidade, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum; Números fracionários e decimais: operações, relação de ordem e propriedades. 2. Razão e Proporção: Grandezas diretamente e inversamente proporcionais; Regra de três simples e composta; Porcentagem; Juros simples e composto. 3. Funções: Conceito e representação gráfica de funções afim, quadrática e exponencial. 4. Sistemas de equações lineares com duas incógnitas: Resolução, discussão e representação geométrica. 5. Geometria Plana: Figuras geométricas planas: ângulos, retas, polígonos, circunferências e círculos; Relações métricas nos polígonos; Perímetro de polígono e comprimento de circunferência; Área de polígono e do círculo. 6. Noções de Estatística: Apresentação de dados estatísticos: tabelas e gráficos. Medidas de centralidade: média aritmética, média ponderada, mediana e moda. 7. Geometria Espacial: Poliedros e Corpos Redondos, Relações métricas nas formas geométricas espaciais. 8. Geometria Analítica: Ponto e Reta. 9. Análise Combinatória: Princípio Fundamental da Contagem, Arranjo Simples, Permutação Simples, Combinação Simples. 10. Probabilidade.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

Poderá ser utilizado qualquer livro do Ensino fundamental e Médio que trate dos assuntos do programa.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA PARA TODOS OS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO

1. Sistemas operacionais Windows: menu Iniciar; barra de tarefas; área de trabalho; gerenciamento de janelas; usando menus, botões, barras e caixas; teclas de atalho do sistema operacional; ajuda e suporte do sistema operacional; gerenciamento de pastas e arquivos; atalhos; encontrando informações específicas por meio de pesquisas; parâmetros de pesquisa; gerenciamento de impressão; instalando e removendo programas; como iniciar programas automaticamente; opções de configuração no Painel de Controle; configuração de dispositivos de hardware (mouse, teclado, impressora, câmera fotográfica, câmera web, caixas de som, microfone, outros dispositivos); aplicativos do sistema operacional (edição de texto e de imagens, calculadora, ferramentas de acessibilidade, outros aplicativos). 2. Aplicativos para edição de textos por meio de software livre e de software comercial: ambiente do software; operações básicas com documentos (salvar, salvar como, fechar, criar, abrir e imprimir); edição e formatação do texto (movimentar, selecionar, apagar, copiar, recortar, colar, desfazer, repetir, copiar formatação); fontes de texto (nome, estilo, cor e efeitos); cabeçalhos; rodapés e notas de fim e de rodapé; parágrafos (alinhamento, espaçamento, margens, tabulações, marcadores e numeração, bordas e sombreamento); colunas; tabelas; verificação ortográfica e gramatical; impressão (visualização, início e cancelamento de impressão, configuração de página, impressão de números de página); quebras e seções; capitalização; numeração de páginas; legendas; índices; campos predefinidos; caixas de texto; edição, inserção e formatação de figuras; inserção e formatação de outros objetos; recursos de ajuda. 3. Navegadores de Internet e serviços de busca na Web: redes de computadores e Internet; elementos da interface dos principais navegadores de Internet; navegação e exibição de sítios Web; gerenciamento de abas e janelas; gerenciamento dos principais navegadores de Internet (personalização de menus, página inicial e barras de opções; Favoritos; Histórico; Downloads; janelas pop-up; zonas de segurança; proteção; navegação anônima ou privativa; entre outras alterações e configurações); pesquisas de texto e de imagens na Web (opções básica e avançada);



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013

Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14

configurações de pesquisa. 4. Hardware, periféricos e conhecimentos básicos de informática: tipos de computador; tipos de conexão (USB, VGA, HDMI, e SATA, memória externa nos formatos SD, miniSD, microSD, Compact Flash, xD); monitores de vídeo; teclados; mouses; CPUs; gabinetes; memórias; elementos de informação; unidades de armazenamento; periféricos; impressoras; digitalizadores; modems; tecnologias; vírus e programas antivírus; cartões de memória; modem; caixas de som; microfone; câmera fotográfica; câmera web.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

BORGES, Klaibson Natal Ribeiro. LibreOffice para leigos – Facilitando a vida no escritório. Disponível em: https://wiki.documentfoundation.org/images/2/2a/LibreOffice_Para_Leigos.pdf. Acessado em: 20 nov. 2013.

COOPER, Brian. Como pesquisar na internet. Col. Sucesso Profissional Informática. Editora Publifolha.

COX, Joyce; PREPPERNAU, Joan. Windows 7 – Passo a Passo. São Paulo: Editora Bookman, 2010.

_____. Windows Vista - Passo a Passo. São Paulo: Editora Bookman, 2007.

_____. Microsoft Office Word 2007 - Passo a Passo. Porto Alegre: Editora Artmed, 2007.

GOOGLE. Ajuda do Pesquisa na Web. Disponível em: <https://support.google.com/websearch/?rd=2#topic=3180360>. Acessado em: 20 nov. 2013.

_____. Ajuda do Google Chrome. Disponível em: https://support.google.com/chrome/?hl=pt-BR&p=mktg_help#topic=3316030. Acessado em: 20 nov. 2013.

LIBREOFFICE. Site oficial do LibreOffice. Disponível em: <http://pt-br.libreoffice.org/>. Acessado em: 20 nov. 2013.

MANZANO, Jose Augusto N G. Broffice.org 2.0. guia prático de aplicação. Editora Érica, 2006.

MARÇULA, Marcelo. Informática: conceitos e aplicações. São Paulo: Editora Érica, 2005.

MICROSOFT INTERNET EXPLORER. Site oficial do Microsoft® Internet Explorer. Disponível em: <http://windows.microsoft.com/pt-BR/internet-explorer/products/ie/home>. Acessado em: 20 nov. 2013.

MICROSOFT OFFICE. Site Oficial do Microsoft® Office. Disponível em: <http://office.microsoft.com/pt-BR/>. Acessado em: 20 nov. 2013.

MICROSOFT WINDOWS. Site Oficial do Microsoft® Windows. Disponível em: <http://windows.microsoft.com/pt-BR/windows/home>. Acessado em: 20 nov. 2013.

MOZILLA FIREFOX. Site oficial do Mozilla FirefoxTM. Disponível em: <http://www.mozilla.org/pt-BR/firefox/new/>. Acessado em: 20 nov. 2013.

NASCIMENTO, João Kerginaldo Firmino do. Informática básica. Brasília: UnB, Centro de Educação a Distância, 2005.

TORRES, Gabriel. Hardware: curso completo. Rio de Janeiro: Axcel Books, 2001.

VASCONCELOS, Laércio. Hardware total. São Paulo: Makron Books, 2002.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

1. Introdução à administração: conceitos básicos, história, ambiente organizacional, ética e responsabilidade social. 2. Ciclo administrativo: planejamento; organização; direção; e controle. 3. Funções organizacionais: gestão de pessoas; orçamento e finanças; gestão de materiais e patrimônio; logística; gestão por processos. 4. Inovação e Mudança Organizacional. 5. Atos Administrativos. 6. Noções de Orçamento Público. 7. Conhecimentos básicos de compras no serviço público. 8. Conhecimentos básicos de documentação e arquivo: conceito, importância, natureza, finalidade, características, fases do processo de documentação e classificação. 9. Tipos e redação de documentos oficiais.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

BELTRÃO, Odacir; BELTRÃO, Mariusa. Correspondência: linguagem e comunicação. 24. Ed. São Paulo: Atlas, 2011. 341 p.

CHUCK, Williams. Adm. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

CRUZ, Tadeu. Sistemas, organização e métodos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

CURY, Antonio. Organização & Métodos: Uma visão holística. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GIACOMONI, James. Orçamento público. 15. Ed. São Paulo: Atlas: 2010.

Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, e suas respectivas alterações. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/>.

Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e respectivas alterações. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/>. Excluída pelo Edital complementar n. 1 de 14/02/14.



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013**

Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14

Lei n. 0066, de 03 de maio de 1993 e alterações posteriores. Disponível em:

<http://www.ap.gov.br/amapa/site/paginas/servidores.jsp> Inserida pelo Edital complementar n. 1 de 14/02/14.

Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e respectivas alterações. Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e respectivas alterações. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/>>.

MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais. 3ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MAXIMIANO, Antônio Cesar Amaru. Introdução à administração. 7ª. ed. Rev. e Ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

MEDEIROS, João Bosco; HERNANDES, Sonia. Manual da Secretária: Técnicas de trabalho. São Paulo: Atlas, 2006.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2006.

SOBRAL, F.; PECCI, A. Administração: teoria e prática no contexto brasileiro. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

VEIGA, Denize Rachel. Guia de Secretariado: técnicas e comportamento. São Paulo: Editora Érica, 2011. 156p.

VIANA, João José. Administração de Materiais: um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2006.

CARGO DE ASSISTENTE DE LABORATÓRIO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE ASSISTENTE DE LABORATÓRIO - MINERAÇÃO E MATERIAIS

1. Geologia geral. 2. Materiais cerâmicos e poliméricos. 3. Técnicas de prospecção, sondagem e amostragem. 4. Métodos de tratamento de minério. 5. Preparação de amostras para análises laboratoriais. 6. Métodos e técnicas de segurança em laboratório. 7. Sensoriamento remoto aplicado a recursos naturais.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ABNT NBR referentes a corpos de prova que estejam em vigor

BIONDI, J.C. Processos metalogenéticos e depósitos minerais brasileiros. São Paulo: Oficina de Textos, 2003.

CALLISTER W.D.; RETHWISCH, D.G. Ciência e Engenharia dos Materiais: uma introdução. LTC, 2012. 724p.

FIGUEIREDO, B.R. Minérios e ambiente. Campinas: Editora UNICAMP, 2000.

GUIMARÃES, J.E.P. O Vulto Humano de Paulo Abib Andery. In: Tratamento de Minérios e Hidrometalurgia, In Memoriam Prof. Paulo Abib Andery. Publicação do Instituto Tecnológico do Estado de Pernambuco – ITEP, 399 pg, Recife, 1980.

NOVO. E.M.L.M. Sensoriamento Remoto. Blucher, 2010. 388 p.

PORTARIA SIT n.º 25 – Altera a Norma Regulamentadora n.º 6 – de 15 de outubro de 2001.

PORTARIA SIT n.º 203 – Altera a Norma Regulamentadora n.º 15 – de 1 de fevereiro de 2011.

PORTARIA SIT n.º 229 – Altera a Norma Regulamentadora n.º 26 – de 24 de maio de 2011.

2. PORTARIA SSST n.º 25 – Altera a Norma Regulamentadora n.º 9 – 29 de dezembro de 2004.

RAMOS, M.M., LOPES-JR, I., MACHADO, G.J., Técnicas de prospecção geoquímica. In: LICHT, O.A.B., de-MELLO, C.S.B., da-SILVA, C.R. (editores). Prospecção Geoquímica: Depósitos Minerais Metálicos, Não-Metálicos, Óleos e Gás. CPRM, 2008.

RESOLUÇÃO CONFEAn.218 de 29 de junho de 1973.

TEIXEIRA, W. et al. Decifrando a Terra. São Paulo: Oficina de Textos, 2000.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE ASSISTENTE DE LABORATÓRIO - AGRÍCOLA

1. Noções de Biossegurança em laboratório: 1.1. Boas práticas. 1.2. Equipamentos de proteção de segurança individual e coletiva. 1.3. Armazenamento e descarte de materiais biológicos e químicos. 2. Princípios fundamentais para o preparo de soluções e reagentes: 2.1. Conceito de pH. 2.2. Volumetria (preparo de soluções, reagentes e meios usados em laboratório). 2.3. Conhecimento de química geral: ácidos, bases, tampões, diluições e unidades de medidas laboratoriais. 3. Preparo de amostras: 3.1. Procedimentos e cuidados na coleta de material biológico. 3.2. Técnicas e métodos para conservação de tecidos. 4. Microscopia de luz e eletrônica (noções de uso): 4.1. Cuidados com o aparelho: limpeza e



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013

Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14

conservação. 4.2. Preparo de material biológico: substâncias fixadoras, desidratação, inclusão e coloração. 5. Materiais de laboratório: 5.1. Identificação de vidrarias, equipamentos e utensílios. 5.2. Lavagem e esterilização de vidraria. 5.3. Limpeza e higiene do laboratório. 6. Solos: 6.1. Formas de coleta de solos para análise. 6.2. Análise química. 6.3. Análise física. 7. Entomologia: 7.1. Noções sobre nomenclatura zoológica e de insetos. 7.2. Características gerais sobre as principais ordens. 7.3. Métodos de coleta, montagem e conservação de insetos. 8. Fitopatologia: 8.1. Principais características de fungos, bactérias e nematoides. 8.2. Etapas e equipamentos para preparo de meios de cultura. 8.3. Técnicas e métodos de isolamento e conservação de microrganismos fitopatogênicos. 9. Tecnologia de sementes: 9.1. Estruturas e respectivas funções nas sementes maduras. 9.2. Testes para avaliação da qualidade das sementes (físico, fisiológico, fitossanitário e genético). 10. Manejo e conservação do solo e água: 10.1 práticas conservacionistas. 10.2 sistemas de plantio. 10.3 Fertilidade dos solos do cerrado e nutrição mineral das principais culturas. 10.4 Integração lavoura-pecuária-floresta.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

BÁO, S.N.; Largura, S.W.R. Cartilha de Segurança para o Campo e Laboratório. Brasília: UnB. 2006. Disponível: <http://www.unb.br/ib/pet-bio/Cartilha.pdf>

BREU, C.A.; ABREU, M.F. e BERTON, R.S. Análise química de solo para metais pesados. In: ALVAREZ V.V.H.; SCHAEFER, C.E.G.R.; BARROS, N.F.; MELLO, J.W.V.e COSTA, L.M. (Ed.). Tópicos em Ciência do Solo. Sociedade Brasileira do Solo. Viçosa, v.1, 2000. p.645- 692.

CAMARGO, O. A. ; ALLEONI, L.R.F. Compactação do Solo e o Desenvolvimento de Plantas. Piracicaba, ESALQ, 1997. 132 p.

CAMARGO, O. A. DE; MONIZ, A. C.; JORGE, J. A.; VALADARES, J. M. A. S. Métodos de análise química, mineralógica e física de solos. Campinas: Instituto Agrônomo, 1986. 94 p. (Boletim técnico, 106).

CANTARELLA, H.; ANDRADE, J.C.D. O sistema internacional de unidades e a Ciência do Solo. In: Sociedade Brasileira de Ciência do Solo. Campinas, v.17 n.3. 1992. p.91-102. (Boletim Informativo, 3).

CIENFUEGOS, F. VAITSMAN, D. Análise Instrumental Ed. Interciência, Rio de Janeiro, 2000 606p.

CIENFUEGOS, F. Segurança no Laboratório. Ed. Interciência, Rio de Janeiro, 2001 269p.

EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. Manual de métodos de análise de solo. 2.ed. Rio de Janeiro, 1997. 212p.

MALAVOLTA, E.; VITTI, G.C. e OLIVEIRA, S.A. Avaliação do estado nutricional de plantas: princípios e aplicações. (2ª edição), Piracicaba: POTAFOS, 1997.

RAIJ, B. van. Fertilidade do solo e adubação. São Paulo; Piracicaba: Ceres, Potafos, 1991. 343p.

_____. QUAGGIO, J.A.; CANTARELLA, H.; FERREIRA, M.E.; LOPES, A.S.; BATAGLIA, O.C. Análise química do solo para fins de fertilidade. Campinas: Fundação Cargill, 1987. 170p.

REICHARDT, K. A água na produção agrícola. Mc Graw Hill do Brasil, São Paulo. 119p.

REICHARDT, K. Processos de transferência no sistema solo-planta atmosfera. Campinas: Cargill. 1985. 445

RUSSEL, J.B. Química geral. 2 ed. Makron Books do Brasil: São Paulo. 1994, vol 1 e 2.

SANTOS, G. de A.; CAMARGO, F.A. de O. (eds.). Fundamentos da matéria orgânica do solo: ecossistemas tropicais e subtropicais. Porto Alegre, RS, Gênese, cap.02, 1999. p.09-26.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE ASSISTENTE DE LABORATÓRIO - AQUICULTURA E PESCA

1. Identificação e utilização de vidrarias e equipamentos de laboratório. 2. Segurança em laboratório. 3. Técnicas de laboratório. 4. Noções de morfologia, fisiologia e bioquímica do pescado. 5. Noções sobre aspectos sensoriais dos pescados (sabor, odor, cor e textura). 6. Espécies nativas e exóticas para piscicultura no Brasil. 7. Noções sobre alimentação e nutrição do pescado. 8. Noções sobre tecnologia do pescado. 9. Noções sobre conservação do pescado 10. Noções sobre métodos de cultivo de pescados.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

Baldisserotto, B. & Gomes, L. C. (2010) Espécies nativas para a piscicultura no Brasil. 2ª ed. Santa Maria: Ed. UFSM. 606p.

Castagnolli, N. (1992) Criação de peixes de água doce. Jaboticabal: FUNEP. 189p.

Centifuegos, F. (2001) Segurança no laboratório. Rio de Janeiro: Interciência. 170p.

Moreira, H. L. M. et al. (2001) Fundamentos da moderna aquicultura. Canoas: Ed. Ulbra. 200p.

Moura, R.A. et al. (2000) Técnicas de Laboratório. 3.ed. Rio de Janeiro: Atheneu,.



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013**

Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14

- Ogawa, M. & Maia, E. L. (1999) Manual de pesca: Ciência e tecnologia do pescado. Volume 1. São Paulo: Livraria Varela. 430p.
- Ostrensky, A. & Boeger, W., 1998. Piscicultura – Fundamentos e técnicas de manejo. Livraria e Editora Agropecuária Ltda. Guaíba-RS. 211p.
- Woyrnarovich, E. (1985) Manual de piscicultura. Brasília: CODEVASF/MINTER. 71p.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE ASSISTENTE DE LABORATÓRIO - FLORESTAL

1. Princípios de química analítica prática. 2. Serraria e secagem da madeira. 3. Entomologia Florestal. 4. Propriedades Físicas e Mecânicas da Madeira. Ensaio de resistência. 5. Topografia. 6. Instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção de máquinas e equipamentos agroindustriais. 7. Pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação de trabalhos técnicos. 8. Elaboração de orçamento para projetos de engenharia florestal. 9. Princípios de boas práticas de laboratório. 10. Execução de ensaios hidráulicos. 11. Gestão ambiental. 12. Desenho técnico auxiliado por computador. 13. Legislação ambiental e florestal.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

- Apostilha de Autocad. <http://www.ltc.ufes.br/CAD/CAD%20-%20Engenharia%20de%20Produ%C3%A7%C3%A3o-%20Apostila.pdf>
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Norma NBR 13133 - Execução de Levantamento Topográfico. Rio de Janeiro, 1994.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Norma NBR 14806 – Madeira serrada de eucalipto. Requisitos. Rio de Janeiro, 2002.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Norma NBR-7190/82, NB-11: Cálculo de Execução de estrutura de madeira.
- AZEVEDO NETTO, J. M., ALVAREZ, G.A. Manual de hidráulica. São Paulo: Edgard Blucher, 1998. 670p.
- BERTI FILHO, E. (coord.) Manual de Pragas em Florestas – Cupins ou térmitas. v. 3, Viçosa: IPEF/SIF.1993. 82 p.
- CARVALHO, C. G. Legislação ambiental brasileira: contribuição para um código ambiental (2 ed.). Campinas: Millennium, 2002.
- FITZ, Paulo Roberto. Cartografia Básica. São Paulo: Oficina de Contextos, 2008.143p.
- FLORENZANO, T. G. Iniciação em Sensoriamento Remoto. São Paulo: Oficina de textos. 3 ed. 2011. 128p
- HIBBELER, R. C. Resistência dos Materiais, 5ª ed., São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.
- LIMA, W. P. Princípios de Hidrologia Florestal para o Manejo de Bacias Hidrográficas. ESALQ-USP, Depto. Ciências Florestais. 242 p. 1990.
- MCCORMICK, Jack. Topografia, editora LTC, 2007.
- MOREIRA, Maurício Alves. Fundamentos de Sensoriamento Remoto e Metodologias de Aplicação. Viçosa: Ed. UFV, 2005. 320p.
- PINTO, N.L.S.; HOLTZ, A.C.T.; MARTINS, J.A.; GOMIDE, F.L.S. (1976) Hidrologia Básica. São Paulo: Edgard Blucher.
- PORTO, R.M. Hidráulica Básica. 4ª edição, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2004, São Carlos-SP.
- SOARES, C. P. B.; PAULA NETO, F. de; SOUZA, A. L. de. Dendrometria e inventário florestal. Viçosa: Ed. da UFV, 2006. 276 p., il. Inclui bibliografia. ISBN 8572692304 (broch.).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE ASSISTENTE DE LABORATÓRIO - MEIO AMBIENTE

1. Ensaio de caracterização ambiental em água, ar e solo. 2. Ensaio de tratabilidade visando o controle da poluição ambiental. 3. Instalação, montagem, operação e manutenção de máquinas e equipamentos hidráulicos e hidropneumáticos. 4. Projeto e funcionamento de sistemas urbanos de saneamento. 5. Pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação de trabalhos técnicos. 6. Elaboração de orçamento para projetos. 7. Princípios de boas práticas de laboratório. 8. Execução de ensaios hidráulicos. 9. Gestão ambiental. 10. Desenho técnico auxiliado por computador. 11. Legislação ambiental.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013

Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14

Apostilha de Autocad. <http://www.ltc.ufes.br/CAD/CAD%20-%20Engenharia%20de%20Produ%C3%A7%C3%A3o-%20Apostila.pdf>

ALEM SOBRINHO, P. & TSUTIYA, M. (1999) Coleta e transporte de esgoto sanitário. DEHS/USP – Escola Politécnica. São Paulo, 547 p.

AMERICAN PUBLIC HEALTH ASSOCIATION; AMERICAN WATER WORKS ASSOCIATION; WATER ENVIRONMENT FEDERATION. Standard methods for the examination of water and wastewater. 21th. ed. Washington, D. C.: APHA/AWWA/WEF, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. NBR 12.235 – Armazenamento de resíduos sólidos perigosos. 1992.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. NBR 10.004 – Resíduos sólidos – classificação. Rio de Janeiro, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. NBR 9648/86 – Estudo de concepção de sistemas de esgoto sanitário.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. NBR 9649/86 – Projeto de redes coletoras de esgoto sanitário.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT .NBR 12207/92 – Projeto de interceptores de esgoto sanitário.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT .NBR 12208/92 – Projeto de estações elevatórias de esgoto sanitário.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT .NBR 7229/93 - Projeto, construção e operação de sistemas de tanques sépticos.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. (1992). NBR 12216 - NB-592 “Projeto de estações de tratamento de água para abastecimento público” ABNT, Rio de Janeiro, Brasil.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE ASSISTENTE DE LABORATÓRIO - MICROSCOPIA

1. Histórico e noções básicas da microscopia: fundamentos físicos da microscopia eletrônica de varredura e transmissão. 2. Procedimentos de calibração e aferição de equipamentos. 3. Técnicas de preparação de amostra de materiais poliméricos, vítreos, cerâmicos, metálicos e compósitos, orgânicos e inorgânicos para microscopia eletrônica. 3.1. Microscópio Confocal: procedimentos de operação, preparação de amostras de material biológico, manutenção preventiva e corretiva e testes em equipamentos e acessórios para microscopia óptica confocal, análise de imagens no confocal (co-localização, varredura, série temporal, imagem tridimensional). 4. Técnicas de preparação de amostra de materiais biológicos para microscopia (Histoquímica, Imuno-histoquímica, Imunofluorescência). 5. Conservação, preparo e manuseio de reagentes químicos usados em laboratório. 6. Limpeza de material laboratorial; uso e manutenção de equipamentos laboratoriais: estufas, banho-maria, espectrofotômetro, microscópio, cuba de eletroforese, geladeira, freezer, pipetas, entre outros, uso e manutenção de vidrarias. 7. Arquivo e descarte de material. 8. Biossegurança: boas práticas de laboratório, uso de equipamentos de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC), Descontaminação e descarte de materiais biológicos, Descontaminação de vidrarias e equipamentos, Procedimentos preconizados em eventuais acidentes profissionais. 9. Microbiologia: exame direto, preparo e coloração de lâminas, preparo de corantes, meios de cultura para fungos e bactérias, sementeiras para isolamento e identificação de bactérias e fungos, tipos de meios usados de acordo com o material a ser semeado, classificação das bactérias de acordo com a afinidade pelos corantes. 10. Parasitologia: exames parasitológicos. Métodos de parasitas entéricos, tissulares e sanguíneos. Morfologia de ovos, larvas, cistos e trofozoítas. Seleção, coleta, transporte e armazenamento de amostras biológicas para o exame parasitológico. Pesquisa de sangue oculto e gordura fecal.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

CARLI, G. A. de. Parasitologia Clínica. In: ____. A Microscopia como um instrumento de estudo na parasitologia. São Paulo: Atheneu, 2007. cap. 36, p. 671-691.

GRIMSTONE AV, O microscópio eletrônico em Biologia. São Paulo: EDUSP; V.11 1980.

CHESCOE D, The operation of transmission and scanning electron microscopy. Oxford: Oxford University, 1990.

HADDAD A.; SESSOS A.; ATTIAS M.; FARINA M.; NAZARETH M. M.; SILVEIRA M.; BENCHIMOL M.; SOARES M J., BARTH M O.; MACHADO D. R.; SOUTO-PADRÓN T., SOUZA W. Técnicas básicas de microscopia eletrônica aplicadas às ciências biológicas. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013**

Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14

Microscopia, 1998, 80p.

HENRY, J.B. Diagnósticos Clínicos e Tratamento por Métodos Laboratoriais. 20ª Edição, São Paulo: Editora Manole, 2008.

KESTENBAC, H.J.; BOTA FILHO W.J. Microscopia eletrônica transmissão e varredura. São Paulo: ABM, 1994.

MANNHEIMER W.A; SCHMIDT P.F.; VANDER VOORT G.F.; WILLIAMS D.B; Microscopia dos Materiais: Uma Introdução. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Microscopia, 221p., 2002.

MELO, R.C.N. Células & Microscopia: princípios básicos e práticas. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 144p. 2002.

Microscopia de força atômica. Disponível e: http://www.fis.puc-rio.br/fis_intr/microscopia/AFM.html. (Acesso em 16/04/2005).

PARREIRA, G.G. Métodos e técnicas para o estudo de células, tecidos e órgãos. Disponível em: http://www.icb.ufmg.br/~biocelch/metodos_estudo/metodos.html#1.%20. (Acesso em 10/04/2005).

REIS, C.M.G. Microscopia – Disciplina de Biologia Celular. Escola Superior Agrária, Instituto Politécnico de Castelo Branco, Laboratório de Biologia Vegetal. 24p. Apostila. 2003

VON ARDENNE M. Das Elektronen-Rastermikroskop. Theoretische Grundlagen. Z. Tech. Phys. v. 109, 553-572, 1938.

ZWORYKIN, V.K.; HILLER, J.; SNYDER, R.L. ASTM Bulletin.n. 15, p.117, 1942,

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE MOTORISTA DE VEÍCULOS - CNH CATEGORIA "D"

1. Legislação de trânsito, conforme preceitua o Código de Trânsito Brasileiro - Lei Federal n. 9.503 de 23/09/1997: 1.1 Do Sistema Nacional de Trânsito (arts. 5º a 25). 1.2 Das normas gerais de circulação e conduta (arts. 26 a 67). 1.3 Do cidadão (arts. 72 a 73). 1.4 Da educação para o trânsito (arts. 74 a 79). 1.5 Da sinalização de trânsito (arts. 80 a 90). 1.6. Dos veículos (arts. 96 a 117). 1.7. Do registro de veículos (arts. 120 a 129). 1.8 Do licenciamento (arts. 130 a 135). 1.9 Da condução de escolares (arts. 136 a 139). 1.10. Da habilitação (arts. 140 a 160). 1.11. Das Infrações (arts. 161 a 255). 1.12. Das penalidades (arts. 256 a 268). 1.13. Das medidas administrativas (arts. 269 a 279). 1.14. Do processo administrativo (arts. 280 a 290). 1.15. Dos crimes de trânsito (arts. 291 a 312). 1.16. Dos conceitos e definições (Anexo I). 1.17. Sinalização (Anexo II). 2. Deliberação CONTRAN n.100, de 2 de setembro de 2010. 2.1. Deliberação CONTRAN n.105, de 24 de dezembro de 2010. 3. Resolução n. 82, de 19 de novembro de 1998. 4. Resolução n.168, de 14 de dezembro de 2004. 5. Resolução n. 210, de 13 de novembro de 2006. 6. Resolução n.277, de 28 de maio de 2008. 7. Resolução n. 284, de 01 de julho de 2008. 8. Resolução n. 290, de 29 de agosto de 2008. 9. Resolução n. 317, de 05 de junho de 2009. 10. Resolução n. 318, de 05 de junho de 2009. 11. Resolução n. 326, de 17 de julho de 2009. 12. Resolução n. 347, de 29 de abril de 2010. 13. Resolução n. 352, de 14 de junho de 2010. 14. Resolução n. 359, de 29 de setembro de 2009. 15. Resolução n. 373, de 18 de março de 2011. 16. Resolução n. 379, de 06 de abril de 2011. 17. Resolução n. 402, de 26 de abril de 2012. 18. Resolução n. 409, de 02 de agosto de 2012. 19. Resolução n. 416, de 09 de agosto de 2012. 20. Resolução n. 422, de 27 de novembro de 2012. 21. Resolução n. 435, de 20 de fevereiro de 2013. 22. Resolução n. 444, de 25 de junho de 2013.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Lei nº. 9.503 de 23 de setembro de 1997. Código de Trânsito Brasileiro - CTB e seus Anexos. Brasília, DF, 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503.htm. Acesso em: 11 nov.2013.

BRASIL. Deliberação CONTRAN n.100, de 2 de setembro de 2010. Altera a Resolução n.27, de 28 de maio de 2008, que dispõe sobre o transporte de menores de 10 anos e a utilização do dispositivo de retenção para o transporte de crianças em veículos. Disponível em: http://www.denatran.gov.br/download/Deliberacoes/DELIBERACAO_CONTRAN_100_10_vr_in.pdf. Acesso em: 22 jan. 2014.

BRASIL. Deliberação CONTRAN n.105, de 24 de dezembro de 2010. Altera o artigo 11 da Resolução n.210, de 13 de fevereiro de 2006, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, alterado pela Resolução n.326, de 17 de julho de 2009. Disponível em: http://www.denatran.gov.br/download/Deliberacoes/DELIBERACAO_CONTRAN_100_10_vr_in.pdf. Acesso em: 22 jan. 2014.



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013**

Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14

CONTRAN.Resolução n.82, de 19 de novembro de 1998.Dispõe sobre a autorização, a título precário, para o transporte de passageiros em veículos de carga. Disponível em:<http://www.denatran.gov.br/resolucoes.htm>. Acesso em: 22 jan. 2014.

CONTRAN.Resolução n.168, de 14 de dezembro de 2004.Estabelece Normas e Procedimentos para a formação de condutores de veículos automotores e elétricos, a realização dos exames, a expedição de documentos de habilitação, os cursos de formação, especializados, de reciclagem e dá outras providências. Disponível em:<http://www.denatran.gov.br/resolucoes.htm>. Acesso em: 22 jan. 2014.

CONTRAN.Resolução n.210, de 13 de novembro de 2006.Estabelece os limites de peso e dimensões para veículos que transitem por vias terrestres e dá outras providências. Disponível em:<http://www.denatran.gov.br/resolucoes.htm>. Acesso em: 22 jan. 2014.

CONTRAN.Resolução n.277, de 28 de maio de 2008. Dispõe sobre o transporte de menores de 10 anos e a utilização do dispositivo de retenção para o transporte de crianças em veículos. Disponível em:<http://www.denatran.gov.br/resolucoes.htm>. Acesso em: 22 jan. 2014.

CONTRAN.Resolução n.284, de 01 de julho de 2008.Acresce § 3º ao art. 9º da Resolução n.210/2006, do CONTRAN, para liberar da exigência de eixo auto-direcional os semi-reboques com apenas dois eixos distanciados.. Disponível em:<http://www.denatran.gov.br/resolucoes.htm>. Acesso em: 22 jan. 2014.

CONTRAN.Resolução n.290, de 29 de agosto de 2008.Disciplina a inscrição de pesos e capacidades em veículos de tração, de carga e de transporte coletivo de passageiros, de acordo com os artigos 117, 230-XXI, 231-V e X, do Código de Trânsito Brasileiro. Disponível em:<http://www.denatran.gov.br/resolucoes.htm>. Acesso em: 22 jan. 2014.

CONTRAN.Resolução n.317, de 05 de junho de 2009. Estabelece o uso de dispositivos retro refletivos de segurança nos veículos de transporte de cargas e de transporte coletivo de passageiros em trânsito internacional no território nacional. Disponível em:<http://www.denatran.gov.br/resolucoes.htm>. Acesso em: 22 jan. 2014.

CONTRAN.Resolução n.318, de 05 de junho de 2009. Estabelece limites de pesos e dimensões para circulação de veículos de transporte de carga e de transporte coletivo de passageiros em viagem internacional pelo território nacional. Disponível em:<http://www.denatran.gov.br/resolucoes.htm>. Acesso em: 22 jan. 2014.

CONTRAN.Resolução n.326, de 17 de julho de 2009. Altera os artigos 11 e 12 da Resolução n.210, de 13 de novembro de 2006, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, que estabelece os limites de peso e dimensões para veículos que transitem por vias terrestres dá outras providências. Disponível em:<http://www.denatran.gov.br/resolucoes.htm>. Acesso em: 22 jan. 2014.

CONTRAN.Resolução n.347, de 29 de abril de 2010. Altera a Resolução n.168, de 14 de dezembro de 2004, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, que estabelece Normas e Procedimentos para a formação de condutores de veículos automotores e elétricos, a realização dos exames, a expedição de documentos de habilitação, os cursos de formação, especializados, de reciclagem e dá outras providências. Disponível em:<http://www.denatran.gov.br/resolucoes.htm>. Acesso em: 22 jan. 2014.

CONTRAN.Resolução n.352, de 14 de junho de 2010. Dá nova redação ao inciso III do art.7.º da Resolução n. 277, de 28 de maio de 2008, do CONTRAN. Disponível em:<http://www.denatran.gov.br/resolucoes.htm>. Acesso em: 22 jan. 2014.

CONTRAN.Resolução n.359, de 29 de setembro de 2009. Dispõe sobre a atribuição de competência para a realização da inspeção técnica nos veículos utilizados no transporte rodoviário internacional de cargas e passageiros e dá outras providencias. Disponível em:<http://www.denatran.gov.br/resolucoes.htm>. Acesso em: 22 jan. 2014.

CONTRAN.Resolução n.373, de 18 de março de 2011. Referenda a Deliberação n.105, de 21 de dezembro de 2010 do Presidente do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, que altera o artigo 11 da Resolução n.210, de 13 de novembro de 2006, do CONTRAN, alterado pela Resolução n.326, de 17 de julho de 2009. Disponível em:<http://www.denatran.gov.br/resolucoes.htm>. Acesso em: 22 jan. 2014.

CONTRAN.Resolução n.379, de 06 de abril de 2011. Referendar a Deliberação n. 107, de 28 de janeiro 2011, que alterou o artigo 3º da Resolução CONTRAN n.359/2010, que dispõe sobre a atribuição de competência para a realização da inspeção técnica nos veículos utilizados no transporte rodoviário internacional de cargas e passageiros e da outras providências. Disponível em:<http://www.denatran.gov.br/resolucoes.htm>. Acesso em: 22 jan. 2014.

CONTRAN.Resolução n.402, de 26 de abril de 2012. Estabelece requisitos técnicos e procedimentos para a indicação no CRV/CRLV das características de acessibilidade para os veículos de transporte coletivos de passageiros e dá outras providências. Disponível em:<http://www.denatran.gov.br/resolucoes.htm>. Acesso em: 22 jan. 2014.



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013**

Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14

CONTRAN.Resolução n.409, de 02 de agosto de 2012. Altera dispositivos da resolução n.168, de 14 de dezembro de 2004 que estabelece normas e procedimentos para a formação de condutores de veículos automotores e elétricos, a realização dos exames, a expedição de documentos de habilitação, os cursos de formação, especializados, de reciclagem e dá outras providências. Disponível em:<http://www.denatran.gov.br/resolucoes.htm>. Acesso em: 22 jan. 2014.

CONTRAN.Resolução n.416, de 09 de agosto de 2012. Estabelece os requisitos de segurança para veículos de transporte de passageiros tipo micro-ônibus, categoria M 2 de fabricação nacional e importado. Disponível em:<http://www.denatran.gov.br/resolucoes.htm>. Acesso em: 22 jan. 2014.

CONTRAN.Resolução n.422, de 27 de novembro de 2012. Altera dispositivos da Resolução CONTRAN n.168, de 14 de dezembro de 2004, que trata das normas e procedimentos para a formação de condutores de veículos automotores e elétricos. Disponível em: <http://www.denatran.gov.br/resolucoes.htm>. Acesso em: 22 jan. 2014.

CONTRAN.Resolução n.435, de 20 de fevereiro de 2013. Altera dispositivos da Resolução CONTRAN n.168, de 14 de dezembro de 2004, com a redação dada pela Resolução CONTRAN n.422, de 27 de novembro de 2012, que trata das normas e procedimentos para a formação de condutores de veículos automotores e elétricos. Disponível em:<http://www.denatran.gov.br/resolucoes.htm>. Acesso em: 22 jan. 2014.

CONTRAN.Resolução n.444, de 25 de junho de 2013. Altera dispositivos da Resolução CONTRAN n.168, de 14 de dezembro de 2004, que trata das normas e procedimentos para a formação de condutores de veículos automotores e elétricos, e da Resolução CONTRAN n.358, de 13 de agosto de 2010, que trata do credenciamento de instituições ou entidades públicas ou privadas para o processo de formação de condutores. Disponível em:<http://www.denatran.gov.br/resolucoes.htm>. Acesso em: 22 jan. 2014.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE MOTORISTA DE VEÍCULOS CNH CATEGORIA “E”

1. Legislação de trânsito, conforme preceitua o Código de Trânsito Brasileiro - Lei Federal n. 9.503 de 23/09/1997: 1.1 Do Sistema Nacional de Trânsito (arts. 5º a 25). 1.2 Das normas gerais de circulação e conduta (arts. 26 a 67). 1.3 Do cidadão (arts. 72 a 73). 1.4 Da educação para o trânsito (arts. 74 a 79). 1.5 Da sinalização de trânsito (arts. 80 a 90). 1.6. Dos veículos (arts. 96 a 117). 1.7. Do registro de veículos (arts. 120 a 129). 1.8 Do licenciamento (arts. 130 a 135). 1.9 Da condução de escolares (arts. 136 a 139). 1.10. Da habilitação (arts. 140 a 160). 1.11. Das Infrações (arts. 161 a 255). 1.12. Das penalidades (arts. 256 a 268). 1.13. Das medidas administrativas (arts. 269 a 279). 1.14. Do processo administrativo (arts. 280 a 290). 1.15. Dos crimes de trânsito (arts. 291 a 312). 1.16. Dos conceitos e definições (Anexo I). 1.17. Sinalização (Anexo II). 2. Decreto Federal n. 86.714, de 10 de dezembro de 1981. 2.1. Decreto Federal n. 96.044, de 18 de maio de 1988. 3. Resolução n.26, de 21 de maio de 1998. 4. Resolução n.82, de 19 de novembro de 1998. 5 Resolução n.91, de 04 de maio de 1999.6 Resolução n.128, de 06 de agosto de 2001. 7.Resolução n.132, de 02 de abril de 2002. 8.Resolução n.146, de 27 de agosto de 2003. (com as alterações das Resoluções n.165/04, n.202/06 e n.214/06). 9.Resolução n.152, de 29 de outubro de 2003. 10.Resolução n.157, de 22 de abril de 2004. 11.Resolução n.165, de 10 de setembro de 2004. 12.Resolução n.168, de 14 de dezembro de 2004 (com modificações posteriores). 13. Resolução n.197, de 25 de julho de 2006. (com a retificação publicada no dia 22/11/2006). 14. Resolução n.210, de 13 de novembro de 2006. 15. Resolução n.211, de 13 de novembro de 2006 (com modificações posteriores). 16. Resolução n.290, de 29 de agosto de 2008. 17. Resolução n.292, de 29 de agosto de 2008 (com atualizações posteriores). 18.Resolução n.405, de 12 de junho de 2012. 19. Resolução n.408, de 02 de agosto de 2012. 20. Resolução n.417, de 12 de setembro de 2012. 21.Resolução n. 427, de 05 de dezembro de 2012. 22. Resolução n.445, de 25 de junho de 2013. 23. Resolução n.459, de 29 de outubro de 2013.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Lei nº. 9.503 de 23 de setembro de 1997. Código de Trânsito Brasileiro - CTB e seus Anexos. Brasília, DF, 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503.htm. Acesso em: 11 nov.2013.

BRASIL.Decreto n. 86.714, de 10 de dezembro de 1981.Promulga a Convenção sobre Trânsito Viário.Brasília, 1981. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D86714.htm. Acesso em: 20 jan. 2014.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013

Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14

BRASIL. Decreto n. 96.044, de 18 de maio de 1988. Aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos e dá outras providências. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D96044.htm. Acesso em: 20 jan. 2014.

CONTRAN. Resolução n. 26, de 21 de maio de 1998. Disciplina o transporte de carga em veículos destinados ao transporte de passageiros a que se refere o art. 109 do Código de Trânsito Brasileiro. Brasília, 1998. Disponível em: <http://www.denatran.gov.br/resolucoes.htm>. Acesso em: 20 jan. 2014.

CONTRAN. Resolução n. 82, de 19 de novembro de 1998. Dispõe sobre a autorização, a título precário, para o transporte de passageiros em veículos de carga. Brasília, 1998. Disponível em: <http://www.denatran.gov.br/resolucoes.htm>. Acesso em: 20 jan. 2014.

CONTRAN. Resolução n. 91, de 04 de maio de 1999. Dispõe sobre os Cursos de Treinamento Específico e Complementar para Condutores de Veículos Rodoviários Transportadores de Produtos Perigosos. Brasília, 1999. Disponível em: <http://www.denatran.gov.br/resolucoes.htm>. Acesso em: 20 jan. 2014.

CONTRAN. Resolução n. 128, de 06 de agosto de 2001. Estabelece a obrigatoriedade de utilização de dispositivo de segurança para prover melhores condições de visibilidade diurna e noturna em veículos de transporte de carga. Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.denatran.gov.br/resolucoes.htm>. Acesso em: 20 jan. 2014.

CONTRAN. Resolução n. 132, de 02 de abril de 2002. Estabelecer a obrigatoriedade de utilização de película refletiva para prover melhores condições de visibilidade diurna e noturna em veículos de transporte de carga em circulação. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.denatran.gov.br/resolucoes.htm>. Acesso em: 20 jan. 2014.

CONTRAN. Resolução n. 146, de 27 de agosto de 2003. (com as alterações das Resoluções n.165/04, n.202/06 e n.214/06). Dispõe sobre requisitos técnicos mínimos para a fiscalização da velocidade de veículos automotores, reboques e semirreboques, conforme o Código de Trânsito Brasileiro. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.denatran.gov.br/resolucoes.htm>. Acesso em: 20 jan. 2014.

CONTRAN. Resolução n. 152, de 29 de outubro de 2003. Estabelece os requisitos técnicos de fabricação e instalação de para-choque traseiro para veículos de carga. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.denatran.gov.br/resolucoes.htm>. Acesso em: 20 jan. 2014.

CONTRAN. Resolução n. 157, de 22 de abril de 2004. Fixa especificações para os extintores de incêndio, equipamento de uso obrigatório nos veículos automotores, elétricos, reboque e semirreboque, de acordo com o Artigo 105 do Código de Trânsito Brasileiro. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.denatran.gov.br/resolucoes.htm>. Acesso em: 20 jan. 2014.

CONTRAN. Resolução n. 165, de 10 de setembro de 2004. Regulamenta a utilização de sistemas automáticos não metrológicos de fiscalização, nos termos do § 2º do artigo 280 do Código de Trânsito Brasileiro. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.denatran.gov.br/resolucoes.htm>. Acesso em: 22 jan 2014.

CONTRAN. Resolução n. 168, de 14 de dezembro de 2004. Estabelece Normas e Procedimentos para a formação de condutores de veículos automotores e elétricos, a realização dos exames, a expedição de documentos de habilitação, os cursos de formação, especializados, de reciclagem e dá outras providências. (com modificações posteriores). Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.denatran.gov.br/resolucoes.htm>. Acesso em: 20 jan. 2014.

CONTRAN. Resolução n. 197, de 25 de julho de 2006. (com a retificação publicada no dia 22/11/2006). Regulamenta o dispositivo de acoplamento mecânico para reboque (engate) utilizado em veículos com PBT de até 3.500kg e dá outras providências. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.denatran.gov.br/resolucoes.htm>. Acesso em: 20 jan. 2014.

CONTRAN. Resolução n. 210, de 13 de novembro de 2006. Estabelece os limites de peso e dimensões para veículos que transitem por vias terrestres e dá outras providências. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.denatran.gov.br/resolucoes.htm>. Acesso em: 20 jan. 2014.

CONTRAN. Resolução n. 211, de 13 de novembro de 2006. Requisitos necessários à circulação de Combinações de Veículos de Carga – CVC, a que se referem os arts. 97, 99 e 314 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB. (com modificações posteriores). Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.denatran.gov.br/resolucoes.htm>. Acesso em: 20 jan. 2014.

CONTRAN. Resolução n. 290, de 29 de agosto de 2008. Disciplina a inscrição de pesos e capacidades em veículos de tração, de carga e de transporte coletivo de passageiros, de acordo com os artigos 117, 230-XXI, 231-V e X, do Código de Trânsito Brasileiro. Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.denatran.gov.br/resolucoes.htm>. Acesso em: 20 jan. 2014.

CONTRAN. Resolução n. 292, de 29 de agosto de 2008. Dispõe sobre modificações de veículos previstas nos arts. 98 e 106 da Lei n.9503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro e



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013

Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14

dá outras providências. (Com atualizações posteriores). Brasília, 2008. Disponível em:<http://www.denatran.gov.br/resolucoes.htm>. Acesso em: 20 jan. 2014.

CONTRAN.Resolução n. 405, de 12 de junho de 2012. Dispõe sobre a fiscalização do tempo de direção do motorista profissional de que trata o artigo 67-A, incluído no Código de Transito Brasileiro – CTB, pela Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012, e dá outras providências. (Com atualizações posteriores). Brasília, 2012. Disponível em:<http://www.denatran.gov.br/resolucoes.htm>. Acesso em: 20 jan. 2014.

CONTRAN.Resolução n.408, de 02 de agosto de 2012.Alterar o artigo 8º da Resolução n.405, de 12 de junho de 2012, que dispõe sobre a fiscalização do tempo de direção do motorista profissional de que trata o artigo 67-A, incluído no Código de Transito Brasileiro – CTB, pela Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012, e dá outras providências. Brasília, 2012. Disponível em:<http://www.denatran.gov.br/resolucoes.htm>. Acesso em: 22 jan. 2014.

CONTRAN.Resolução n. 417, de 12 de setembro de 2012. Altera o artigo 6º da Resolução n.405, de 12 de junho de 2012, que dispõe sobre a fiscalização do tempo de direção do motorista profissional de que trata o artigo 67-A, incluído no Código de Transito Brasileiro – CTB, pela Lei nº 12.619, de 30 de abril de 2012, e dá outras providências. Brasília, 2012. Disponível em:<http://www.denatran.gov.br/resolucoes.htm>. Acesso em: 22 jan. 2014.

CONTRAN. Resolução n. 427, de 05 de dezembro de 2012. Estabelece condições para fiscalização pelas autoridades de trânsito, em vias públicas, das emissões de gases de escapamento de veículos automotores de que trata o artigo 231, inciso III do CTB. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.denatran.gov.br/resolucoes.htm>. Acesso em: 22 jan. 2014.

CONTRAN. Resolução n. 445, de 25 de junho de 2013. Estabelece os requisitos de segurança para veículos de transporte público coletivo de passageiros e transporte de passageiros tipos micro-ônibus e ônibus, categoria M3 de fabricação nacional e importado. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.denatran.gov.br/resolucoes.htm>. Acesso em: 22 jan. 2014.

CONTRAN.Resolução n. 459, de 29 de outubro de 2013. Dispõe sobre o uso de sistemas automatizados integrados para a aferição de peso e dimensões de veículos com dispensa da presença física da autoridade de trânsito ou de seu agente no local da aferição e dá outras providências. Brasília, 2013. Disponível em:<http://www.denatran.gov.br/resolucoes.htm>. Acesso em: 22 jan. 2014.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE PILOTO DE EMBARCAÇÃO - PILOTO

1.Navegação: leitura de cartas náuticas, uso do equipamento de bordo (GPS, bússola, sonda, radar, comunicação e etc.). Navegação. 2.Regras de Navegação. 3. Normas; registro; Grupos, categorias e níveis de registro, classificação de embarcações. 4.Vigilância nos Portos, terminais e vias navegáveis. 5.Marinharía - manuseio de convés, cabos; pesos e medidas, uso e manutenção de aparelhos de pesca e coleta. 6. Estabilidade. 7. RIPEAM. 8. Luzes e Marcas. 9. Sinais Sonoros. 10. Embleiramento. 11. Equipamentos de Salvatagem; 12. Primeiros socorros. 13. Salvaguarda da vida humana. 14. Balizamento.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. MINISTÉRIO DA MARINHA. DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS. Manual do tripulante [S.l.]:Diretoria de Portos e Costas, 1972. 532 p.

Capitania dos Portos, 2004. Livro do Comandante. Trilegal no Mar. 120p.

Gamba, M.R. 1994. Guia prático de tecnologia de pesca. CEPUL/IBAMA. Itajaí. 50 p.

GERALDO LUIZ MIRANDA DE BARROS. Navegar é Fácil. Catedral das Letras Editora. 12ª Edição. 2012.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE TÉCNICO EM INFORMÁTICA - INFORMÁTICA

1. Tecnologias para Programação: MySQL, HTML, JavaScript e Java. 2. Algoritmos e Estruturas de Dados: conceitos básicos; constantes, variáveis, comentários, expressões, estrutura sequencial, estrutura condicional e estrutura de repetição; variáveis compostas homogêneas e heterogêneas; arquivos; listas lineares, pilhas e filas; árvores binárias; algoritmos de busca e ordenação. 3. Desenvolvimento de Software: metodologias e ferramentas; programação orientada a objetos; projeto de interface com o usuário. 4. Banco de Dados: conceitos; modelo entidade-relacionamento; normalização; modelo relacional; definição de tabelas; tipos de chaves; mapeamento do modelo entidade-relacionamento para o modelo relacional; implementação de um banco de dados; comandos básicos da linguagem SQL. 5. Sistemas operacionais: conceitos básicos; multiprogramação; programação concorrente; gerência do processador; entrada e saída; gerência de memória; memória virtual; sistema de arquivos; segurança; Linux; Windows. 6. Manutenção e



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013

Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14

Configuração de Software e Hardware: reconhecimento, configuração e conexão de componentes de hardware; instalação de periféricos; formatação e particionamento do disco rígido para a instalação e configuração dos sistemas operacionais Windows e Linux Debian/Ubuntu. 7. Aplicativos para edição de textos, planilha eletrônica e editor de apresentação utilizando software livre e software comercial. 8. Conceito de Internet e Intranet: visão geral da arquitetura OSI; visão geral de LAN, MAN e WAN; visão geral da arquitetura TCP/IP; camadas de aplicação, transporte, rede e de interface de rede da arquitetura TCP/IP e operação de respectivos protocolos; organização de informação para uso na Internet; transferência de informação e arquivos; aplicativos de áudio, vídeo e multimídia. 9. Redes de Dados: classificação; padrões e protocolos; placa, cabeamento e topologia de rede; servidores e estações de trabalho; interconexão; ferramentais e materiais; instalação de placas de rede, rack, hub/switch e patch panel; preparação de patch cords; instalação de cabos; cabos crossover; testes; configuração de sistemas operacionais Windows e Linux Debian/Ubuntu. 10. Educação a Distância (EaD): conceitos, projeto, formação e desenvolvimento profissional, concepções pedagógicas, gerência e projetos de EaD; utilização das principais ferramentas – chat, grupos de discussão, videoconferência, etc.; sistema Moodle para EaD.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

ALVES, W. P., Informática - Microsoft Office Word 2010 e Microsoft Office Excel 2010, Editora Erica, 2012.
DEBIAN.ORG. Sítio oficial do Debian. Disponível em: <http://www.br.debian.org/index.pt.html>. Acessado em: 27/Jan/2014.
DEITEL, Paul e Deitel, Harvey. Java - Como Programar - 8ª Ed., Editora Prentice Hall, 2010.
ELMASRI, R. e NAVATHE, S.B., Sistemas de Banco de Dados, 6ª ed., Pearson - Addison Wesley, 2011.
HAYAMA, Marcelo M. Montagem de redes locais. Prático e Didático. São Paulo: Editora Érica, 2006.
LIBREOFFICE.ORG. Documentação do LibreOffice.org. Disponível em <http://pt-br.libreoffice.org/>. Acessado em: 27/Jan/2014.
MOODLE.ORG. Moodle. Disponível em http://docs.moodle.org/en/Moodle_manuals. Acessado em: 27/Jan/2014.
MYSQL. Sítio Oficial do MySQL. Disponível em: <http://www.mysql.com/>. Acessado em: 27/Jan/2014.
SILVA, M. S., Javascript - Guia do Programador, Editora NOVATEC, 2010.
SILVA, Maurício Samy. HTML 5 - A Linguagem de Marcação que Revolucionou a Web. Editora Novatec, 2011.
SOMMERVILLE, I., Engenharia de Software. 9ª edição, Ed. Pearson, 2011.
TANENBAUM, A. S., WETHERALL, D. J., Redes de computadores. Editora Prentice Hall Brasil, 5ª edição, 2011.
TANENBAUM, A. S., Sistemas Operacionais Modernos. Editora Prentice Hall Brasil, 3ª edição, 2010.
UBUNTU-BR.ORG. Comunidade do Ubuntu-br.org no Brasil. Disponível em: <http://www.ubuntu-br.org/>. Acessado em: 27/Jan/2014.
UFRGS. Moodle Institucional, Disponível em http://moodleinstitucional.ufrgs.br/tutorial_moodle/. Acessado em: 27/Jan/2014.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA - ELETROTÉCNICA

1. Conceitos de tensão, corrente e resistência, circuitos elétricos, magnetismo, Lei de Ohm, potência elétrica, corrente alternada trifásica, bifásica e monofásica. Geração; transmissão e consumo de energia elétrica e medidas de grandezas elétricas. 2. Leitura e interpretação de projetos e esquemas elétricos. 3. Normas regulamentadora NR10 e NBR 5410. 4. Dimensionamento de condutores e proteção para instalações elétricas. 5. Tipos de motores elétricos e seus fundamentos. 6. Sistemas de partida e comando de motores elétricos. 7. Ensaio em motores elétricos e transformadores. 8. Sistemas elétricos de potência. 9. Retificadores de tensão: retificação de meia onda, fonte de alimentação meia onda, fonte alimentação onda completa em ponte.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

CAVALIN, G. SERVELIN, S. Instalações Elétricas Prediais – Teoria & Prática. Curitiba – PR. Base Editorial. 2010.
MACIEL, E. S. CORAIOLA, J. A. Máquinas Elétricas. Curitiba – PR. Base Editorial. 2010.



**GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
EDITAL N. 044/2013**

Retificado pelo Edital Complementar n. 1 de 14/02/14

MACIEL, E. S. CORAIOLA, J. A. Transformadores e Motores de Indução. Curitiba – PR. Base Editorial. 2010.
MARTIGNONI, A. Ensaio de Máquinas Elétricas. 2.Ed. Rio de Janeiro: Globo, 1987.
PRAZERES, R. A. Redes de Distribuição de Energia Elétrica e Subestações. Curitiba – PR. Base Editorial. 2010.
WALENIA, P. S. Projetos Elétricos Prediais. Curitiba – PR. Base Editorial. 2010.
WOLSKI, B. Circuitos e Medidas Elétricas. Curitiba – PR. Base Editorial. 2010
WOLSKI, B. Eletricidade Básica. Curitiba – PR. Base Editorial. 2010

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE TÉCNICO EM ELETRÔNICA - ELETRÔNICA

1. Resistores: princípio de funcionamento, materiais de fabricação, identificação, associações e aplicações práticas. 2. Capacitores: princípio de funcionamento, materiais de fabricação, identificação, associações e aplicações práticas. 3. Semicondutores: Diodos, Transistores Bipolar e Unipolar, Tiristores princípio de funcionamento, materiais de fabricação, identificação, aplicações práticas. 4. Amplificadores Operacionais: princípio de funcionamento, identificação e aplicações práticas. 5. Eletrônica Digital: Conversão de códigos, funções lógicas básicas e derivadas, decodificadores, multiplexadores, álgebra booleana e simplificação de circuitos lógicos. 6. Instrumentos de Medição: utilização prática. 7. Microcontroladores: princípio básico de funcionamento, arquiteturas. 8. Fontes de Tensão AC/DC reguladas e estabilizadas. 9. Amplificadores de Áudio: Funcionamento, classes, cálculo do ganho.

SUGESTÕES BIBLIOGRÁFICAS:

BIGNELL, James. Eletrônica Digital. São Paulo: Makron Books, 2009.
BOYLESTAD, Robert, NASHELSKY, Louis. Dispositivos Eletrônicos e Teoria de Circuitos. 6ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.
EDMINISTER, Joseph A. Circuitos elétricos, Coleção Shawn. São Paulo: Mc Graw - Hill.
FLOYD, Thomas. Sistemas digitais fundamentos e aplicações. Porto Alegre: Booksman, 2007.
GIESECKE, F. et al. Comunicação Gráfica Moderna. Porto Alegre: Bookman, 2002.
GUSSOW, Milton. Eletricidade básica. São Paulo: McGrawHill, 1986.
LANDEL, Cyril. Eletrônica industrial teoria e aplicações. São Paulo: Makron Books, 1996.
MALVINO, Albert Paul. Eletrônica . Porto Alegre: McGraw Hill, 7 a ed. 2011.
MAXINO, Antônio. ALVARENGA, Beatriz. Curso de Física. 4 Volumes. São Paulo: Spicione: 2012.
SILVA JUNIOR, Vidal Pereira. Aplicações práticas do microcontrolador 8051. São Paulo: Erica, 2006.
TOCCI, Ronald J., WIDMER, Neal S. Sistemas Digitais: Princípios e aplicações . 8ª ed. São Paulo: Prentice Hall do Brasil, 2003.



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
DIVISÃO DE PROCESSO SELETIVO
EDITAL N. 044/2013

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS DO QUADRO DE TÉCNICOS EFETIVOS
DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ

ANEXO – IV CRONOGRAMA DO CONCURSO

DATA	EVENTO
30/12/2013	Publicação do Edital e anexos no sítio do concurso.
2 e 3/01/2014	Prazo para interposição de recursos contra o Edital e anexos.
Até 17/01/2014	Divulgação das respostas aos recursos interpostos contra o Edital.
04/02/2014	Divulgação do Programa das Provas.
11 a 16/02/2014	Prazo para solicitação de isenção do pagamento de inscrição.
17/02/2014	Último dia para enviar os documentos necessários à isenção do pagamento de inscrição (doador de sangue e pessoas com deficiência).
26/02/2014	Divulgação do resultado preliminar dos pedidos de isenção do pagamento de inscrição. Disponibilização do documento comprobatório do benefício da isenção do pagamento da inscrição.
27 e 28/02/2014	Prazo para recurso contra o resultado preliminar da isenção do pagamento de inscrição.
10/03/2014	Divulgação do resultado final dos requerimentos de isenção do pagamento de inscrição. Divulgação das respostas dos recursos contra o resultado preliminar da isenção do pagamento de inscrição
11/02 a 18/03/2014	Período de inscrição via Internet.
19/03/2014	Último dia para pagamento de inscrição. Último dia para entrega ou postagem dos laudos médicos dos candidatos que desejam concorrer como deficientes e/ou solicitaram tempo adicional para realização das provas. Último dia para entrega ou postagem do requerimento de condições especiais para realização das provas.
26/03/2014	Divulgação do resultado preliminar dos candidatos que apresentaram a documentação exigida para fins de concorrer como deficiente e/ou dos que solicitaram tempo adicional. Publicação do resultado dos requerimentos dos candidatos que solicitaram condições especiais para a realização das provas. Deferimento das inscrições (inscrições pagas/isentas) no sítio do concurso - menu "Acompanhe sua Inscrição".
27 e 28/03/2014	Prazo para recurso contra o resultado preliminar da entrega da documentação dos candidatos que apresentaram a documentação exigida para fins de concorrer como deficiente e/ou solicitaram tempo adicional e contra o resultado dos requerimentos de condições especiais para realização das provas.
28/03/2014	Último dia para o candidato cuja inscrição foi indeferida por motivo de pagamento contatar o Centro de Seleção da UFG.

DATA	EVENTO
1º/04/2014	Último dia para conferência e alteração dos dados informados no ato da inscrição.
8/04/2014	Solicitação de devolução do pagamento da taxa de inscrição para os candidatos que pagaram em duplicidade para o mesmo cargo ou fora do prazo. Publicação da relação final dos candidatos que apresentaram a documentação exigida para fins de concorrer como deficiente e/ou dos que solicitaram tempo adicional para a realização das provas. Divulgação das respostas dos recursos contra o resultado preliminar da entrega da documentação dos candidatos para fins de concorrer como deficiente, solicitaram condições especiais para realização das provas e dos que solicitaram tempo adicional.
11/04/2014	Disponibilização do cartão de inscrição.
14/04/2014	Divulgação do comunicado que informa o local de realização da Prova Objetiva.
20/04/2014	Realização da Prova Objetiva. Publicação do gabarito preliminar da Prova Objetiva.
21 e 22/04/2014	Prazo para interposição de recursos contra o gabarito preliminar da Prova Objetiva.
5/05/2014	Divulgação das respostas dos recursos contra o gabarito preliminar da Prova Objetiva. Divulgação do resultado preliminar do concurso. Divulgação do gabarito final da Prova Objetiva. Visualização do cartão-resposta da Prova Objetiva. Divulgação do boletim de desempenho da Prova Objetiva.
6 e 7/05/2014	Prazo para recurso contra o resultado preliminar do concurso.
9/05/2014	Divulgação das respostas dos recursos contra o resultado preliminar do concurso. Publicação do Edital de convocação da perícia médica dos candidatos que se inscreveram nos cargos com vagas reservadas às pessoas com deficiência e/ou usufruíram o tempo adicional.
11 a 18/05/2014	Realização da perícia médica dos candidatos que se inscreveram nos cargos com vagas reservadas às pessoas com deficiência e/ou usufruíram o tempo adicional.
21/05/2014	Resultado preliminar da Perícia Médica.
22 e 23/05/2014	Prazo para recurso contra o resultado da Perícia Médica.
28/05/2014	Divulgação das respostas dos recursos contra o resultado da perícia médica. Resultado final da Perícia Médica. Divulgação do resultado final do concurso. Divulgação do boletim de desempenho oficial do concurso.